



ABIMCI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DA INDÚSTRIA DE MADEIRA
PROCESSADA MECANICAMENTE



FÓRUM NACIONAL DAS
ATIVIDADES DE BASE FLORESTAL

ESTUDO SETORIAL

2013 

ANO BASE 2012 





Odacir Antonelli
Presidente da ABIMCI



MENSAGEM DO PRESIDENTE

1.1 – ABIMCI

Este Estudo Setorial é mais do que um conjunto de dados estatísticos e informações técnicas. O documento é um resgate da importância da indústria brasileira de madeiras processadas mecanicamente que, nos últimos cinco anos de ausência dessa radiografia, sofreu transformações importantes apesar de inúmeros desafios conjunturais enfrentados.

A partir das informações apontadas neste estudo, o segmento pode traçar novas metas e está preparado para dialogar com o poder público, fornecedores, consumidores e outros *players* do mercado. Afinal, somente com conhecimento e dados de qualidade é possível construir argumentos pertinentes, conquistando respeito e confiança dos diferentes públicos ligados à cadeia da indústria da madeira. Este material também permitirá à ABIMCI ampliar sua atuação representativa em frentes políticas, comerciais, institucionais e técnicas, trabalho que já vem sendo realizado, perseguindo as desonerações fiscais fundamentais que o setor necessita, avançando na gestão das normalizações dos vários produtos madeireiros e na solidificação de parcerias com instituições internacionais, consolidando-se assim como fonte de informação para diversos órgãos e entidades oficiais.

O momento não poderia ser mais oportuno e necessário para o lançamento desta radiografia do setor madeireiro nacional. Estamos diante de vários cenários positivos para o incremento das exportações, a manutenção da demanda e do consumo no mercado interno, o avanço nas normalizações técnicas de produtos e processos. Com isso, será possível elevar a qualidade da produção brasileira ao patamar de desempenho necessário diante das exigências técnicas nos principais mercados do mundo, consolidando o País como um dos principais competidores nesse segmento.

O futuro se mostra repleto de boas oportunidades para o nosso setor. Para que isso se concretize em negócios, inovação, empregos, geração de renda e divisas para o País, é necessária uma ação conjunta entre setor produtivo e governo. Este, investindo em infraestrutura, garantindo isonomia entre segmentos concorrentes e segurança jurídica; aquele, apoiando iniciativas como deste estudo, trabalhando de maneira ética e cumprindo com seu papel como Associação de representação nacional.

Odacir Antonelli

Presidente da ABIMCI





Geraldo Bento
Presidente do FNBF



MENSAGEM DO PRESIDENTE

1.2 – FNBF

A consolidação de um setor complexo e amplo como é o Setor de Base Florestal Brasileiro se dá a partir da tabulação e constante acompanhamento dos dados e informações técnicas presentes neste estudo setorial, que demonstra a importância da atividade florestal, a exemplo da madeira processada, desenvolve importante papel econômico, social e sustentável e está à frente de inúmeras oportunidades nos novos cenários mundiais.

A retomada do acompanhamento dos números de madeira processada através deste anuário vem ao encontro de nossa agenda para a consolidação de uma política nacional de florestas, que proporcione o fomento e desenvolvimento da atividade florestal brasileira, servindo de alicerce para a promoção de novas ações, atendendo cada vez mais aos exigentes mercados e garantindo a competitividade e qualidade da madeira brasileira.

Estamos liderando uma Agenda Estratégica para 2014 que permita discutirmos, além dos marcos legais, os ativos florestais que destacam a atividade florestal brasileira e dos outros países do mundo, comparando seu potencial, discutindo positivamente os cenários, elaborando propostas e pleiteando subsídios que permitam elevarmos o índice de credibilidade, abertura de novos mercados, promoção de diálogos intersetoriais para o uso consciente de madeira como fonte renovável, melhoria dos processos e da imagem.

Os números e os desafios estão postos, agora é avançarmos, pois o fomento na atividade madeira é a constante defesa da floresta em pé.

Geraldo Bento

Presidente do FNBF

Sumário

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

1.1 ABIMCI.....	3
1.2 FNBF	5

2 – HISTÓRICO E PRINCIPAIS ATIVIDADES

2.1 ABIMCI.....	17
2.1.1 Conselho de Administração.....	17
• Representação Política e Institucional	19
• Frentes de trabalho.....	19
2.1.6 Certificações	20
2.1.2 Diretoria Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNBF.....	27

3 – RECURSOS FLORESTAIS NO BRASIL

3.1 COBERTURA FLORESTAL.....	31
3.1.1 Florestas Nativas	31
3.1.2 Florestas Plantadas	33
3.2 Diferenciais do setor florestal brasileiro	38
3.3 Importância das florestas para o brasil.....	39

4 – A INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE

4.1 PRINCIPAIS ESPÉCIES MADEIREIRAS UTILIZADAS.....	43
• Principais Espécies Florestais Plantadas	43
• Principais Espécies Florestais de Florestas Nativas	46
4.2 Perfil e Número de Empresas Ativas na Ind. de Madeira Proc. Mecanicamente	50
4.2.1 Perfil das Empresas.....	50
4.2.2 Número de Empresas.....	51

5 – MERCADO DE PRODUTOS DE MADEIRA SÓLIDA

5.1 CARACTERIZAÇÃO	69
5.2 MADEIRA SERRADA DE PINUS	71
5.2.1 – Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente).....	71
• Exportações Brasileiras.....	72
• Importações Brasileiras.....	74
5.3 MADEIRA SERRADA TROPICAL	76

5.3.1	Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)	76
5.3.2	Mercado Externo	77
	• Exportações Brasileiras	77
	• Importações Brasileiras	79
5.4	COMPENSADO DE PINUS	81
5.4.1	Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)	81
	• Exportações Brasileiras	82
	• Importações Brasileiras	85
5.5.2	Mercado Externo	88
	• Exportações Brasileiras	88
	• Importações Brasileiras	90
5.6	PORTAS DE MADEIRA	92
5.6.1	Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)	92
5.6.2	Mercado Externo	92
	• Exportações Brasileiras	92
	• Importações Brasileiras	94
5.7	MOLDURAS DE MADEIRA	96
5.7.1	Mercado Nacional (Produção)	96
5.7.2	Mercado Externo	96
	• Exportações Brasileiras	96
	• Importações Brasileiras	98
5.8	PISOS DE MADEIRA	100
5.8.1	Mercado Nacional (Produção)	100
5.8.2	Mercado Externo	100
	• Exportações Brasileiras	100
	• Importações Brasileiras	102

6 – Perspectivas e Estratégias da ABIMCI e do Fórum ao desenvolvimento setorial

• Normalização de Produtos e Procedimentos da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente	107
• Principais Pleitos da ABIMCI e do FNBF junto ao Governo Federal	109
• Criação da Política Nacional de Florestas	111
• Estímulo às Construções de Casas de Madeira	112
• Origem Legal da Madeira	113

LISTA DE BOX

Box 4.01	WPC (Wood-PlasticComposite).....	4.23
Box 5.01	Conceituação dos PMS Selecionados	5.02
Box 5.02	Compensado de Paricá	5.22

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I	QUESTÕES TRIBUTÁRIAS E LEGAIS RELATIVAS AO SETOR MADEIREIRO
ANEXO II	ASSOCIADOS DA ABIMCI E DO FNB

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.01	Frentes de Participação do FNB e Status Atual	2.14
Tabela 3.01	Cobertura Florestal Brasileira (Nativa + Plantada)	3.1
Tabela 3.02	Área com Florestas Nativas por Tipo (2010)	3.2
Tabela 3.03	Evolução da Redução da Área com Florestas Nativas Primárias no Brasil e na América do Sul.....	3.2
Tabela 3.04	Principais Contribuições do Setor Florestal – Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais.....	3.11
Tabela 4.01	Principais Grupos de Espécies e Espécies Florestais Plantadas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente.....	4.3
Tabela 4.02	Principais Grupos de Espécies e Espécies Nativas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente.....	4.5
Tabela 4.03	Principais Características das Empresas da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente no Brasil	4.10
Tabela 4.04	Número de Empresas (2012) no Setor de Produtos Processados Mecanicamente no BRASIL, por Grupos de Atividades	4.11
Tabela 4.05	Número de Empregos Diretos e Formais do Setor Florestal no BRASIL (2011-2012).....	4.18
Tabela 4.06	Número de Empregos Diretos e Formais da Indústria de Produtos Processados Mecanicamente no BRASIL, por Grupos de Atividades (2008-2012)	4.19
Tabela 4.07	Principais Oportunidades e Ameaças para a Indústria de Madeira Processada Mecanicamente	4.22
Tabela 4.08	Indicadores Socioeconômicos da Indústria de Base Florestal e da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (2011 e 2012).....	4.25

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.01	Síntese da Proposta de Estruturação do Novo FNB	2.13
Figura 3.01	Evolução Histórica da Área Plantada com Eucalipto, Pinus e Outras Espécies Florestais no Brasil.....	3.4
Figura 3.02	Área Plantada com Eucalipto no Brasil (2012).....	3.5
Figura 3.03	Área Plantada com Pinus no Brasil (2012).....	3.6
Figura 3.04	Área Plantada com Eucalipto e Pinus no Brasil (2012).....	3.7
Figura 3.05	Área Plantada com Eucalipto e Pinus em Estados Selecionados por Região Geográfica do Brasil (2012).....	3.8
Figura 3.06	Participação das Outras Espécies Florestais na Área Plantada (2012).....	3.9
Figura 3.07	Principais Vantagens Comparativas e Competitivas do Setor Florestal Brasileiro	3.10
Figura 4.01	Número de Empresas na Indústria Madeireira e Moveleira por Estado (2012).....	4.12
Figura 4.02	Distribuição das Indústrias dos Setores Madeireiro e Moveleiro nos Principais Estados em Relação ao Total.....	4.15
Figura 4.03	Número de Empresas do Setor Madeireiro e Moveleiro até o Ano de 2012, por Região	4.16
Figura 4.04	Evolução do Número de Empregos Diretos e Formais (Vínculos Ativos) no Setor da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente por Regiões do Brasil e Destaque para os Principais Estados do País (2008-2012).....	4.20
Figura 5.01	Fluxo da Cadeia Produtiva da Madeira com Ênfase nos Produtos de Madeira Sólida.....	5.1
Figura 5.02	Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente da Madeira Serrada de Pinus (2000-2012)	5.4
Figura 5.03	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada de Pinus (2000-2012)	5.4
Figura 5.04	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Madeira Serrada de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$).....	5.6
Figura 5.05	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$).....	5.7

Figura 5.06	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Madeira Serrada de Coníferas (2000-2012)	5.7
Figura 5.07	Principais Estados Brasileiros Importadores de Madeira Serrada de Coníferas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.8
Figura 5.08	Principais Países Exportadores de Madeira Serrada de Coníferas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.9
Figura 5.09	Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente da Madeira Serrada Tropical (2000-2012).....	5.10
Figura 5.10	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada Tropical/Folhosas (2000-2012).....	5.11
Figura 5.11	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Madeira Serrada Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.12
Figura 5.12	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.13
Figura 5.13	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Madeira Serrada de Folhosas (2000-2012)	5.14
Figura 5.14	Principais Estados Brasileiros Importadores de Madeira Serrada de Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.15
Figura 5.15	Principais Países Exportadores de Madeira Serrada de Folhosas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.15
Figura 5.16	Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente de Compensado de Pinus (2000-2012).....	5.16
Figura 5.17	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Compensado de Pinus (2000-2012).....	5.17
Figura 5.18	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Compensado de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.18
Figura 5.19	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Compensado de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.19
Figura 5.20	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Compensado de Coníferas (2000-2012).....	5.19
Figura 5.21	Principais Estados Brasileiros Importadores de Compensado de Coníferas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.20
Figura 5.22	Principais Países Exportadores de Compensado de Coníferas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.21
Figura 5.23	Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente de Compensado Tropical (2000-2012)	5.23
Figura 5.24	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Compensado Tropical/Folhosas (2000-2012).....	5.24
Figura 5.25	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Compensado Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.25
Figura 5.26	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Compensado Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.25
Figura 5.27	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Compensado de Folhosas (2000-2012).....	5.26
Figura 5.28	Principais Estados Brasileiros Importadores de Compensado de Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.27
Figura 5.29	Principais Países Exportadores de Compensado de Folhosas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.27
Figura 5.30	Evolução Histórica da Produção de Portas (2000-2012)	5.28
Figura 5.31	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Portas de Madeira (2000-2012)	5.29
Figura 5.32	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Porta de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$).....	5.30
Figura 5.33	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Porta de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)..	5.31
Figura 5.34	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Portas de Madeira (2000-2012)	5.31
Figura 5.35	Principais Estados Brasileiros Importadores de Portas de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.32
Figura 5.36	Principais Países Exportadores de Portas de Madeira para do Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)...	5.32
Figura 5.37	Evolução Histórica da Produção de Molduras (2000-2012)	5.33
Figura 5.38	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Molduras de Madeira (2000-2012).....	5.34
Figura 5.39	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Molduras de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)..	5.34
Figura 5.40	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Molduras de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.35
Figura 5.41	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Molduras de Madeira (2000-2012).....	5.35
Figura 5.42	Principais Estados Brasileiros Importadores de Molduras de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)..	5.36
Figura 5.43	Principais Países Exportadores de Molduras de Madeira para do Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.36
Figura 5.44	Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente de Pisos de Madeira Sólidos (2005-2012)	5.37
Figura 5.45	Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Pisos de Madeira (2005-2012).....	5.38
Figura 5.46	Principais Estados Brasileiros Exportadores de Pisos de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$).....	5.39
Figura 5.47	Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Pisos de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$) ..	5.39
Figura 5.48	Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Pisos de Madeira (2006-2012).....	5.40
Figura 5.49	Principais Estados Brasileiros Importadores de Pisos de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$).....	5.41
Figura 5.50	Principais Países de Pisos de Madeira para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)	5.41

LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem
a.a.	ao ano
C&P	Celulose e Papel
ha	hectares
m ²	Metro Quadrado
m ³	Metro Cúbico
n ^o	número
R\$	Real
US\$	Dólar Americano

LISTA DE SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira Cimento Portland
ABIMCI	Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ABRAMADE	Associação Brasileira dos Produtores, Atacadistas e Varejistas de Produtos de Madeira
AC	Estado do Acre
AIMEX	Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará
AM	Estado do Amazonas
ANPM	Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira
AP	Estado do Amapá
APRE	Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal
ASIMMANEJO	Associação de Indústrias de Madeira de Manejo do Estado do Acre
BA	Estado da Bahia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CB	Comitê Brasileiro
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CE	Comissão de Estudo
CEF	Caixa Econômica Federal
CGFloP	Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CIPEM	Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeiras de Mato Grosso
CITES	Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COEMA	Conselho Temático de Meio Ambiente
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
CONAFLOP	Comissão Nacional de Florestas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPR	Construction Products Regulation
EEE	Espaço Econômico Europeu
EN	European Norm
ETTF	European Timber Trade Federation
EUA	Estados Unidos da América

EUTR	European Union Timber Regulation
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FCMM	Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Madeira e Móveis
FEIC	European Federation of the Plywood Panel
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLONAS	Floresta Nacional
FLOTAS	Floresta Estadual
FNBF	Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal
GO	Estado de Goiás
GT	Grupo de Trabalho
GT PMFC	Grupo de Trabalho do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
GTF	Global Timber Forum
HDF	High Density Fiberboard
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMA	Incremento Médio Anual
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto Sobre Produto Industrializado
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
ISO	International Organization for Standardization
ITTO	International Tropical Timber Organization
IWPA	International Wood Products Association
MA	Estado do Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDF	Medium Density Fiberboard
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDP	Medium Density Particleboard
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Estado de Minas Gerais
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Estado de Mato Grosso do Sul
MT	Estado de Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR	Norma Brasileira
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OIMT	Organização Internacional das Madeiras Tropicais (International Tropical Timber Organization)
OSB	Oriented Strand Board
PA	Estado do Pará
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PBM	Plano Brasil Maior
PBQP-H	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PFM	Produto Florestal Madeireiro
PFNM	Produto Florestal Não Madeireiro
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida

PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PMS	Produtos de Madeira Sólida
PMVA	Produtos de Maior Valor Agregado
PNQM	Programa Nacional de Qualidade da Madeira
PR	Estado do Paraná
PSQ-PME	Programa Setorial da Qualidade para Portas de Madeira e Edificações
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REINTEGRA	Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras
RO	Estado de Rondônia
RR	Estado de Roraima
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SC	Estado de Santa Catarina
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SGP	Sistema Geral de Preferências
SINDIMADEIRA	Sindicato das Indústrias de Marcenarias, Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Caxias do Sul
SINDIMASP	Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo
SINDUSMAD	Sindicato de Indústrias Madeireiras do Estado do Acre
SP	Estado de São Paulo
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
TO	Estado do Tocantins
TTF	Timber Trade Federation
TTJ	Timber Trade Journal
UE	União Européia
UF	Unidade da Federação
UNIFLOR	União das Entidades Florestais do Estado do Pará
VBPF	Valor Bruto da Produção Florestal
WPC	Wood-PlasticComposite

EXPEDIENTE

Elaboração

STCP

Coordenação Editorial

Duet Marketing

Revisão

Mariana Malagurti

Supervisão

ABIMCI, FNBF

Projeto Gráfico/Editoração

Antonio Carlos do Valle

Tiragem

1.000 exemplares

No link www.abimci.com.br/index.php/estudos-setoriais, estão disponíveis, além da presente edição do Anuário 2013 - ano Base 2012, as edições de 2004 a 2009.

ABIMCI e FNBF. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida ou transmitida sob nenhuma forma ou qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação, fac-símile, ou qualquer sistema de armazenamento de informação e recuperação, sem permissão expressa por escrito ou menção da fonte de informação. Retransmissão por fax, e-mail ou outros meios, ou quais resultem na criação de uma cópia é ilegal. Embora a ABIMCI e a FNBF tome todas as medidas para garantir a acuracidade das informações apresentadas no Estudo, nenhum tipo de responsabilidade legal poderá ser atribuída a ela pelas informações e opiniões contidas no mesmo.

ABIMCI - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

Avenida Comendador Franco 1341,
Jardim Botânico - Curitiba - PR.
Tel: (41) 3225-4358
abimci@abimci.com.br | www.abimci.com.br

FNBF - Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 4156
Bosque da Saúde - Cuiabá - MT.
Tel: (65) 3644-3666 | www.forumflorestal.org.br

2

ABIMCI e FNBF

HISTÓRICO E PRINCIPAIS ATIVIDADES

2012 / 2013



2

ABIMCI E FNBF

HISTÓRICO E PRINCIPAIS ATIVIDADES (2012/2013)

Esta seção apresenta o perfil de atuação da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente – ABIMCI e do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNBF, instituições que representam o setor de base florestal das indústrias de processamento mecânico da madeira no Brasil.

Em linhas gerais, a ABIMCI atua diretamente como associação representativa das empresas e indústrias de madeira sólida no país, enquanto o FNBF atua como um agente articulador das demandas setoriais junto a diferentes fóruns de debate nacional, congregando associações e sindicatos representativos do setor, sendo a ABIMCI um de seus membros permanentes.

2.1 ABIMCI

A Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI) representa empresas da cadeia produtiva da madeira como reflorestadoras, indústrias da madeira, fornecedores de insumos e máquinas para a indústria de madeira, agentes e importadores, distribuidores, revendedores, empresas do setor de logística e despachos aduaneiros.

A entidade atua no desenvolvimento de ações que visam a ampliação do mercado e colocam o setor em posição de igualdade com outros segmentos da economia. Seu papel é atuar em frentes políticas, comerciais e institucionais, sempre com o objetivo de garantir o desenvolvimento e o crescimento do setor industrial de madeira.

2.1.1 - Conselho de Administração

PRESIDÊNCIA:

Presidente: Odacir Antonelli

Repinho Reflorestadora de Mad. e Comp. Ltda

Vice-Presidente: Luiz Alberto Sudati

Indústria de Compensados Sudati Ltda

Tesoureiro: João Carlos Ribeiro Pedroso

Indústria de Compensados Guararapes Ltda

CONSELHEIROS VICE-PRESIDENTES:

Antonio Rubens Camillotti

E.A.C. Florestal Ltda

Douglas Antonio Granemann de Souza

Triângulo Pisos e Painéis Ltda

Fernando Gnoatto

Berneck S.A. Painéis e Serrados

Isac Chami Zugman

Compensados e Laminados Lavrasul S.A.

Ivan Tomaselli

Timberplac Ltda

CONSELHEIROS VICE-PRESIDENTES:

Juliano Vieira de Araújo

F.V de Araújo S.A.

Paulo Cavalcanti Neto

Somapar Soc. Mad. Paranaense Ltda

Thales Zugman

Compensados e Laminados Lavrasul S.A

DIRETORES REGIONAIS:

Diretor Região Centro Oeste: João Carlos Baldasso

Guavirá Ltda

Diretor Região Norte: Luis Fernando Honório Alves

E. Carli Ltda

CONSELHO FISCAL:

Titulares:

Ricardo Pedroso

Indústria de Compensados Guararapes Ltda

Fábio Ayres Marchetti

Manoel Marchetti Indústria e Comércio Ltda

Suplentes:

Silvano D'Agnoluzzo

Rio Concrem Industrial Ltda

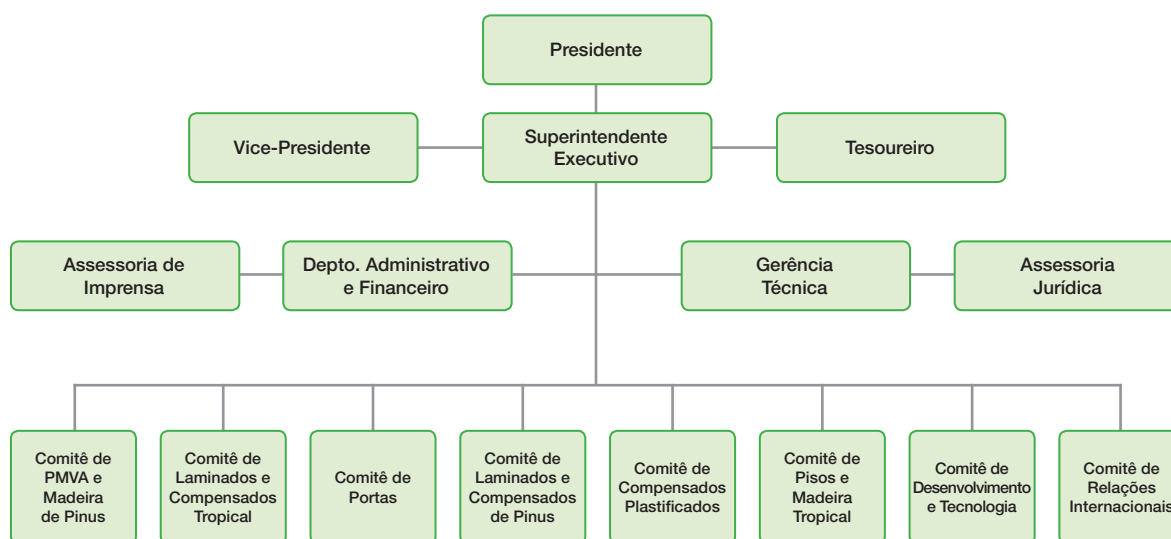
José Roberto Pimentel Lopes

Pimentel Lopes Engenharia e Arquitetura Ltda

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO:

Paulo Roberto Pupo

2.1.2 Organograma Operacional da ABIMCI



2.1.3 Associados

A ABIMCI possui 3 categorias de associados:

- i. **Sócios Titulares:** Indústrias engajadas na produção, comercialização, distribuição de produtos oriundos do processamento mecânico de madeira, nas suas diferentes formas;
- ii. **Sócios Participantes:** Pessoas físicas ou jurídicas que atuam na produção, na venda, distribuição de materiais e insumos usados na fabricação de produtos oriundos do processamento mecânico de madeira nas suas diferentes formas. Pessoas físicas ou jurídicas que de alguma forma, trabalhem / industrializem produtos de madeira, prestem serviços, exerçam atividades outras que tenham interesses ligados a produtos de madeira ou a atividades ligadas à produção da matéria-prima madeira (florestas nativas ou implantadas). Aos sócios participantes são assegurados todos os direitos dos sócios titulares, exceto o de votar e ser votado;
- iii. **Sócios Correspondentes:** Pessoas físicas ou jurídicas, que exerçam atividades, prestem serviços ou tenham interesses ligados aos diversos setores dos Sócios Titulares e Sócios Participantes.

A lista completa de associados da ABIMCI pode ser vista ao final do estudo setorial (Anexo II).

2.1.4 Parceiros Institucionais e Acordos de Cooperação

Como representante das indústrias de madeira processada mecanicamente, a ABIMCI conta com diversos parceiros institucionais e acordo operacionais, nos quais, em alguns casos, também possui assento e participa de maneira atuante na defesa dos interesses dos associados.

No *Global Timber Forum*, por exemplo, a Associação participa representando o Brasil. No último encontro realizado em 2013 foram firmados acordos operacionais para garantir à ABIMCI acesso às informações de mercado e dados setoriais mundiais.

Conheça Alguns dos Parceiros da ABIMCI:

- FIEP - Federação das Ind. do Estado do Paraná
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- FNBF - Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal
- CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção
- STCP - Eng. e Projetos
- SESI - Serviço Social da Indústria
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABCP - Associação Brasileira Cimento Portland
- APRE - Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal
- FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Ministério das Relações Exteriores
- INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- CIPEM - Centro das Indústrias Exportadoras do Estado do Mato Grosso
- Programa Madeira Legal - SP
- TTF - Timber Trade Federation
- ETTF - European Timber Trade Federation
- GTF - Global Timber Forum
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
- IWPA - International Wood Products Association
- FEIC - European Federation of the Plywood Industry
- BM Trada
- ITTO - International Tropical Timber Organization
- TTJ - Timber Trade Journal
- Inúmeros sindicatos madeireiros do País

2.1.5 – Como a ABIMCI atua

Representação Política e Institucional

Entre os vários papéis da Associação está o de agente político. As ações buscam reduzir custos para as empresas, fazer a promoção comercial nos principais mercados consumidores, otimizando o processo de venda dos produtos nos vários setores do mercado, proporcionar a isonomia competitiva entre os concorrentes e segurança jurídica, entre outros aspectos que afetam diretamente o negócio dos industriais.

Frentes de trabalho

Desoneração do setor

- Eliminação do IPI do Compensado
- Inclusão do setor no Plano Brasil Maior - desoneração da folha de pagamento
- Inclusões de produtos de madeira na Cesta Básica da Construção Civil
- Re-designação no SGP - Sistema Geral de Preferências do mercado norte-americano
- Manutenção da quota europeia anual para compensados de pinus
- Manutenção do Reintegra

Ações Jurídicas

- Representação contra aumentos abusivos de insumos
- Expedição de liminares contra greves federais para garantir o embarque das mercadorias
- Defesa de dumping comercial

Ações e informações comerciais

- *Dados comerciais e estatísticas permanentes de embarques*
- *Divulgação de oportunidades comerciais para os associados*
- *Dados econômicos e sociais através das Federações Estaduais*
- *Representação internacional nos principais mercados mundiais*
- *Ações e parcerias diversas com as Federações Estaduais*
- *Ações nos portos, armadores e terminal de contêineres*

2.1.6 Certificações

A ABIMCI desenvolve programas de qualidade e certificação para proporcionar às empresas associadas melhoria de processo, garantindo assim acesso aos mercados que impõem esses quesitos como exigências comerciais.

• PNQM

O Programa Nacional da Qualidade da Madeira (PNQM) é uma certificação que visa o controle do processo produtivo, desde o recebimento da matéria-prima até a embalagem e expedição do produto final.

Um dos principais objetivos deste programa é disponibilizar ao mercado produtos com especificações conhecidas e oficiais, fabricados dentro de parâmetros controlados, promovendo a melhoria da qualidade e competitividade da indústria da madeira e oferecendo produtos com padrão de qualidade exigida pelos principais mercados.

Criado em 1999, com base no sistema de gestão da qualidade ISO 9001, a ABIMCI tem conseguido grandes avanços junto às indústrias na qualidade do processo e dos produtos de madeira sólida. Fabricados através de parâmetros controlados, a certificação garante ao mercado produtos que atendam os padrões exigidos.

O conteúdo objetivo do programa e o crescimento das exigências de mercado estimularam a ABIMCI a expandir o escopo do PNQM. Atualmente, o programa engloba empresas fabricantes de compensado de madeira de pinus (PNQM - Pinus), fabricantes de compensado de madeira tropical (PNQM Tropical) e de portas de madeira (PNQM - Portas). O próximo passo será atender também o setor de madeira serrada.

• CE Marking

A marca "CE" é a exigência legal de conformidade de produtos, imposta pela Comunidade Europeia, que exige que o fabricante e seus produtos atendam aos requisitos da norma EN (European Norm), exigida pelos 28 países do bloco europeu, através da regulamentação dos produtos de construção CPR (305/2011), regida pela norma EN-13986:2004.

Desde 2003, a ABIMCI possui um acordo de subcontratação com a BM Trada, órgão de certificação europeu, situado na Inglaterra, viabilizando no Brasil a certificação CE para painéis estruturais de madeira. A certificação das empresas através do PNQM garante o acesso ao selo CE para seus produtos.

Obtendo a certificação *CE Marking* via ABIMCI e o PNQM, vários outros benefícios são atingidos, como a preparação técnica da documentação oficial, a comunicação direta com o órgão certificador e a consequente publicação dos produtos certificados da empresa no site oficial da certificadora, que é a base legal de consulta do mercado consumidor. Para adquirir a certificação CE é necessário que a empresa tenha um Sistema de Gestão da Qualidade implantado e o PNQM possui esse reconhecimento internacional, aceito

pela União Europeia.

Os mecanismos para obtenção da marcação CE de conformidade dependem do nível de exigência a ser atendido pela empresa, podendo ser Estrutural – nível 2+ ou Não Estrutural – Nível 4.

• **PSQ-PME: Programa Setorial de Qualidade - Portas de Madeira para Edificações**

Com a publicação da nova norma técnica de portas ABNT NBR 15930:2011 – Porta de Madeira para Edificações, a ABIMCI lançou o Programa Setorial da Qualidade para Portas de Madeira para Edificações (PSQ-PME). A iniciativa promove a isonomia competitiva do setor de portas, além de combater as não conformidades dos componentes da construção civil.

Para serem qualificadas dentro do PSQ-PME, as empresas precisam da certificação de conformidade de seu produto, que une a certificação baseada em um sistema de gestão da qualidade e ensaios realizados em laboratórios e que atendam os requisitos da ABNT NBR 15930.

A ABIMCI firmou acordo de cooperação com a ABNT Certificadora para que esta seja o órgão responsável por auditar as empresas e avaliar os relatórios técnicos dos ensaios das portas emitidos pelo laboratório de ensaios IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). O IPT aponta se o produto atende aos requisitos da norma e emite o certificado de conformidade de produto.

A certificação de conformidade ABNT para portas de madeira tem validade de três anos e é reavaliada a cada seis meses mediante auditoria e coleta de produtos nas fábricas para ensaios periódicos no IPT, conforme previsto na PE 267 da ABNT. Qualquer não conformidade de produto é informada ao Inmetro para suspensão temporária da certificação até a regularização com novos ensaios.

Não basta apenas o produto ser aprovado em todos os parâmetros e receber a certificação. Outro fator que influencia no desempenho é garantir que o produto mantenha sua qualidade desde a fabricação até sua instalação. Diante dessa demanda para garantir a qualidade em todo o processo, foi desenvolvido junto ao SENAI/PR o curso de instalador de kit porta pronta, no qual os profissionais são capacitados com conhecimentos teóricos e práticos para o aperfeiçoamento de instalação do produto, visando a produtividade com qualidade, respeitando as recomendações técnicas e aplicando as normas de instalação e segurança durante a execução das atividades para atender uma necessidade do mercado da construção civil.

Alinhada com a norma de desempenho NBR 15575, a nova norma de portas e a certificação de conformidade de portas pelo PSQ-PME colocam a ABIMCI na frente do novo paradigma da construção civil: a especificação e o uso de produtos de acordo com o desempenho exigido pelos requisitos do usuário.

2.1.7 Normalização de Produtos

A ABIMCI é a entidade gestora do ABNT/CB-31 – Comitê Brasileiro de Madeira, que através das Comissões de Estudos têm por objetivo estudar, elaborar e revisar as normas brasileiras de acordo com as demandas apresentadas.

Os comitês Brasileiros (CB) dentro da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) são órgãos técnicos, formados por Comissões de Estudos, onde as Normas Brasileiras são desenvolvidas.

As Comissões de Estudo (CE) são formadas por membros de diversas classes interessadas, desde representantes de universidades, institutos de pesquisas a produtores e consumidores.

O CB-31 faz a gestão do processo de desenvolvimento de normas que se dá a partir de uma necessidade manifestada pela sociedade. A comissão com os representantes de todos os interessados elabora o projeto de norma, que é submetido à Consulta Nacional. Quando uma norma é aprovada ela é colocada à disposição do público.

• **Comissões de estudos gerenciadas pela ABIMCI no CB-31**

CE 31.000.02	Madeira serrada
CE 31.000.03	Secagem madeira serrada
CE 31.000.05	Madeira compensada
CE 31.000.07	MDF
CE 31.000.09	Comissão peças de madeira serrada
CE 31.000.10	Madeira para carretéis
CE 31.000.11	Mourões de madeira preservada para cercas
CE 31.000.12	Portas
CE 31.000.13	Comissão de pisos de madeira
CE 31.000.14	Postes de madeira
CE 31.000.15	Preservação de madeira
CE 31.000.16	Cruzeta roliça de eucalipto tratada
CE 31.000.17	Postes de eucalipto preservado
CE 31.000.18	Painéis de partículas de média densidade
CE 31.000.19	Chapa dura de fibra de madeira

• **Normas Técnicas já publicadas através da gestão do ABNT/CB-31**

CE 31.000.02 – Madeira Serrada

ABNT NBR 7203:1982	Madeira serrada e beneficiada
ABNT NBR 9487:1986	Classificação de madeira serrada de folhosas
ABNT NBR 1170:1991	Madeira serrada de coníferas provenientes de reflorestamento, para uso geral – Classificação
ABNT NBR 11869:1991	Madeira serrada proveniente de reflorestamento, para uso geral – Inspeção e recebimento – Especificação
ABNT NBR 12297:1991	Madeira serrada de coníferas proveniente de reflorestamento, para uso geral – Medição e quantificação de defeitos – Procedimento
ABNT NBR 12498:1991	Madeira serrada de coníferas provenientes de reflorestamento, para uso geral – Dimensões e lotes – Padronização
ABNT NBR 12551:2002	Madeira serrada – Terminologia
ABNT NBR 14806:2002	Madeira serrada de eucalipto – Requisitos
ABNT NBR 1030:2010	Madeira serrada de coníferas – Defeitos – Medição
ABNT NBR 1032:2010	Madeira serrada de coníferas- Dimensões – Termos e definições
ABNT NBT 2299:2010	Madeira serrada de folhosas – Defeitos – Classificação
ABNT NBR 2301:2011	Madeira serrada de folhosas – Defeitos – Medição

ABNT NBR 3179:2011	Madeira serrada de coníferas – Dimensões nominais
ABNT NBR 4470:2011	Madeira serrada – Determinação do teor de umidade média de um lote
ABNT NBR 737:2011	Madeira serrada de coníferas – Dimensões – Métodos e medições
ABNT NBR 8909:2011	Madeira serrada de coníferas – Dimensões – Desvios permitidos e retração
ABNT NBR 8903:2011	Madeira serrada de folhosas – Dimensões nominais

CE 31.000.05 – Madeira Compensada

ABNT NBR ISO 1096:2006	Madeira compensada – Classificação
ABNT NBR ISO 1954:2006	Madeira compensada – Tolerâncias dimensionais
ABNT NBR ISO 2426-1:2006	Madeira compensada – Classificação pela aparência superficial – Parte 1: Geral
ABNT NBR ISO 2426-2:2006	Madeira compensada – Classificação pela aparência superficial – Parte 2: Folhosas
ABNT NBR ISO 2426-3:2006	Madeira compensada – Classificação pela aparência superficial – Parte 3: Coníferas
ABNT NBR 9484:2011	Determinação do teor de umidade
ABNT NBR 9485:2011	Determinação da massa específica aparente
ABNT NBR 9486:2011	Determinação da absorção de água
ABNT NBR 9488:2011	Amostragem de compensado para ensaio – Requisitos
ABNT NBR 9889:2011	Condicionamento de corpos de prova de compensados para ensaios – Requisitos
ABNT NBR 9535:2011	Compensado – Determinação de inchamento – Método de ensaio
ABNT NBR ISO 2074:2012	Madeira compensada – Vocabulário
ABNT NBR ISO 12466-1:2012	Madeira compensada – Qualidade de colagem – Parte 1: Métodos de ensaio
ABNT NBR ISO 12466-2:2012	Madeira Compensada – Qualidade de colagem – Parte 2: Requisitos
	ABNT NBR 9533:2012

CE 31.000.07 – MDF

ABNT NBR 15316-1:2009	Chapas de Fibras de Média Densidade - Parte 1: Terminologia
------------------------------	---

ABNT NBR 15316-2:2009	Chapas de Fibras de Média Densidade - Parte 2: Requisito
ABNT NBR 15316-3:2009	Chapas de Fibras de Média Densidade - Parte 3 métodos de ensaio

CE 31.000.09 – Peças de Madeira Serrada

ABNT NBR 14807:2002	Peças de madeira serrada – Dimensões
----------------------------	--------------------------------------

CE 31.000.10 – Madeira para carretéis

ABNT NBR 6236:2004	Madeira para carretéis para fios, cordoalhas e cabos
---------------------------	--

CE 31.000.11 – Mourões de Madeira Preservada para Cercas

ABNT NBR 9480:2009	Peças roliças preservadas de eucalipto para construções rurais – Requisitos
---------------------------	---

CE 31.000.12 – Portas de Madeira

NBR 15930-1:2011	Portas de madeira para edificações - Parte 1: Terminologia e simbologia
NBR 15930-2:2011	Portas de madeira para edificações – Parte 2: Requisitos
Projeto de norma 31.000.12-001/03	Portas de madeira para edificações – Parte 3: Requisitos de desempenhos adicionais
Projeto de norma 31.000.12-001/04	Portas de madeiras para edificações – Parte 4: Instalação e manutenção

CE 31.000.13 – Pisos de Madeira

ABNT NBR 15798:2010	Pisos de madeira - Terminologia
ABNT NBR 15799:2010	Pisos de madeira com e sem acabamento – Padronização e classificação

CE 31.000.14 – Penetração e Retenção de Preservativos em Madeira Tratada Sob Pressão

ABNT NBR 6232:2013	ABNT NBR 6232:2013 Penetração e retenção de preservativos em madeira tratada sob pressão
---------------------------	--

CE 31.000.15 – Preservação de Madeira

ABNT NBR 16143:2013	Preservação de madeira – Sistema de categorias de uso
----------------------------	---

CE 31.000.16 – Cruzeta Roliça de Eucalipto Tratado

ABNT NBR 16201:2013	Cruzetas roliças de eucalipto preservado para redes de distribuição elétrica.
----------------------------	---

CE 31.000.17 – Postes de Eucalipto Preservado para Redes de Distribuição de Energia Elétrica

ABNT NBR 16202	Postes de eucalipto para redes de distribuição elétrica - Requisitos
-----------------------	--

CE 31.000.18 – Painéis de Partículas de Média Densidade

Revisão ABNT NBR 14810-1	Painéis de partículas de média densidade Parte 1: Terminologia
Revisão ABNT NBR 14810-2	Painéis de partículas de média densidade Parte 2: Requisitos e métodos de ensaio

CE 31.000.19 – Chapa Dura de Fibra de Madeira

ABNT NBR 10024:2012	Chapa Dura de Fibra de Madeira
----------------------------	--------------------------------

2.1.8 Comunicação

Consolidar a ABIMCI como fonte de informação entre os diferentes públicos da Associação e do mercado é um dos papéis do trabalho de Comunicação que vem sendo realizado pela entidade com a consultoria de profissionais da área. Por meio da assessoria de imprensa, a entidade procura sugerir temas para a pauta dos principais veículos de comunicação do País e mídia especializada. Desde 2012, conta com colunas permanentes em publicações direcionadas ao setor e um novo site na qual os visitantes encontram notícias sobre o segmento, estatísticas permanente de embarques, estudos setoriais, entre outros dados.

Além disso, a Associação também é referência para outras instituições como órgãos do governo, federações, organismos internacionais, entre outros.

2.1.9 Como se Associar à ABIMCI

Para se associar à ABIMCI e ter acesso aos programas desenvolvidos pela entidade, às informações geradas semanalmente pela equipe técnica e fazer parte da principal instituição representativa da indústria madeireira do país, as empresas devem entrar em contato com a secretaria pelo telefone (41) 3225-4358 ou pelo formulário de contato no site www.abimci.com.br.

2.2 FNBF

O Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNBF foi criado em 1999, reunindo diversas associações e sindicatos de base florestal para defender e representar o setor relacionado à atividade florestal de espécies nativas do Brasil em âmbito local e nacional. Essa entidade congrega as maiores entidades de representação do setor de madeira sólida no país (a lista das instituições participantes encontra-se seção subsequente).

A Instituição é responsável por identificar e discutir questões relevantes do setor de base florestal sejam elas de cunho setorial ou nacional, promovendo, em caráter permanente, ações articuladas e conjuntas, na perspectiva de que se fortaleça o encaminhamento das propostas às autoridades competentes, quer em âmbito local / regional ou nacional.

A atuação do FNBF ocorre junto ao governo no Ministério do Meio Ambiente como representante setorial na Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFloP), Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e no Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA). Participa ainda em diversas atividades junto às esferas do executivo como nos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Além disso, possui atuação também no âmbito internacional junto a Organização Internacional de Madeira Tropical (OIMT), *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)* e da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES).

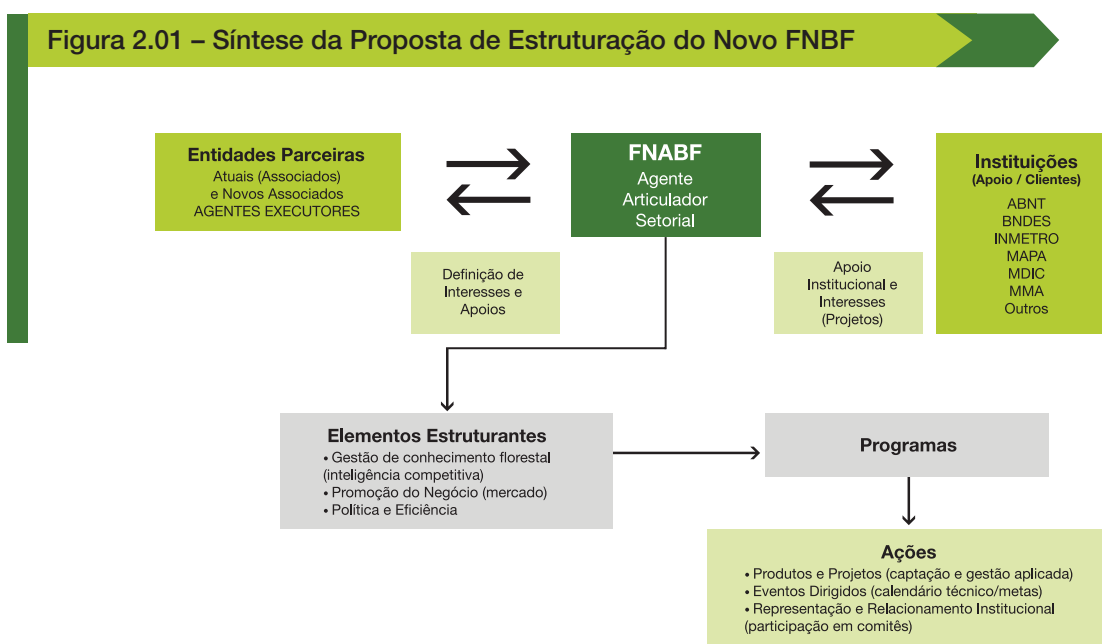
Na presidência do Fórum está o Sr. Geraldo Bento, empossado em 2011 com a proposta de promover o Setor Florestal Brasileiro considerando um portfólio de serviços, na vanguarda das soluções dos principais desafios apresentados pelo mundo.

O FNBF possui como filosofia, missão e valores promover a sustentabilidade, na qual o Setor de Base Florestal tem a oportunidade histórica de fortalecer sua imagem atendendo as aspirações mundiais e os cenários brasileiros, com destaque para a Amazônia.

• Proposta de Atuação do Novo FNBF

O FNBF apresentou, em Jun/2013, a proposta de atuação do novo Fórum ao Setor Florestal Brasileiro. A proposta passa por elementos estruturantes, tais como: (i) gestão do conhecimento florestal, através de inteligência competitiva; (ii) promoção do negócio, tem por base ações no mercado florestal-madeireiro; e (iii) política de eficiência, passando pelo aumento da competitividade e representatividade do setor. Em síntese, a nova proposta de atuação do FNBF é identificar e discutir questões relevantes do setor de base florestal nativa, promover ações articuladas e conjuntas, além de fortalecer o encaminhamento de propostas às autoridades competentes, em âmbito regional ou local.

A figura 2.01 apresenta, de forma sintética, a forma proposta pelo FNBF de articulação setorial, evidenciando as entidades parceiras como agentes executores, além das instituições de apoio junto aos interesses institucionais.



2.2.1 Diretoria Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNBF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Geraldo Bento** (CIPEM)

Secretário: **Refik Hussein Saab** (SINDIMASP)

Conselheiros:

Serafin Quissini (SINDIMADEIRA RS)

Rafik Saab Filho (SINDIMASP)

Dimitrios Paleologos (SINDIMASP)

Bruno Baranek (ANPM)

CONSELHO FISCAL

Conselheiros:

Rafik Saab Filho (SINDIMASP)

Ariel Andrade (ANPM)

Conselheiros Suplentes:

Luis Carlos Zanchet (SINDIMASP)

Moacir Bueno da Silva (SINDIMADEIRA RS)

José Carlos Torina (ANPM)

DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente Executivo:

Ramiro Azambuja da Silva

2.2.2 Associados

Atualmente a FNBF conta com 10 grandes instituições nacionais e estaduais, nos estados do Acre, Pará, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que por sua vez englobam 1.174 empresas representativas da indústria florestal madeireira.

Abaixo segue a relação das entidades:

- i. ABIMCI - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente;
- ii. ABRAMADE - Associação Brasileira dos Produtores, Atacadistas e Varejistas de Produtos de Madeira;
- iii. AIMEX - Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará;
- iv. ANPM - Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira;
- v. ASIMMANEJO - Associação de Indústrias de Madeira de Manejo do Estado do Acre;
- vi. CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeiras de Mato Grosso;
- vii. SINDIMADEIRA - Sindicato das Ind. de Marcenarias, Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Caxias do Sul;
- viii. SINDIMASP - Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo;
- ix. SINDUSMAD - Sindicato de Indústrias Madeireiras do Estado do Acre; e
- x. UNIFLOR - União das Entidades Florestais do Estado do Pará.

2.2.3 Principais Fóruns de Participações do FNBF

Visando a expansão e o desenvolvimento do setor de base florestal principalmente naquele que atua com espécies nativas brasileiras, o FNBF atua em diversas frentes, as quais incluem fóruns, comissões, comitês e câmaras voltadas à promoção setorial. As principais frentes de participação e o status atual das mesmas podem ser verificados na tabela 2.01.

Tabela 2.01 – Frentes de Participação do FNBF e Status Atual

Frente de Participação	Fase/Status
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ativa
COEMA - Conselho Temático de Meio Ambiente	Ativa
CGFLOP - Comissão de Gestão de Florestas Públicas	Ativa
CONAFLOP - Comissão Nacional de Florestas	Ativa
Câmara Setorial de Florestas Plantadas	Ativa

COFA - Comitê Orientador do Fundo Amazônia	Ativa
GT PMFC - Grupo de Trabalho do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar	Ativa
Comitê Técnico dos Sistemas de Controle Florestal	Ativa
FCMM - Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira & Móveis	Paralisada
Comissão de Estudos Temporários de Certificação Florestal	Paralisada
Subcomissão Técnica de Certificação Florestal	Paralisada

Fonte: FNBF, adaptado por STCP.

• Retomada do Convênio com o MDIC

Em 2012 o FNBF retomou suas atividades junto ao MDIC, através de convênio que tem por finalidade estabelecer um diagnóstico amplo sobre Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial Sustentável para a Amazônia.

Este estudo tem por objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre os sistemas produtivos da Amazônia Legal e os fatores limitantes e críticos ao seu desenvolvimento. Com base nesse conhecimento, será formulada uma política industrial específica para a região, englobando o desenvolvimento de um modelo de industrialização sustentável, com agregação de valor, melhoria da eficiência, da qualidade para produtos e da competitividade nos sistemas produtivos.

Como um dos passos, em meados de 2012, foi realizado um seminário, em Cuiabá/MT, para Validação dos Estudos e Dados Levantados.

• Participação do FNBF no Encontro da Indústria para a Sustentabilidade e na Conferência RIO+20

O setor de base florestal foi representado pelo FNBF, juntamente com o CIPEM, durante três eventos na conferência RIO+20, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2012.

Paralelamente a RIO+20, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoveu o “Encontro da Indústria para a Sustentabilidade”. No evento foram apresentados 16 fascículos correspondentes aos setores industriais brasileiros, entre eles o de base florestal. Esse fascículo, do Setor de Base Florestal, foi produzido pelo FNBF e debatido em mesas redondas coordenadas pelos representantes do FNBF, que ressaltaram a posição do setor e sua importância para a Amazônia na manutenção das florestas e dos ativos ambientais.

Ocorreu ainda uma palestra para empresários e representantes de governo de estados abrangidos pela floresta amazônica, sobre a nova visão da sustentabilidade do setor de base florestal que considera o dinamismo do bioma amazônico, além do extraordinário potencial econômico e ambiental obtido com o manejo florestal sustentado.

• Encontro Anual de Fórum Florestal

Em Jun/2013 foi realizado, em Brasília/DF, o Encontro Anual do Fórum Florestal com organização do FNBF e co-realização do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso (SINDUSMAD). O encontro contou com a participação de diversos atores da economia florestal brasileira, tendo como objetivo a formulação de estratégias para política florestal do Brasil, regularização fundiária e renovação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), apresentados ao Governo.

Durante o evento, foram realizados debates e apresentação do relatório final do estudo “Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial Sustentável para a Amazônia” ao MDIC.

O Encontro foi uma oportunidade ímpar para o setor demonstrar sua força em nível nacional, valorizando os ativos do segmento e a busca de alternativas sustentáveis à floresta amazônica.

3

RECURSOS FLORESTAIS NO BRASIL





3

RECURSOS FLORESTAIS NO BRASIL

O Brasil é um país com forte vocação florestal. Além disso, possui grande potencial para ampliar sua área de florestas plantadas e incrementar as atividades de manejo florestal sustentável em florestas nativas. Tais ampliações não apenas trariam benefícios de ordem econômica como também contribuiriam para a redução do desmatamento das florestas nativas.

Esta seção apresenta, em linhas gerais, informações relativas aos recursos florestais no país, com destaque especial para as florestas nativas e plantadas e respectiva importância para o desenvolvimento do Brasil.

3.1 COBERTURA FLORESTAL

A cobertura florestal brasileira é da ordem de 519,3 milhões de hectares, dos quais, 98,6% (512,1 milhões hectares) são representados por floresta nativa, as quais estão predominantemente localizadas na Região Amazônica (florestas tropicais).

As florestas plantadas, por sua vez, representam apenas 1,4% (7,2 milhões hectares) da cobertura florestal brasileira. Por mais que esse percentual seja bastante reduzido em comparação às florestas nativas, sua importância para o desenvolvimento sócio econômico é notória, principalmente em termos de geração de empregos e renda.

A tabela 3.01 apresenta a área para ambos os tipos de floresta e a sua participação na cobertura florestal brasileira.

Tabela 3.01 - Cobertura Florestal Brasileira (Nativa + Plantada)

Tipo	Área (1.000 ha)	Participação (%)
Floresta Nativa ¹	512.105	98,6%
Floresta Plantada ²	7.186	1,4%
TOTAL	519.291	100,0%

¹ Dados de Floresta Nativa atualizados com ano base 2010 (última atualização disponível); e dados de Floresta Plantada atualizados para 2012.

² Florestas Plantadas com eucalipto, pinus e outras espécies.

Fonte: ABRAF (2013), FAO (2010), compilado por STCP.

3.1.1 Florestas Nativas

De acordo com a FAO (2010), estima-se que a área com florestas nativas no Brasil atinja pouco mais de 512 milhões de hectares. Deste total, 93% referem-se à floresta nativa primária, ou seja, onde não há indicação clara e visível de antropização (atividade humana) e os processos ecológicos não foram perturbados de maneira significativa. Os 7% restantes referem-se à floresta nativa regenerada naturalmente, onde há indícios visíveis da atividade humana. A tabela 3.02 apresenta as respectivas participações em área.

Tabela 3.02 - Área com Florestas Nativas por Tipo (2010)¹

Tipo	Área (1.000 ha)	Participação (%)
Floresta Nativa Primária	476.573	93%
Floresta Nativa Regenerada Naturalmente	35.532	7%
TOTAL	512.105	100%

¹ Dados de Floresta Nativa atualizados com ano base 2010 (última atualização disponível).
Fonte: FAO (2010), compilado por STCP.

A área com florestas nativas primárias no Brasil sofreu redução significativa nas últimas décadas, representando uma perda anual de -0,5%, equivalente à taxa de -10,1% no período entre 1990-2010.

De forma comparativa, observa-se que a área com floresta nativa na América do Sul também reduziu em níveis similares às taxas do Brasil, conforme evidencia a tabela 3.03.

Uma das causas para a redução das áreas no Brasil está relacionada ao processo de colonização no país através da implantação de grandes projetos agropecuários, em especial na região Amazônica.

Tabela 3.03 - Evolução da Redução da Área com Florestas Nativas Primárias no Brasil e na América do Sul

Local	Área de Floresta Nativa Primária (1.000 ha)				Taxa Redução Anual (1990-2010)	Taxa Redução no Período (1990-2010)
	1990	2000	2005	2010		
Brasil	530.041	501.926	488.254	476.573	-0,5%	-10,1%
América do Sul	673.304	653.691	637.839	624.077	-0,4%	-7,3%

Fonte: FAO (2010), compilado por STCP.

Na década de 70, em regiões em que o governo nacional não se fazia presente foram criados programas e superintendências para executar planos de desenvolvimento, em especial na Amazônia Legal. Com esse propósito, o governo lança o que se denominou "Operação Amazônia": um complexo de leis e medidas administrativas, visando promover a definitiva integração da região ao contexto socioeconômico nacional.

A política dos governos militares para a Amazônia utilizou o *slogn* "ocupar para não entregar". Através de decreto de lei, nos anos 70 foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN). Tal programa previa três diretrizes importantes a serem implantadas: (i) Abertura de duas rodovias na Amazônia: a Transamazônica (ligando o Nordeste e Belém-Brasília à - Amazônia ocidental – Rondônia e Acre) e a rodovia Cuiabá-Santarém, ligando o Estado de Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; (ii) A implantação de um programa de "colonização e reforma agrária", em uma faixa de terra de 100 km de cada lado das novas rodovias, e o início do projeto de irrigação do Nordeste; e (iii) A transferência de cerca de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais provenientes de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa.

Com essa ação, promovida e apoiada pelo Governo, a região Amazônica foi povoada, e a agricultura e pecuária se instalaram contribuindo para o desenvolvimento e consolidação das novas fronteiras.

Com o passar do tempo, as estradas que foram abertas através do PIN, bem como o incentivo à agropecuária na região, facilitaram assentamentos ilegais e a exploração indiscriminada das florestas nativas, resultando em desmatamentos do tipo "espinha de peixe".

Historicamente, a exploração das florestas nativas tem sido realizada de forma predatória. A adoção do manejo florestal é relativamente recente e ainda representa uma pequena fração de toda a produção das florestas nativas do Brasil.

Comercialmente, as toras provenientes de florestas nativas são classificadas por grupos de espécies, conhecidas por (i) nobres ou especiais; (ii) vermelhas; (iii) mistas; e (iv) brancas. Tais grupos possuem uma grande distinção de valor, sendo a primeira as mais valorizadas e assim sucessivamente.

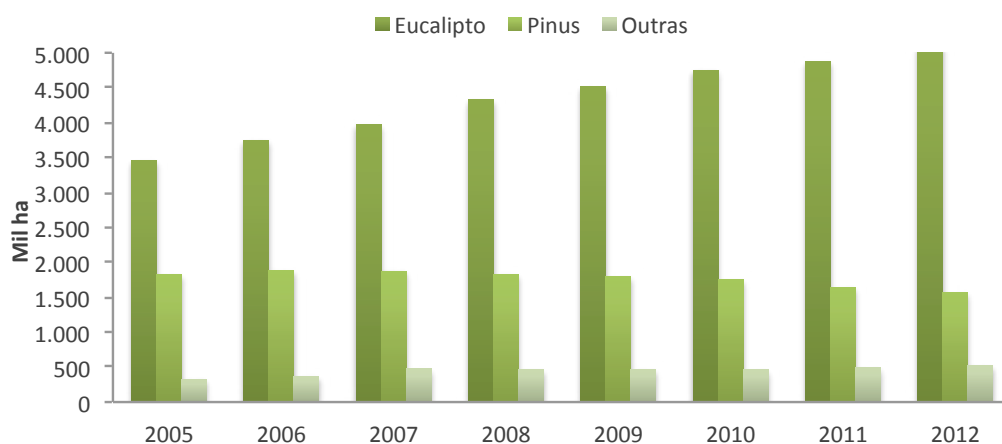
Ao inverso do que acontece com o setor de florestas plantadas no Brasil, o qual é caracterizado pelo uso de tecnologias modernas de silvicultura e fortemente capitalizado, o segmento atrelado às florestas nativas encontra-se em um estágio inicial de desenvolvimento econômico e tecnológico.

3.1.2 – Florestas Plantadas

A área com florestas plantadas no Brasil atingiu a marca de 7,2 milhões de hectares em 2012. Desse total, 71% (5,1 milhões ha) são de eucalipto, 22% (1,6 milhões ha) referem-se ao pinus e o restante, 7% (521 mil ha) de outras espécies florestais, tais como a seringueira, acácia, teca e outras. A área dominante continua sendo a do eucalipto.

No Brasil, o eucalipto tem sido amplamente plantado devido ao seu rápido crescimento e alta produtividade (IMA), capacidade de adaptação às condições edafo-climáticas, bem como pelo seu potencial econômico de utilização diversificada de sua madeira. Aliado a isso, muitas empresas tem investido fortemente na reposição e em alguns casos na ampliação da sua base florestal de forma a suprir a demanda em seus processos industriais, seja na forma de insumo energético ou como matéria-prima para seu produto acabado. A figura 3.01 apresenta a evolução histórica da área plantada com eucalipto, pinus e outras espécies florestais no país.

Figura 3.01 - Evolução Histórica da Área Plantada com Eucalipto, Pinus e Outras Espécies¹ Florestais no Brasil



¹ As outras espécies incluem: seringueira, acácia, paricá, teca, araucária, bracatinga, pupunha, entre outras.
Fonte: ABRAF (2013), adaptado por STCP.

Observa-se que a área plantada com eucalipto tem crescido no Brasil. Entre 2006-2012, a taxa de crescimento no período foi superior a 36%, equivalente a um incremento em área da ordem de 5% ao ano.

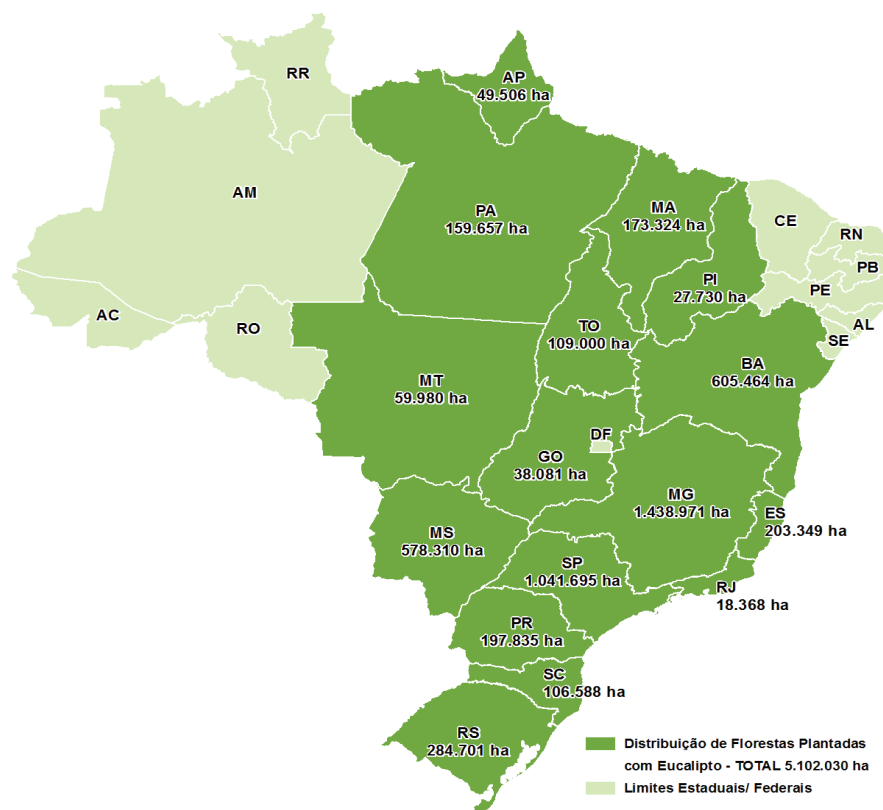
O estado de Minas Gerais está no topo do *ranking* dos estados brasileiros com a maior área plantada de eucalipto, com 1,4 milhões de florestas plantadas até 2012, representando 28% do total plantado com essa espécie no país. Este estado concentra o maior número de siderúrgicas do Brasil, as quais utilizam amplamente o eucalipto, principalmente como carvão vegetal. Outros estados tais com São Paulo, ainda na Região Sudeste, Bahia no Nordeste do Brasil e Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste, possuem significativas áreas plantadas com o eucalipto. São nestes estados em que se localizam as principais indústrias de celulose e papel (C&P) do Brasil.

Por outro lado, nota-se que a área plantada com pinus vem diminuindo no Brasil. Entre 2006-2012, a taxa no período foi negativa em 17%, equivalente a -3% ao ano de redução da área.

Diferentemente do eucalipto, que suas áreas estão pulverizadas pelo país, o pinus está praticamente concentrado na Região Sul do Brasil, onde se localiza 85% (1,32 milhão ha) da área plantada total com esta espécie no país (1,56 milhão ha). No Brasil, esta espécie se desenvolve bem nas regiões com clima ameno e inverno frio, com disponibilidade constante de umidade durante o ano. Esta condição é encontrada principalmente na Região Sul. É nesta região, em especial nos estados do Paraná e Santa Catarina, onde se concentram o maior número de empresas que atuam com produtos de madeira sólida, tais como madeira serrada, compensados, PMVA (molduras, portas e outros remanufaturados sólidos). Esses produtos em sua maior parte, atualmente são produzidos utilizando o pinus como matéria-prima.

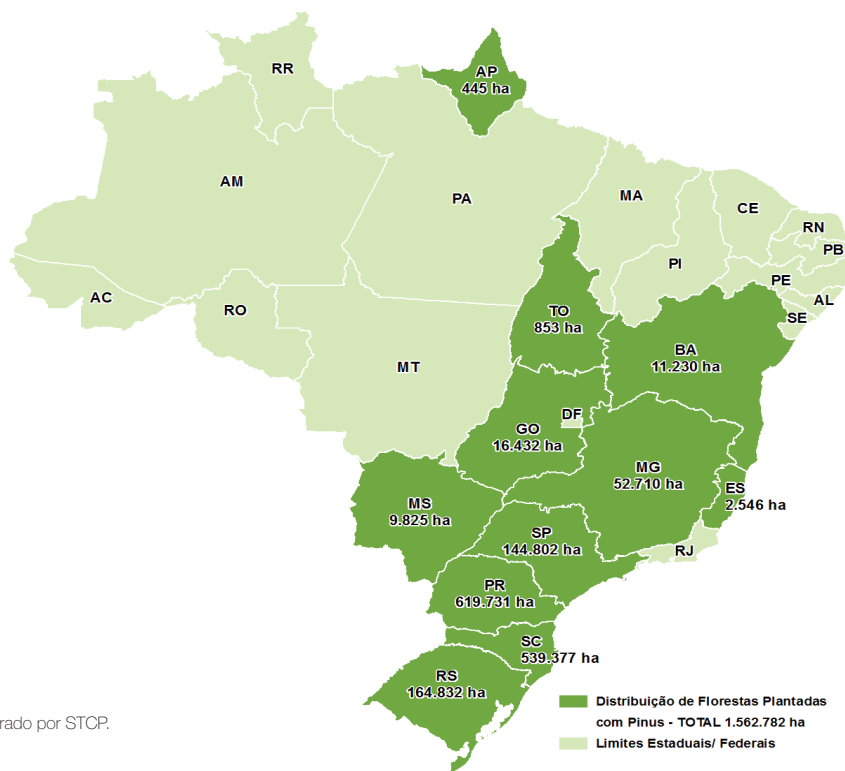
As figuras 3.02, 3.03 e 3.04 apresentam, respectivamente, a área plantada com eucalipto, pinus e total dos principais estados da federação, tendo por base dados de 2012.

Figura 3.02 – Área Plantada com Eucalipto no Brasil (2012)



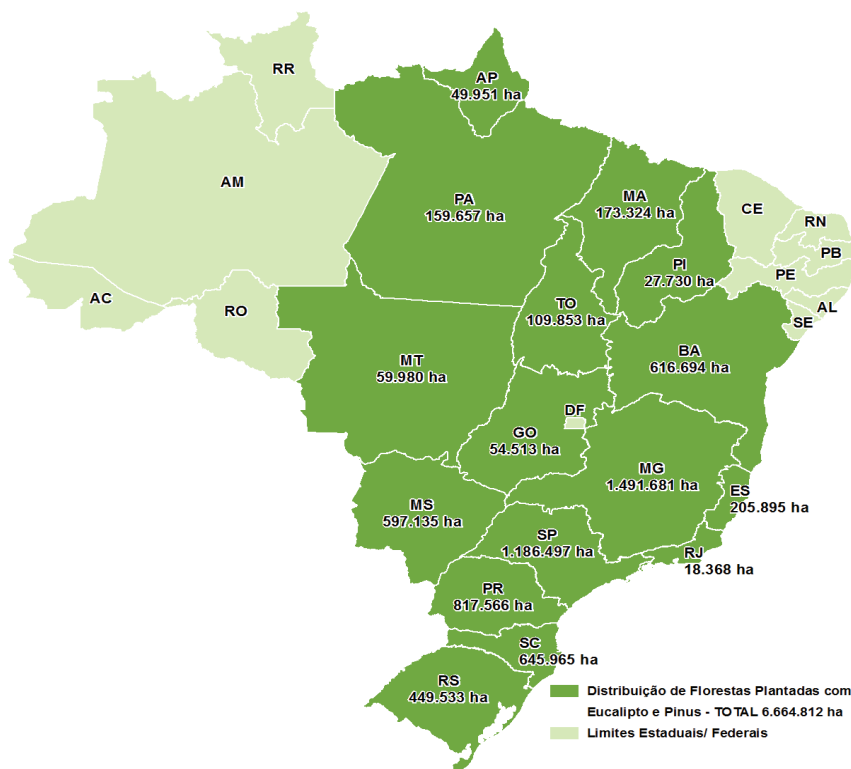
Fonte: ABRAF (2013), elaborado por STCP.

Figura 3.03 – Área Plantada com Pinus no Brasil (2012)



Fonte: ABRAF (2013), elaborado por STCP.

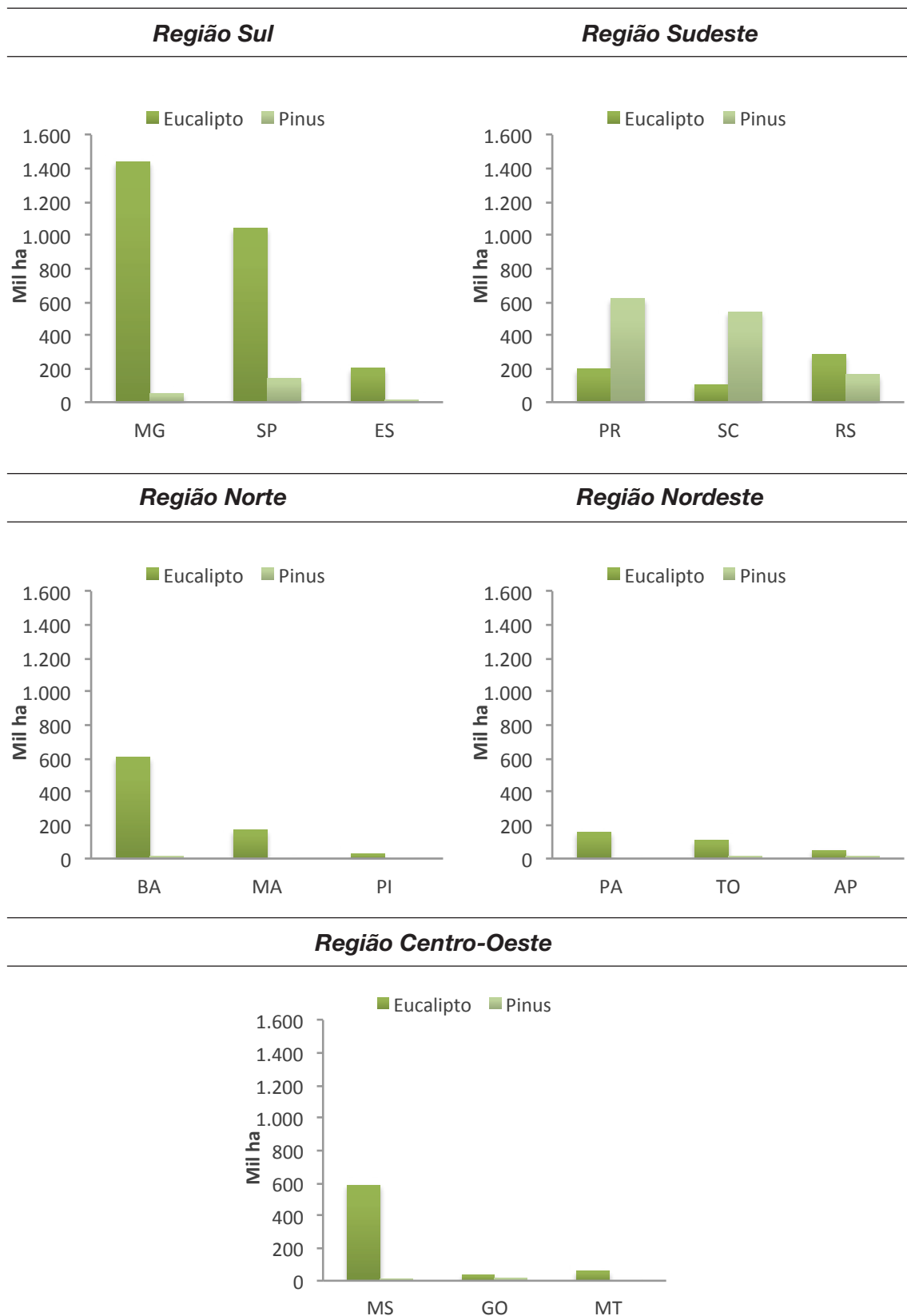
Figura 3.04 – Área Plantada com Eucalipto e Pinus no Brasil (2012)



Fonte: ABRAF (2013), elaborado por STCP.

A figura 3.05 apresenta a área plantada por espécie (eucalipto e pinus) dos principais detentores de florestas dentre os estados da federação, por região geográfica do Brasil.

Figura 3.05 – Área Plantada com Eucalipto e Pinus em Estados Selecionados por Região Geográfica do Brasil (2012)

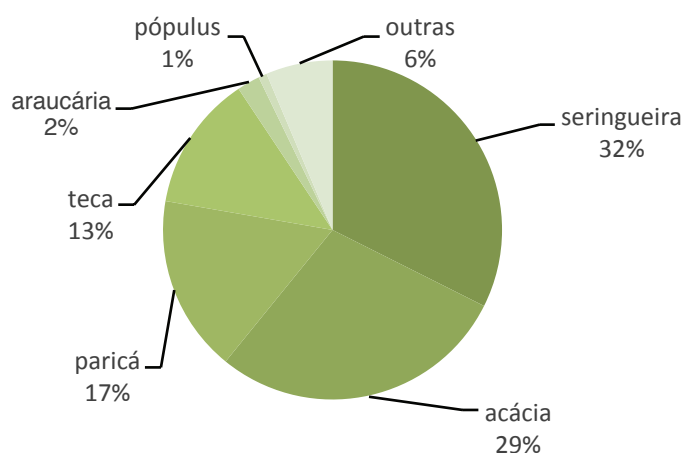


Fonte: ABRAF (2013), adaptado por STCP.

Em um período mais recente (2010-2012) se tem observado no país um crescimento relativo da área com plantações florestais com outras espécies que não o eucalipto e o pinus. Em 2012, as informações disponíveis totalizaram uma área de plantio com outras espécies da ordem de 521 mil hectares, tais como a seringueira (32%), acácia (29%), paricá (17%) e outras (22%), conforme se apresenta na figura 3.06.

No período considerado, a taxa de crescimento da área plantada com as outras espécies foi de 12,7%, o que equivale a 6% ao ano, superior ao crescimento histórico da área de eucalipto.

Figura 3.06 – Participação das Outras Espécies Florestais na Área Plantada (2012)



TOTAL 2012: 521.131 hectares

Fonte: ABRAF (2013), adaptado por STCP.

A seringueira, terceira principal espécie plantada no Brasil, além do eucalipto e pinus, é basicamente voltada para a exploração de látex, para a produção de borracha natural. O maior detentor das áreas plantadas com seringueira é São Paulo.

Dentro do setor da indústria processada mecanicamente, o paricá está em destaque. Trata-se de uma espécie florestal de rápido crescimento, tronco retilíneo e elevado valor comercial. O paricá tem sido bastante cultivado pelas empresas madeireiras da região norte e nordeste do país, principalmente nos Estados do Pará e Maranhão.

No Pará, os plantios de paricá concentram-se principalmente nos municípios de Paragominas e Dom Eliseu, na região nordeste do Estado. A madeira dessa espécie tem sido utilizada na fabricação de laminados, compensados e MDF.

A teca, por sua vez, é comumente encontrada nos Estados de Mato Grosso, Pará e Roraima. Sua madeira é de excelente qualidade para fins mais nobres, apresentando cerne e alburno distintos pela cor. É uma espécie de crescimento rápido em altura, ultrapassando 3 metros no primeiro ano. Usualmente se faz o manejo dos plantios com rotação entre 20-25 anos.

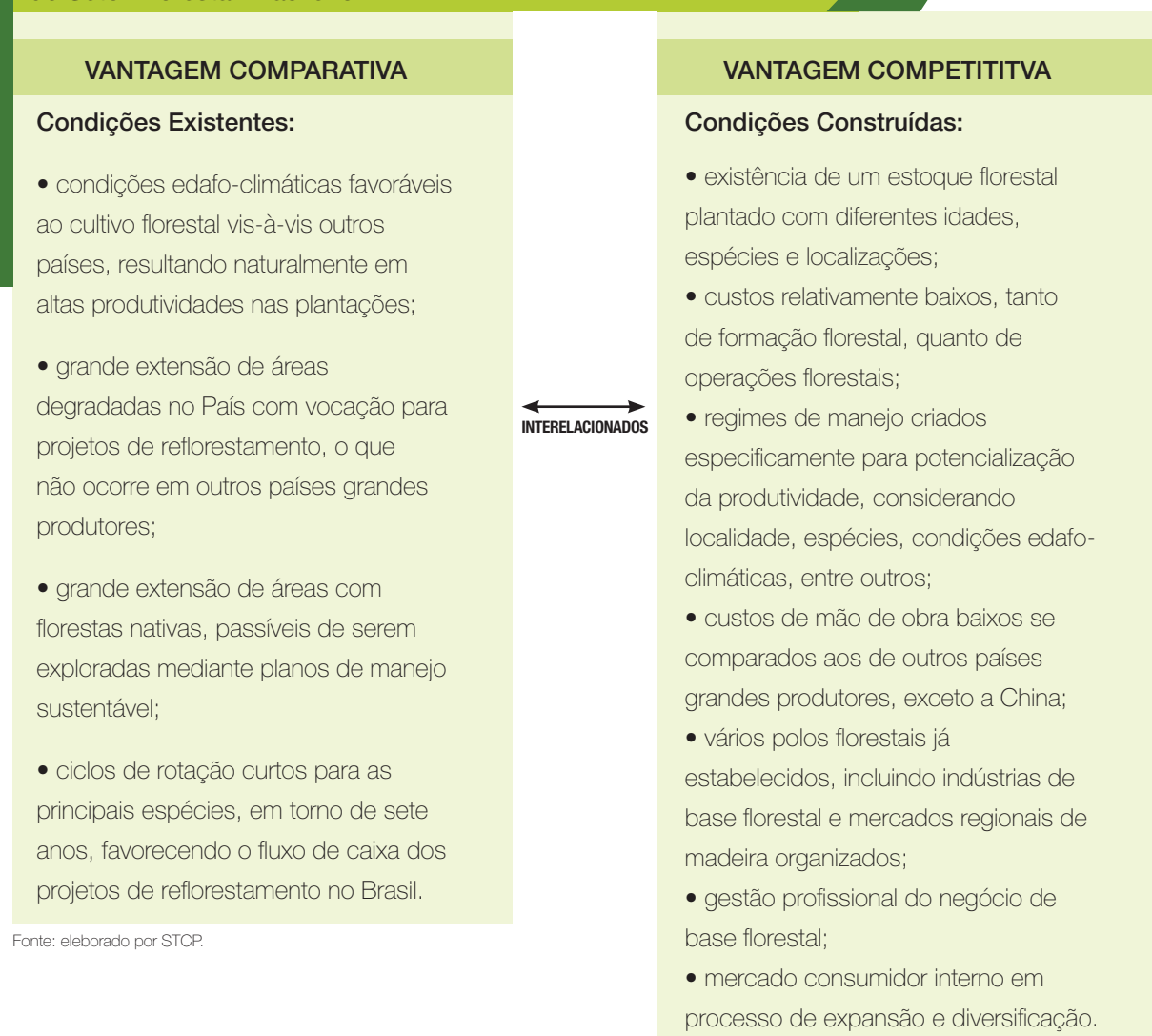
3.2 – Diferenciais do setor florestal brasileiro

O Brasil possui um potencial florestal reconhecido internacionalmente. Isso é possível em função de suas vantagens comparativas e competitivas, não somente na área florestal como também no setor industrial do país.

É importante ter em mente que, vantagens comparativas dizem respeito às condições existentes em uma região / país, as quais são características herdadas ou promovidas pela natureza. As vantagens competitivas, por sua vez, referem-se às condições construídas pelo homem, seja ele agente de instituições privadas ou públicas.

A figura 3.07 apresenta as principais vantagens comparativas e competitivas identificadas dentre diferentes aspectos (econômicos, sociais e ambientais), as quais favorecem o desenvolvimento do setor florestal nacional.

Figura 3.07 – Principais Vantagens Comparativas e Competitivas do Setor Florestal Brasileiro



Fonte: elaborado por STCP.

3.3 Importância das florestas para o Brasil

O setor florestal contribui significativamente para o desenvolvimento do país. Tanto as florestas plantadas como as nativas são essencialmente importantes tanto nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. De forma sintética, a tabela 3.04 apresenta as principais contribuições considerando tais aspectos.

Tabela 3.04 – Principais Contribuições do Setor Florestal – Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais

Aspecto	Contribuição do Setor Florestal
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - Fonte de matéria-prima - produtos madeireiros e não madeireiros; - Atração e captação de investimentos; - Valorização da terra; - Exploração racional e sustentável através das concessões florestais; - Contribuição no PIB (geração de renda); - Recolhimento de tributos; - Geração de divisas (balança comercial – exportações); - Geração de produtos e subprodutos para diversos segmentos (construção civil, moveleiro, energético, entre outros); - Elevado valor paisagístico e recreativo; - Outros.
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de emprego; - Fonte de alimento (frutos / sementes) para comunidades locais; - Elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; - Redução do êxodo rural: fixação do homem no campo; - Promoção de treinamentos / capacitações para trabalhadores; - Manutenção das populações indígenas e quilombolas em suas áreas de origem; - Recreação, ecoturismo e lazer; - Importância em rituais tradicionais, folclore, cultura; - Outros.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Manejo sustentável das florestas (certificação); - Fonte de biodiversidade e biotecnologia; - Regulação do clima global; - Conservação dos recursos hídricos; - Função de proteção do solo contra erosão / sedimentação; - Auxilia na melhoria da fertilidade do solo / reciclagem de nutrientes; - Controle de distúrbios climáticos (tempestades, enchentes e secas); - Auxilia a conservação da fauna, a qual é dependente da flora; - Proteção de habitats utilizados na reprodução / emigração de espécies (fauna e flora); - Regulação dos níveis de gases atmosféricos poluentes / qualidade do ar / contenção dos poluentes; - Redução no nível de desmatamento ilegal; - Fonte de material genético; - Outros.

Fonte: elaborado por STCP.

4

A INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE



A indústria de madeira processada mecanicamente em sua ampla gama de produtos se classifica como parte da indústria de transformação e tem uma forte e importante participação dentro do setor de base florestal brasileiro, tanto no faturamento do setor e na balança comercial (apresentado no Capítulo 5 deste Estudo Setorial) quanto na geração de empregos e contribuição ao Valor Bruto da Produção.

Esse capítulo apresenta um descritivo sobre o perfil nacional e regional das empresas pertencentes à cadeia produtiva da indústria madeireira, o número de empresas e empregos diretos gerados pela indústria de madeira processada mecanicamente, além de estatísticas setoriais relativas à socioeconomia do setor.

Tais aspectos contribuem para traçar o panorama setorial atual quanto aos principais aspectos relacionados às oportunidades e ameaças da indústria.

4.1 – PRINCIPAIS ESPÉCIES MADEIREIRAS UTILIZADAS

Este estudo trata exclusivamente dos Produtos Florestais Madeireiros, com ênfase na indústria madeireira de produtos processados mecanicamente.

As espécies utilizadas na indústria da madeira processada mecanicamente estão divididas entre aquelas oriundas de florestas plantadas e as de florestas nativas. A seguir, apresentam-se as principais espécies florestais madeireiras para cada um destes dois grupos florestais.

O Brasil possui uma ampla gama de formações vegetais e ecossistemas naturais, que abrigam diferentes espécies arbóreas, as quais formam a base dos recursos florestais para parte da indústria madeireira nacional. Cada uma destas espécies guarda características próprias que favorece o uso para determinados fins. Adicionalmente a esta base de florestas nativas, o Brasil detém plantios florestais com espécies comerciais, os quais também fornecem parte significativa da matéria prima que atende o setor madeireiro.

• Principais Espécies Florestais Plantadas

Embora a maior área plantada com espécies comerciais no Brasil seja formada por eucalipto, esta espécie florestal é utilizada principalmente na indústria de celulose e papel, bem como na fabricação de painéis reconstituídos. Em menor escala, o eucalipto é utilizado na fabricação de serrados, lâminas, compensados e produtos de madeira tratada, tais como postes e mourões.

O pinus é a principal espécie florestal plantada utilizada pela indústria de madeira processada mecanicamente. Na Região Sul do Brasil, as principais espécies utilizadas desde os anos 1970s/80s tem sido os *Pinus taeda* e *Pinus elliottii*, ambos originários da região sul dos EUA. Inicialmente, as florestas com pinus foram destinadas ao suprimento de fibras para a indústria de celulose e papel. Porém, com a maturação dos plantios, manejo para ciclo longo e o aumento da demanda por madeira em tora pela indústria de serrados e de compensados, em alguns casos pela substituição de espécies nativas, o pinus tornou-se a principal fonte de suprimento destes segmentos no Sul e Sudeste do Brasil.

O pinus tem um papel altamente relevante no abastecimento da indústria madeireira de serrado e compensado no país. Nos últimos anos a utilização de sua madeira pela indústria madeireira brasileira tem sido crescente, com estimativas que apontam que cerca de 60% do volume abastecido desta indústria no país é suprido com este grupo de espécie. Devido à sua concentração nas regiões Sul e Sudeste, é um grupo de espécie fundamental ao fornecimento de matéria-prima para estas regiões. No entanto, apesar da demanda,

a indústria madeireira tem estado preocupada com a progressiva redução de seus plantios e consequente risco de diminuição da sua oferta. O problema ainda não atinge as grandes empresas do setor afetando as pequenas, incapazes de manter vastas áreas próprias para reflorestamento ou pagar preços crescentes de mercado de sortimentos de maior valor agregado.

A madeira em tora de Pinus é diferenciada pelo seu multiuso, visto que esta pode ser destinada à indústria de celulose e papel; para a fabricação de painéis reconstituídos; na indústria de serrados, a qual agrega valor efetuando o beneficiamento desta madeira; a indústria de lâminas e compensados, além do resíduo que tem sido aproveitado como biomassa para geração de energia.

O plantio e o manejo de florestas com pinus têm permitido o suprimento de madeira que, no passado, era abastecido com a exploração da araucária. Desta forma o manejo múltiplo uso do pinus contribui principalmente para mitigar os impactos sobre ecossistemas florestais nativos, pois supre parcela significativa da demanda do setor.

O eucalipto ainda não participa ativamente da indústria da madeira serrada e de laminados e compensados. As principais razões de sua baixa participação são a falta de conhecimento específico sobre as propriedades de sua madeira, principalmente no processamento mecânico/desdobro e a baixa disponibilidade de toras com qualidade adequada ao segmento madeireiro, além da ainda relativa abundância e disponibilidade de outras espécies florestais madeireiras a exemplo de espécies folhosas nativas e de outras espécies de florestas plantadas como o pinus e o paricá.

O possível uso da madeira de eucalipto para diversos fins tem estimulado o plantio com este grupo de espécies para uso múltiplo. Assim, diversos estudos vêm sendo conduzido por instituições de pesquisa e empresas visando melhor identificar e aproveitar o seu potencial econômico para fins madeireiros, destacando-se a escolha das espécies e seleção do material genético e manejo silvicultural adequados.

Embora a área com florestas plantadas esteja concentrada principalmente com plantios de eucalipto e pinus, conforme apresentado no Capítulo 3 deste Estudo, há outras espécies florestais, com menor área plantada, que apresentam características desejáveis à fabricação de determinados produtos da indústria de madeira processada mecanicamente.

A madeira de paricá, de teca e de araucária possui características que possibilita o uso desta matéria prima na fabricação de lâminas, compensados, serrados, pisos e outros PMVAs, conforme ilustra a tabela 4.01.

Tabela 4.01– Principais Grupos de Espécies e Espécies Florestais Plantadas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

Espécies	Principais Usos Madeireiros	Principais Estados com Plantios	Ilustração
Pinus ¹	Serrados, pallets e caixotaria, lâminas, compensados, PMVA e móveis	PR, SC e RS	
Eucalipto ²	Serrados, lâminas, compensado, dormentes, postes, escoras e móveis	MG, SP, BA e MS	
Paricá	Compensado, lâminas, palitos e PMVA.	PA	
Teca	Lâminas, assoalhos/decks, móveis e outros PMVA.	MT, PA e TO	
Araucária	Serrados, lâminas, caixotaria, palitos, PMVA.	PR, SC e RS	

¹Principalmente os *Pinus Taeda*, *P. elliotii*, além de outras espécies regionalmente importantes a exemplo de *p. caribaea* var *hondurensis*, *P. oocarpa*, *P. maximinoi* e *P. tecunumanni* (construções, dormentes, serrados em geral, laminado e compensado, e móveis)

²Principalmente *E. grandis*, *E. urophylla*, *E. saligna*, *E. camaldulensis*, *E. citriodora*, e alguns de seus híbridos inter-específicos além de espécies como *E. cloeziana*, *E. deglupta*, *E. dunnii*, *E. maculata*, *E. maidenii*, *E. microcorys*, *E. paniculata*, *E. pilularis*, *E. microcorys*, *E. robusta*, *E. tereticornis*.

Fonte: Diversos, elaborado por STCP.

A pressão ambiental e a excessiva burocracia associada ao uso de florestas nativas, aliadas ao menor ciclo de rotação e maior homogeneidade da matéria prima oriunda de florestas plantadas, corroboram para o uso de espécies provenientes de reflorestamentos.

• Principais Espécies Florestais de Florestas Nativas

O Brasil apresenta grande variedade de espécies florestais passíveis de serem utilizadas como matéria prima para a indústria de madeira processada mecanicamente. As exigências legais e ambientais e o conhecimento acumulado nas últimas décadas com relação às boas práticas florestais de operações em florestas nativas são ao mesmo tempo um desafio e uma orientação para o manejo florestal sustentável dos recursos florestais nativos no Brasil. Devido à ampla diversidade de espécies madeiras comerciais distribuídas principalmente ao longo da região Norte (floresta amazônica), o mercado de madeira em tora de nativas no Brasil (voltada ao setor madeireiro) adota classificação em que agrupa diversas espécies em 4 grandes grupos de madeira, de acordo com o valor comercial, conforme segue:

- i. **Nobres ou Especiais:** Madeira de alto valor comercial com amplo mercado nacional e internacional;
- ii. **Vermelhas:** Madeiras com coloração avermelhada e utilizadas no mercado nacional e internacional, porém com menor valor que as madeiras nobres;
- iii. **Mistas:** Em função da dinâmica de mercado, esta classe é composta por espécies com madeira de coloração avermelhada, que possuem valor de mercado inferior à classe "vermelha", bem como madeiras claras que possuem demanda e, conseqüentemente valor de mercado superior à classe denominada "branca". O valor de mercado para a classe mista é intermediário entre as madeiras vermelhas e brancas;
- iv. **Branças:** São madeiras macias, de cores claras e que apresentam os menores preços de mercado, em relação às anteriormente citadas, contudo com ampla utilização comercial para determinados fins.

É importante ressaltar que a classificação das espécies dentro de cada grupo, principalmente no grupo de vermelhas, mistas e brancas, está atrelada ao movimento de oferta e demanda do mercado. Sendo assim, podem ocorrer reclassificações de espécies ao longo do tempo, em virtude da dinâmica de comercialização no mercado.

As principais espécies nativas utilizadas na indústria de processamento mecânico de madeira por grupo de valor, local (UF) de ocorrência, principais usos e ilustração, podem ser observadas na tabela 4.02.

Tabela 4.02 - Principais Grupos de Espécies e Espécies Nativas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente



Grupo de Valor	Principal Espécie	Principais Estados de Ocorrência	Aplicação	Ilustração
Nobre	Freijó	PA, MT, AP, AC, AM	Serrados, pisos/decks e móveis	
	Ipê	PA, MT, AM, MS	Serrados, pisos/decks e móveis	

Tabela 4.02 - Principais Grupos de Espécies e Espécies Nativas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente







Grupo de Valor	Principal Espécie	Principais Estados de Ocorrência	Aplicação	Ilustração
Vermelha	Angelim Pedra	AC, AM, RO, MT, PA, RO	Serrados, pisos, casas pré fabricadas, molduras e esquadrias	
	Angelim Vermelho	AC, RO, AM, MT, PA, RO	Serrados, pisos, molduras e esquadrias	
	Cumarú	PA, AM, MA, BA, MT, GO, MSc	Serrados, pisos, móveis, molduras e esquadrias	
	Jatobá	PA, AM, MA, MT, MS	Serrados, pisos, móveis, molduras e esquadrias.	
	Maçaranduba	AM, PA, RO	Serrados, pisos, móveis, molduras e esquadrias	
	Muiracatiara	PA, RO, AC, MA, MT	Serrados, pisos, móveis e esquadrias	

Tabela 4.02 - Principais Grupos de Espécies e Espécies Nativas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente









Grupo de Valor	Principal Espécie	Principais Estados de Ocorrência	Aplicação	Ilustração
Branca	Amesclão (whitevirola)	AM, AC, MT, MS, PA, RO	Serrados, lâminas, móveis, molduras e esquadrias	
	Fava	AC, AM, PA, RO	Serrados, móveis e molduras.	
	Goiabão	PA, AM, AC, AP, MT, MS, RR.	Serrados, lâminas, móveis, molduras e esquadrias	
	Garapa	AM, AC, MT, MS, PA, RO	Serrados, pisos, casas pré fabricadas, lâminas, móveis, molduras e esquadrias	
	Mandioqueira	AC, AM, PA	Serrados, móveis e esquadrias.	
Mista	Andiroba	PA, AM, GO, MS, MT, RO, RR	Serrados, móveis, lâminas,	

Tabela 4.02 - Principais Grupos de Espécies e Espécies Nativas Destinadas à Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

Grupo de Valor	Principal Espécie	Principais Estados de Ocorrência	Aplicação	Ilustração
Mista	Copaíba	AM,GO, MS, MT, RO, RR	Serrados, móveis, molduras e esquadrias	
	Cupiúba	AM, MA, MT, PA, RO	Serrados, pisos, lâminas, móveis, molduras e esquadrias	
	Tatajuba	AC, AM, MA, PA	Serrados, pisos, lâminas, móveis, molduras e esquadrias	

Fonte: Diversos, Elaborado por STCP.

A Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFAZ-PA, 2012) apresenta uma lista de espécies e sua respectiva classificação, a qual está baseada nas seguintes classes: madeiras especiais (cedro, cedro rosa, cerejeira, mogno e pau rosa), madeira nobre, vermelha e branca¹.

Madeiras Brancas: abiurana, açacu, amapá, amesclão, anani, angico, araracanga, atana, axixa, bacuri, bajeira, baleira, breu sucuruba, burangi, cachinguba, caju, camaçari, canguru de sangue, canjarana, cedroarana, chapéu de sol, copaíba pau-de-óleo, cupiúba, curupixa, envirão, esponja, estopeiro, favão, faveiro, garapa, goiabão, imbaí, imbuia, ingá,inhaíba, jarana, louro amarelo, louro tamaquaré, macacaúba, mandioqueira, mangue, maracanã, marupá, marupi, melancieiro, merin, morototó, muiratinga, mundurucus, mungúba, murucí, oiticica, orelha de macaco, parapará, pijerina, píquia, piquiarana, piriquiteira, pitiuba, pracúba, pradatinha, quarubarana, quarubatinga, quaximba, quaxinguba, sapucaia, seringarana, sumaúma, tanimbuca, tauari, tauiabura, taxi, timborana, tuere, ucuúba, uxi, ventosa, viana, viróla, visgueiro e outras madeiras brancas;

Madeiras Vermelhas: acapú, amarelão, andiroba, angelim pedra, angelim vermelho, cambara, cedrinho da amazônia, cumaru, gonçaloalves, itaúba, jatobá, jutaí, louro canela, louro vermelho, maparajuba, massaranduba, muiracatiara, paraju, pau amarelo, pau roxo, pau roxinho, quaruba, quaruba cedro, sucupira preta, tatajuba, e outras madeiras vermelhas;

Madeiras Nobres: freijó, jacaranda, ipê, sucupira pele de sapo e outras madeiras nobres.

4.2 – PERFIL E NÚMERO DE EMPRESAS ATIVAS NA INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE

O Setor de madeira processada mecanicamente, o qual engloba serrarias, laminadoras, fábricas de compensado e beneficiadoras de produtos de madeira (Produtos de Maior Valor Agregado - PMVA), tem como uma de suas características ser composto por diversas empresas, as quais estão pulverizadas pelo país.

Essa sessão aborda aspectos principais quanto ao perfil das pequenas, médias e grandes empresas do setor. Na sequência, apresenta-se o número de empresas ativas nesse setor até o ano de 2012.

4.2.1 – Perfil das Empresas

A indústria de madeira processada mecanicamente pode ser dividida em dois grandes grupos de empresas, a saber: (i) empresas de pequeno porte; e (ii) empresas de porte médio e grande.

Estima-se que cerca de 90% das empresas da indústria madeireira em questão são representadas por empresas de **pequeno porte**, as quais, via de regra, por não deterem o recurso florestal (plantado ou nativo) são altamente dependentes do mercado de madeira em tora, visto que são essencialmente consumidoras de madeira do mercado. Por serem em grande parte descapitalizadas, possuem máquinas e equipamentos antigos, que resultam em processamento com rendimento inferior à média de mercado, gerando produtos com qualidade variável. Com perfil basicamente familiar, as empresas de pequeno porte focam na produção de múltiplos produtos voltados principalmente ao mercado interno (regional e nacional).

Ainda dentro da indústria de produtos processados mecanicamente, estima-se que as empresas de **médio e grande porte** representem cerca de 10% do total, sendo poucas aquelas classificadas como de grande porte no Brasil. Este grupo de empresas é, na maioria dos casos, verticalmente integradas, ou seja, são produtoras e consumidoras de madeira em tora e podem ou não estar integradas no processamento primário e secundário na cadeia produtiva. Algumas empresas são autossuficientes na matéria prima, enquanto outras além de sua própria produção de tora, adquirem madeira no mercado.

Este perfil quanto à matéria prima se explica por questão de balanço de suprimento (oferta e demanda de matéria prima), por questões estratégicas ou mesmo por disponibilidade da qualidade desejada através do sortimento necessário para atender produtos e mercados de clientes específicos. As empresas de médio-grande porte possuem maior nível tecnológico, quando comparado as das de pequeno porte. Aquelas possuem equipamentos mais modernos e de maior rendimento além de maior capacidade de investimento no negócio, até mesmo por serem mais estruturadas física e financeiramente. Sua produção é voltada tanto ao mercado nacional e externo. A tabela 4.03 evidencia, de forma resumida, tais aspectos.

Tabela 4.03–Principais Características das Empresas da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente no Brasil

PEQUENAS EMPRESAS (90%)¹	MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (10%)¹
- Alta dependência do mercado de toras (empresas consumidoras, mas via de regra não produtoras de madeira em tora)	- Empresas, via de regra, integradas / verticalizadas (produtoras e consumidoras de madeira em tora)
- Baixo nível e capacidade de investimento e qualidade tecnológica (equipamentos antigos)	- Médio-alto nível de investimento e qualidade tecnológica (equipamentos modernos)
- Principalmente negócio familiar / Carga tributária reduzida (regime “Simples”)	- Empresas estruturadas com incidência de maior carga tributária - custos mais elevados

- Produção de múltiplos produtos, principalmente voltados ao mercado interno (regional e nacional)

- Mercado interno: Serrados/compensados em geral para construção civil, embalagens (pallets) e outros

- Mercado externo: Molduras (PMVA), cercas, painéis colados, e outros

- Qualidade variável do produto (geralmente serrado seco ao ar, não seco em estufa)

- Qualidade superior e produtos secos em estufa

¹ Há exceções - Fonte: STCP

4.2.2 – Número de Empresas

A Indústria de madeira processada mecanicamente é amplamente pulverizada em número e distribuição. Em termos geográficos, o setor se concentra principalmente nas regiões Sul / Sudeste (com produtos baseados nas florestas plantadas de Pinus) e na região Norte/Centro-Oeste (espécies de madeira tropical).

A tabela 4.04 apresenta o número de empresas do setor de produtos processados mecanicamente no Brasil, até o ano de 2012, por grupos de atividades, tanto da indústria madeireira quanto da movelaria.

Tabela 4.04 – Número de Empresas (2012) no Setor de Produtos Processados Mecanicamente no BRASIL, por Grupos de Atividades¹

<i>Atividade</i>	<i>N.º de Empresas Atuantes no BRASIL (2012)</i>	<i>% de Participação</i>
Produção de tanoaria ² e embalagens de madeira	1.167	5%
Produção de artefatos diversos de madeira (exceto móveis)	9.983	41%
Produção de Casas de Madeira Pré-Fabricadas	1.199	5%
Produção de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	1.472	6%
Produção de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	538	2%
Produção de artigos de carpintaria para construção (exceto móveis)	4.446	18%
Serrarias com desdobramento de madeira em tora	4.852	20%
Serrarias sem ³ desdobramento de madeira em tora	725	3%
Sub-TOTAL Indústria da Madeira	24.382	100%
Produção de Móveis com Predominância de Madeira	33.777	100%
Sub-TOTAL Móveis	33.777	100%
TOTAL GERAL	58.159	100%

¹Empresas com CNPJ registrado e ativo na junta comercial, o que não necessariamente implica estar com algum nível de operação. ²Tanoaria: vasilhames em madeira para o armazenamento do vinho. ³ Empresas que utilizam como matéria-prima a madeira já serrada para a produção de outros produtos derivados. - Fonte: IBPT 2013, adaptado por STCP.

Constata-se que a indústria de madeira processada mecanicamente no Brasil é composta por cerca de 24,3 mil empresas atuantes até o final de 2012. A maior participação é de empresas que produzem artefatos diversos de madeira (exceto móveis), com 41%, bem como de serrarias, as quais realizam o desdobra da madeira (tora) em serrado, com 20% do total de empresas atuantes até 2012.

Ao se considerar especificamente o grupo de empresas produtoras de **serrado**, **lâminas** e **compensado**

(representadas pelas classes de atividade 'produção de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada', e 'serrarias com e sem desdobramento de madeira em tora') observa-se um total de 6.115 empresas, o que representa cerca de 25% do total de empresas categorizadas como 'indústria madeireira'.

Adicionalmente as 24,4 mil empresas, existem outras 33,8 mil unidades empresariais que trabalham com a produção de móveis com predominância de madeira (base 2012). Muitas dessas empresas moveleiras são abastecidas com madeira serrada, laminada e compensada por outras empresas de base do Setor.

A figura 4.05 apresenta o número de empresas ativas na indústria madeireira e moveleira, por região e unidade da federação, tendo por base dados atualizados para 2012.

Tabela 4.05 – Número de Empresas na Indústria Madeireira e Moveleira por ESTADO (2012)

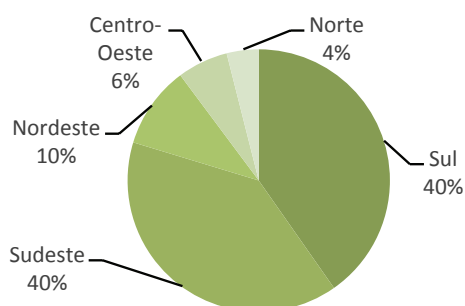
<i>Região</i>	<i>Estado</i>	<i>Indústria Madeireira</i>	<i>Indústria Moveleira</i>	<i>TOTAL</i>
Sudeste	Espírito Santo	672	755	1.427
	Minas Gerais	2.456	3.741	6.197
	Rio de Janeiro	1.889	3.096	4.985
	São Paulo	3.536	5.622	9.158
Sub-Total Região Sudeste		8.553	13.214	21.767
Sul	Paraná	2.434	2.746	5.180
	Rio Grande do Sul	2.652	2.754	5.406
	Santa Catarina	2.334	1.873	4.207
Sub-Total Região Sul		7.420	7.373	14.793
Nordeste	Alagoas	176	421	597
	Bahia	1.305	2.348	3.653
	Ceará	467	1.092	1.559
	Maranhão	354	431	785
	Paraíba	169	443	612
	Pernambuco	542	1.564	2.106
	Piauí	120	276	396
	Rio Grande do Norte	265	542	807
Sergipe	119	217	336	
Sub-Total Região Nordeste		3.517	7.334	10.851
Centro-Oeste	Distrito Federal	263	726	989
	Goiás	589	1.486	2.075
	Mato Grosso	1.104	809	1.913
	Mato Grosso do Sul	365	487	852
Sub-Total Região Centro-Oeste		2.321	3.508	5.829
	Acre	111	144	255
Norte	Amapá	127	118	245
	Amazonas	436	404	840
	Pará	1.054	1.053	2.107
	Rondônia	623	325	948
	Roraima	121	65	186
	Tocantins	99	239	338
Sub-Total Região Norte		2.571	2.348	4.919
TOTAL BRASIL		24.382	33.777	58.159

¹ Empresas com CNPJ registrado e ativo na junta comercial, o que não necessariamente implica estar com algum nível de operação.
Fonte: IBPT 2013, adaptado por STCP.

A figura 4.01 evidencia a distribuição das empresas madeireiras e moveleiras por atividade econômica e região do país, com dados atualizados para o ano de 2012. A grande maioria das empresas do setor madeireiro concentra-se nas regiões Sudeste (35%) e Sul (30%) do Brasil. As empresas do setor de móveis de madeira seguem essa mesma tendência, localizando-se principalmente no Sudeste (39%) e Sul (22%).

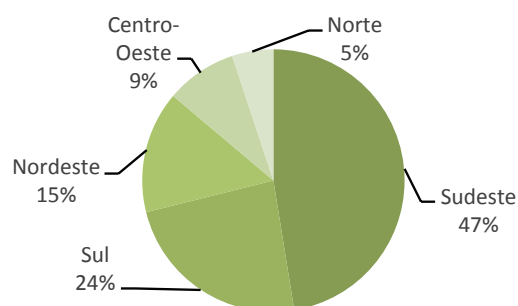
Figura 4.01 – Distribuição do Número de Empresas por Atividade Econômica do Setor Madeireiro e Moveleiro, por Região do Brasil (2012)

Produção de tanoaria¹ e embalagens de madeira



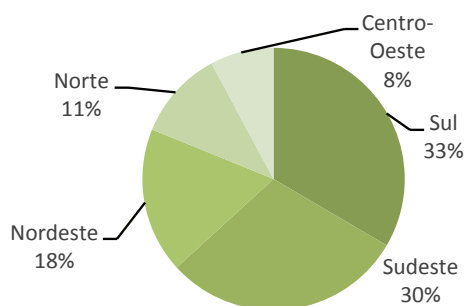
TOTAL: 1.167 empresas

Produção de artefatos diversos de madeira (exceto móveis)



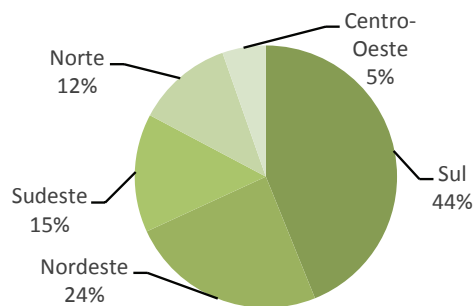
TOTAL: 9.983 empresas

Produção de Casas de Madeira Pré-Fabricadas



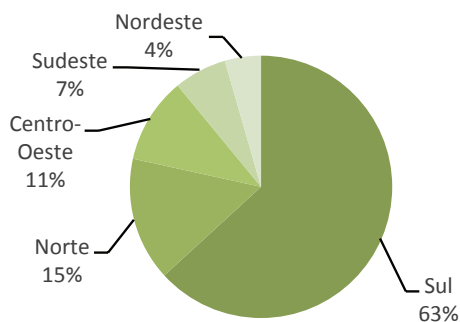
TOTAL: 1.199 empresas

Produção de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais



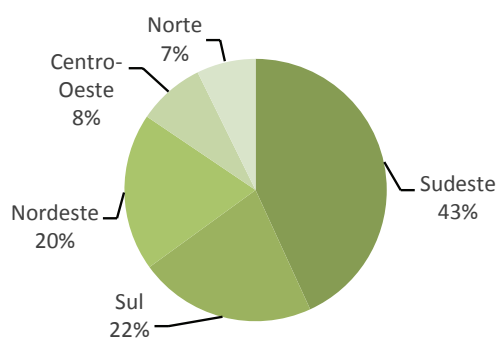
TOTAL: 1.472 empresas

Produção de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada



TOTAL: 538 empresas

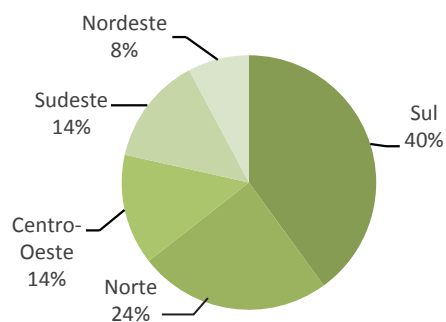
Produção de artigos de carpintaria para construção (exceto móveis)



TOTAL: 4.446 empresas

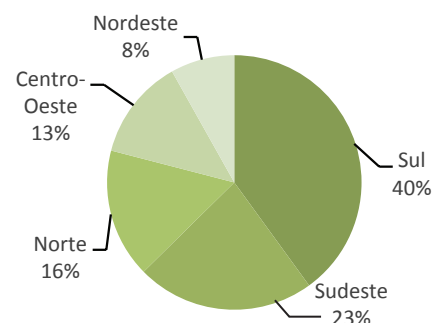
Figura 4.01 – Distribuição do Número de Empresas por Atividade Econômica do Setor Madeireiro e Moveleiro, por Região do Brasil (2012)

Serrarias com desdobramento de madeira em tora



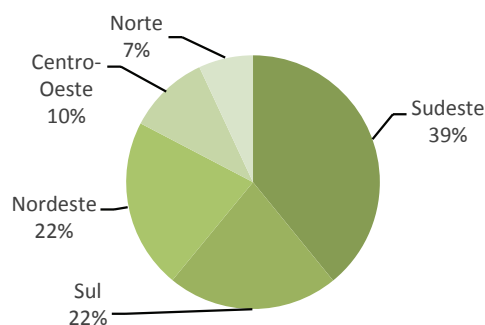
TOTAL: 4.852 empresas

Serrarias sem² desdobramento de madeira em tora



TOTAL: 725 empresas

Produção de Móveis com Predominância de Madeira



TOTAL: 33.777 empresas

¹ Tanoaria: vasilhames em madeira para o armazenamento do vinho

² Empresas que utilizam como matéria-prima a madeira já serrada para a produção de outros produtos derivados.

Fonte: IBPT 2013, adaptado por STCP.

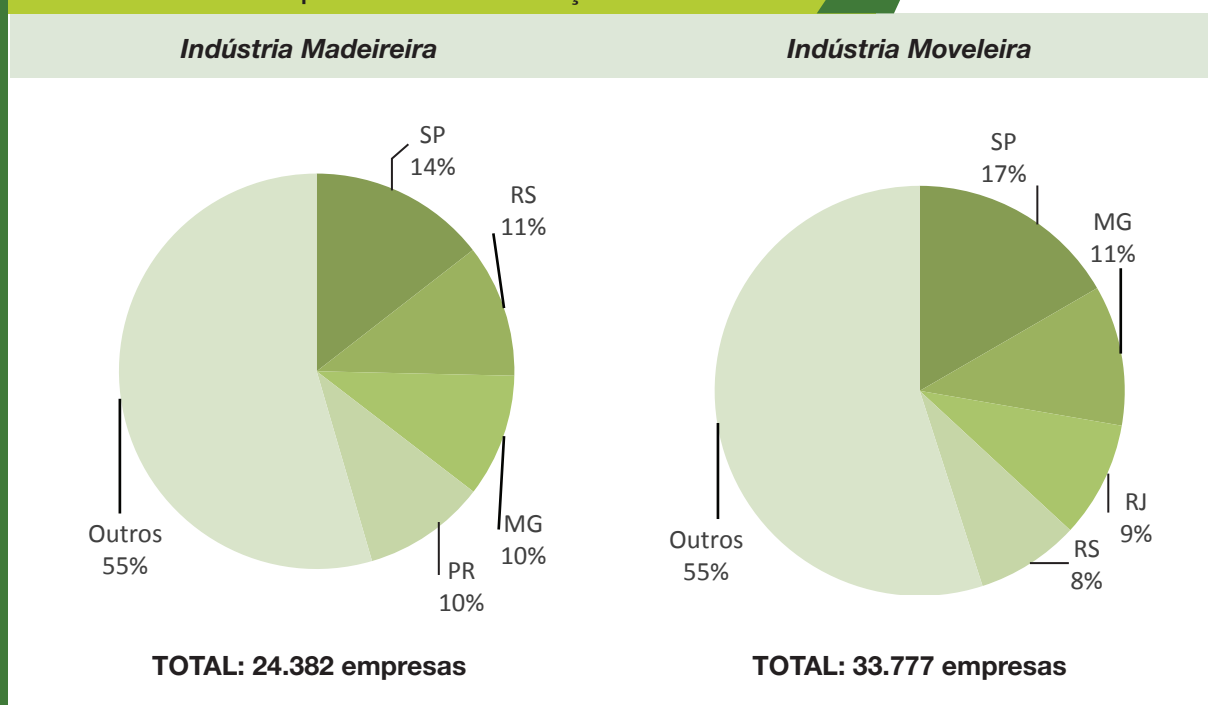
A concentração das empresas produtoras e consumidoras de madeira serrada, lâminas e compensado de florestas plantadas no Brasil se dá principalmente na região Sul, destacando-se no Paraná a macrorregião entre os polos de Telêmaco Borba, Palmas e de Sengés até próximo de Curitiba, envolvendo parte do Vale da Ribeira e ainda na divisa entre o Paraná e Santa Catarina as cidades de Porto União/SC, Campo Alegre/SC, Guarapuava/PR e União da Vitória/PR, além de Imbituva/PR, Irati/PR e Ponta Grossa/PR.

Em Santa Catarina existem os polos produtores localizados na região central do Estado entre Caçador e Lages, para a produção de serrados e Rio Negro e Canoinhas para a produção de compensados. Adicionalmente se observa produção e consumo de serrados de pinus na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, região Centro-Sul do Estado de São Paulo e principalmente oeste do Estado de Minas Gerais (região do Triângulo Mineiro). Todos estão centrados principalmente em torno da produção de serrados e compensados de madeira de pinus. No Rio Grande do Sul verificam-se empresas localizadas no Nordeste (região de Vacaria) e Sudeste do Estado (município de Mostardas).

Estados como os de Mato Grosso do Sul, Bahia e Espírito Santo apresentam menor escala de produção e/ou consumo de madeira serrada, a partir de florestas plantadas.

A figura 4.02 sintetiza a distribuição de empresas ligadas à indústria madeireira em 2012, entre os principais estados.

Figura 4.02 – Distribuição das Indústrias dos Setores Madeireiro e Moveleiro nos Principais Estados em Relação ao Total



Fonte: IBPT 2013, adaptado por STCP.

Assim, evidencia-se que quase metade (45%) do total das empresas da indústria de madeira processada está concentrada em 4 estados (SP, RS, MG e PR), mesma porcentagem referente à indústria moveleira (SP, MG, RJ e ES).

Na região Sul o número de indústrias da madeira processada mecanicamente é praticamente o mesmo da moveleira, 7,4 e 7,3 mil respectivamente. Vale destacar que nesta região há maior concentração de empresas em 6 dos 8 segmentos da indústria madeireira. Esta distribuição acompanha o desenvolvimento histórico do setor e a concentração de florestas plantadas do gênero *Pinus*, base da matéria prima para este setor. No Sudeste há também um grande número de indústrias moveleiras (13,2 mil), além de fabricantes de artefatos de madeira exceto móveis (4,7 mil empresas), justificado pela localização concentrada dos maiores mercados consumidores finais deste tipo de produto.

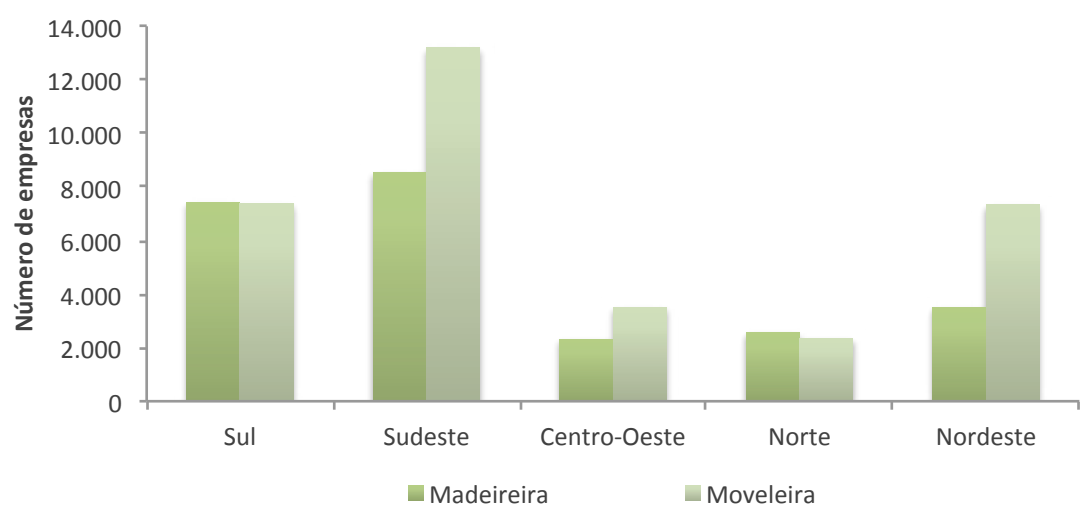
Apesar de apenas 11% das indústrias da madeira estarem situadas na região norte do Brasil, sabe-se que há polos madeireiros, notadamente no Estado do Pará, na microrregião de Paragominas, que produzem principalmente compensados de paricá. Os municípios com indústrias de compensado de paricá são Rondon do Pará, Dom Eliseu, Ulianópolis, Paragominas, Abel Figueiredo, Jacundá, Breu Branco, Goianésia e Tucuruí.

Da mesma forma, o estado de Mato Grosso concentra polos importantes dentro deste setor, a exemplo dos municípios tradicionalmente madeireiros de Sinop, Juína e Alta Floresta. A maioria das indústrias localizadas na região Norte tende a ser de pequeno porte, voltada ao desdobro e processamento primário da madeira (serrado e laminado) com alguma agregação de valor.

A maior disparidade no número de indústrias de madeira processada mecanicamente e moveleira ocorre na região nordeste, respectivamente com 3,5 mil e 7,3 mil empresas. Esta distribuição e menor número de empresas se justifica pela reduzida oferta de matéria prima florestal para fins industriais madeireiros (espécies nativas e plantadas) e menor concentração do mercado consumidor. A região centro-oeste, por sua vez, concentra o menor número de empresas do setor ano 2012 (com um total de 2,3 mil, ou equivalente a quase 10% do total), conforme evidencia a figura 4.03.

Figura 4.03 – Número de Empresas do Setor Madeireiro e Moveleiro até o Ano de 2012, por Região

BRASIL por Regiões



Região SUL **Região SUDESTE**

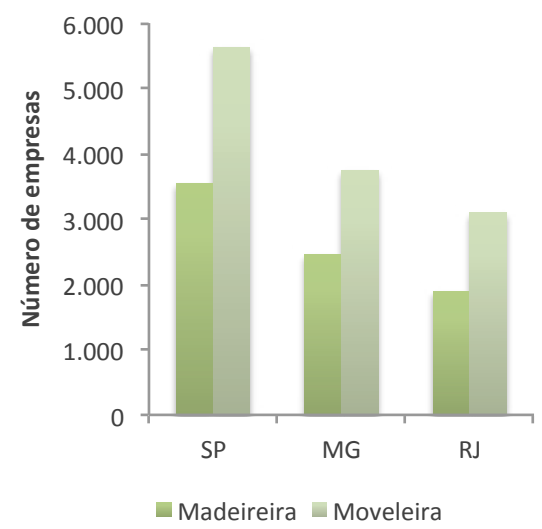
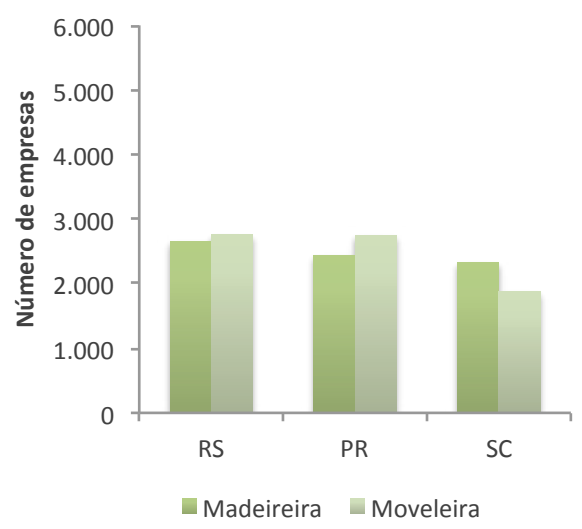
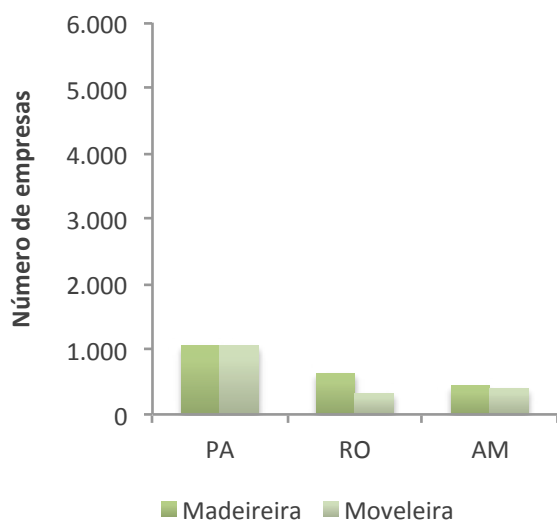
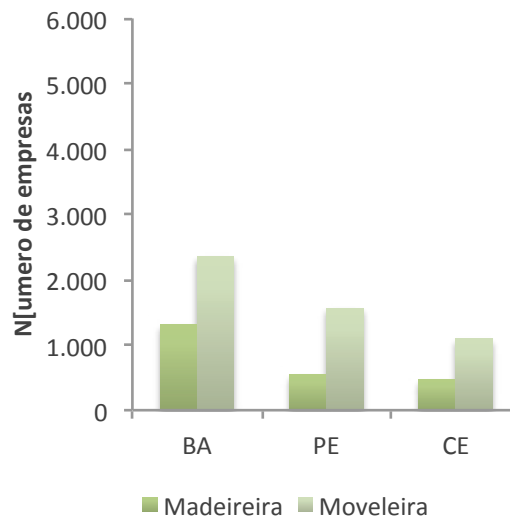


Figura 4.03 – Número de Empresas do Setor Madeireiro e Moveleiro até o Ano de 2012, por Região

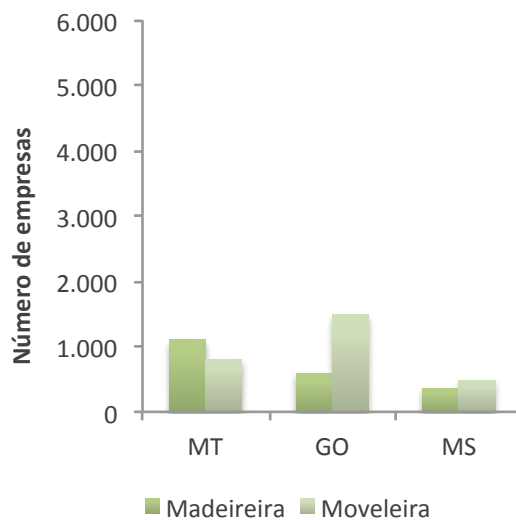
Região NORTE



Região NORDESTE



Região CENTRO-OESTE



Fonte: IBPT 2013, adaptado por STCP

4.3 – GERAÇÃO DE EMPREGOS

O Setor Florestal nacional tem importante contribuição socioeconômica na promoção e geração de empregos, acarretando em desenvolvimento nas economias locais e regionais. O mesmo gera estimados 735,7 mil empregos diretos, considerando a atuação e processamento de madeira de florestas plantadas e nativas em todo o país. Juntas, a Indústria de Madeira e Móveis de Madeira são responsáveis por gerar 56% (415 mil) dos empregos formais do Setor Florestal Brasileiro em 2012 (vide tabela 4.06), o que evidencia sua grande relevância e importância do Setor na socioeconomia nacional.

Tabela 4.06 – Número de Empregos Diretos e Formais do Setor Florestal no BRASIL (2011-2012¹)

Grupo de Atividades	Número de Empregos Formais por Segmento do SETOR FLORESTAL		% Participação (2012¹)
	2011	2012¹	
Produção Florestal	133.009	138.449	19%
Celulose e Papel	175.122	182.284	25%
Indústria de Madeira	202.043	210.307	29%
Móveis	196.647	204.690	28%
TOTAL	706.821	735.730	100%

¹ Estimativa STCP - Fonte: RAIS/MTE, compilado por STCP.

Devido à ampla distribuição geográfica das indústrias processadoras de madeira no país, o segmento de madeira sólida contribui de forma expressiva na geração de emprego, renda e na arrecadação de impostos nas diferentes regiões do país, além de sua contribuição no desenvolvimento econômico local. No entanto, as sucessivas crises pela qual este segmento tem passado nos últimos anos, associadas tanto à conjuntura macroeconômica quanto à questões inerentes à competitividade do próprio setor têm impactado negativamente seu desempenho.

Em termos históricos, estima-se que, a indústria de madeira processada mecanicamente foi responsável por cerca de 415 mil empregos diretos em 2012. Em 2011, foram 398,7 mil empregos, o que representa acréscimo de 4,1% no número de postos de trabalhos no período, indicando uma recuperação do setor, conforme evidencia a tabela 4.07.

Observa-se que no período da crise econômico-financeira, que teve início entre 2008-2009, houve desaceleração na taxa de crescimento anual no número de empregos. Em 2008 houve queda de 3,8% no número de empregos, em relação ao ano anterior, queda esta que persistiu em 2009 (-3,2%) se recuperando a partir de 2010, quando ocorreu aumento de 7,4% no número de empregos, totalizando 392.528 postos de trabalho ativos.

Algumas perspectivas positivas de mercado, como o crescimento do consumo interno de produtos de madeira sólida na construção civil e na movelaria, além de obras de infraestrutura em diversos Estados, têm promovido uma fase favorável e promissora ao setor, que inclui a retomada, ainda que modesta, das exportações de produtos do segmento madeireiro (serrado e compensados) já em 2011/12.

Tabela 4.07 –Número de Empregos Diretos e Formais da Indústria de Produtos Processados Mecanicamente no BRASIL, por Grupos de Atividades (2008-2012¹)

<i>Atividade</i>	<i>N.º de Empregos Diretos</i>				
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012¹</i>
Produção de tanoaria ¹ e embalagens de madeira	13.326	12.481	13.994	15.009	15.623
Produção de artefatos diversos de madeira (exceto móveis)	28.237	26.509	27.160	27.139	28.249
Produção de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	45.089	39.491	42.045	41.208	42.893
Produção de estruturas de madeira e artigos de carpintaria para construção (exceto móveis)	31.735	31.261	33.565	33.472	34.841
Desdobramento de madeira em tora	87.929	83.114	87.586	85.215	88.700
Produção de móveis com predominância de madeira	171.218	172.740	188.178	196.647	204.690
TOTAL GERAL	377.534	365.596	392.528	398.690	414.996
Tx. Crescimento Anual (%)	-3,8%	-3,2%	7,4%	1,6%	4,1%

¹ Estimativa STCP - Fonte: RAIS/MTE, compilado por STCP.

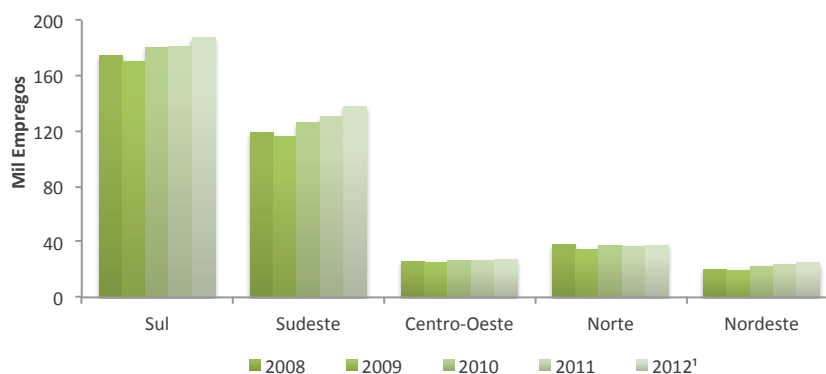
Diante dos números de empresas e de empregos diretos do setor, destaca-se a expressiva participação de micro e pequenas empresas nesta indústria, corroborando sua importância na utilização de mão de obra. Cabe ressaltar que pelo perfil e natureza da indústria e dos seus produtos, a mão de obra requer um nível de conhecimento e qualificação profissional, em muitos casos, capacitados pelas próprias empresas do setor.

A Região Sul, liderada pelo estado do Paraná, apresenta o maior número de empregos diretos relacionados ao setor industrial de madeira no Brasil. Esta Região foi responsável por 45% dos empregos totais do setor em 2012, sendo 181,3 mil postos de trabalho em 2011 e 187,4 mil em 2012. A Região Sudeste, liderada pelo estado de São Paulo, também se destaca na geração de empregos para a indústria madeireira, com 138 mil postos de trabalho em 2012.

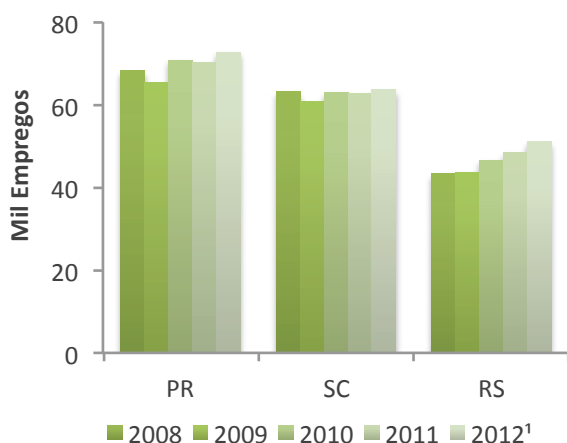
A figura 4.04 apresenta a evolução do número de empregos nos diversos segmentos da indústria de madeira processada mecanicamente, incluindo atividades relacionadas à indústria de móveis de madeira no Brasil.

Figura 4.04 – Evolução do Número de Empregos Diretos e Formais (Vínculos Ativos) no Setor da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente por Regiões do Brasil e Destaque para os Principais Estados do País (2008-2012¹)

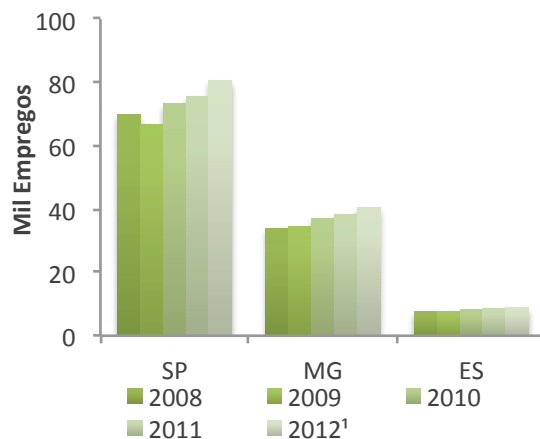
BRASIL por Regiões



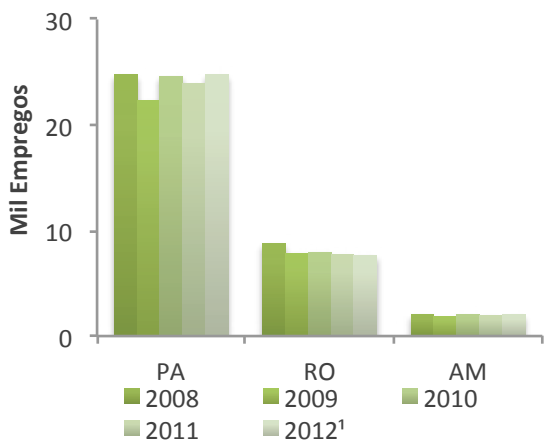
Região SUL



Região SUDESTE



Região NORTE



Região NORDESTE

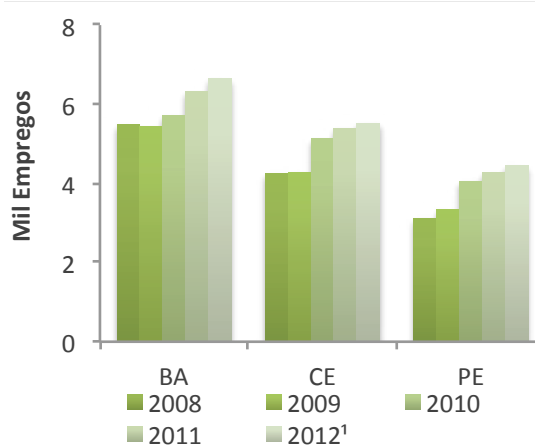
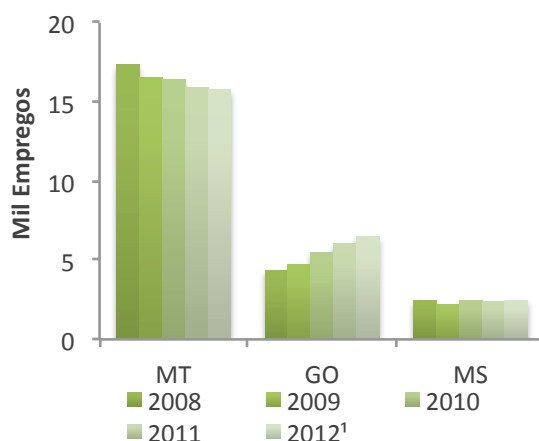


Figura 4.04 – Evolução do Número de Empregos Diretos e Formais (Vínculos Ativos) no Setor da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente por Regiões do Brasil e Destaque para os Principais Estados do País (2008-2012¹)

Região CENTRO-OESTE



¹ Estimativa STCP

Nota: inclui móveis

Fonte: RAIS/MTE, compilado por STCP.

4.4 – PANORAMA SETORIAL

4.4.1 – Oportunidades e Ameaças

O Setor Florestal, e em especial a indústria de madeira processada mecanicamente, tem aproveitado as oportunidades derivadas do aquecimento do mercado doméstico nos últimos anos e, mais recentemente, do mercado de exportação, ao tempo em que os aspectos limitantes e de retração no mercado também atingiram a referida indústria brasileira.

Os principais destes aspectos relacionados às oportunidades e ameaças relacionadas a esta indústria estão evidenciados na tabela 4.08.

Tabela 4.08 – Principais Oportunidades e Ameaças para a Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

 Oportunidades/ Aspectos Impulsores	 Ameaças/ Aspectos de Retração
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do mercado interno consumidor madeireiro, sustentado pela indústria de construção civil (ex: PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, PAC – Programa de Aceleração de Crescimento / Eventos mundiais a exemplo da Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016); 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação dos custos de produção (aumento do preço de matéria-prima, insumos, mão de obra, outros);
<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de linhas de crédito para a construção civil (casas de madeira) e de móveis; 	<ul style="list-style-type: none"> - Competição com países asiáticos, sobretudo a China, no mercado internacional;
<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação gradual do mercado/construção civil no norte-americano (pós-crise econômica financeira), principalmente a partir de 2012; 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação das taxas de juros no Brasil;
<ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização do Real frente ao Dólar - Taxa Cambial favorável às exportações e competitividade dos produtos brasileiros; 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à matéria prima florestal nativa restrita - Burocracia na liberação de Planos de Manejo - Pressão Ambiental;
<ul style="list-style-type: none"> - Maior envolvimento de associações de classes para a promoção do Setor como um todo (a exemplo das iniciativas capitaneadas pela ABIMCI e pelo FNBF); 	<ul style="list-style-type: none"> - Entraves logísticos no Brasil, elevando sobremaneira os custos de produção e transporte e reduzindo a margem do setor e nível saudável de operação;
<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação das fiscalizações por Órgãos Ambientais em florestas nativas (Madeira de Origem Legal), regulando o setor e favorecendo, indiretamente a indústria baseada em plantadas e em florestas nativas manejadas sustentavelmente; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do custo de transporte, em função da alta no preço do diesel e infraestrutura logística precária, sem investimentos estruturantes nos últimos anos;
<ul style="list-style-type: none"> - Redução tributária (IPI) para móveis, painéis de madeira e laminados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade na obtenção de matéria-prima florestal adequada ao processamento, principalmente no que se refere à madeira de florestas nativas (licenciamento dificultoso, burocracia, custos de transação, etc.)
<ul style="list-style-type: none"> - Busca por novos desenvolvimentos industriais (ganhos de escalas, novas tecnologias, outros); 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada carga tributária com sistema tributário rígido e ineficiente, requerendo urgente adequação e reforma fiscal;
<ul style="list-style-type: none"> - Readequação do Setor para adaptação aos requisitos e exigências do mercado nacional (construção civil) e internacional (produtos e mudanças da geografia dos mercados). 	<ul style="list-style-type: none"> - Complexidade de instrumentos legais para a produção e comércio.

Fonte: Elaborado por STCP

Conforme se pode avaliar, ainda que em um cenário atual pontuado por diversos entraves e limitações à plena competitividade do setor, o setor tem possibilidade de desenvolver ao longo dos próximos anos, desde que efetivamente se tomem ações concretas para viabilizar as oportunidades e mitigar as ameaças. Para que isso ocorra, é fundamental um forte envolvimento por parte das empresas e associações do setor na busca de estratégias e ações conjuntas que busquem a consolidação de oportunidades e conseqüentemente a adaptação da indústria da madeira sólida no ambiente interno e externo.

No que tange à busca por novas tecnologias e à readequação do setor para os requisitos de mercado, identificou-se no desenvolvimento deste estudo como oportunidade ao setor um produto inovador que tem sido usado em ambientes externos na construção civil com mercado crescente no cenário internacional (principalmente EUA, China e Europa): o WPC (*Wood-Plastic Composite*). Este produto tem demonstrado resposta positiva do mercado, dado o apelo ecológico (feito de resíduo madeireiro e resíduo plástico) e, do ponto de vista da indústria, na agregação de valor aos resíduos. Ao abordar os atuais fabricantes de WPC no Brasil, os mesmos demonstraram interesse em aliar-se ao setor de madeira sólida para desenvolvimento em conjunto de estratégias para este produto (vide Box 4.01).

Box 4.01 – WPC (*Wood-Plastic Composite*)

Wood-Plastic Composite (compósito madeira e plástico) é um material recente no Brasil, feito a partir de madeira na forma de farinha, material termoplástico (polímero) e alguns aditivos. Diferentemente da “madeira plástica” (que se constitui apenas do material termoplástico com aparência de madeira), o WPC utiliza a fibra da madeira na sua composição. A serragem seca residual dos processos de serrarias pode ser reduzida à farinha de madeira (partículas de menor granulometria) para uso neste material e fabricação de produtos de alto valor agregado com apelo ambiental positivo (uma vez que o polímero a ser utilizado pode ser de fontes recicláveis).

No âmbito internacional (principalmente Estados Unidos, alguns países da Europa, Japão e China), o WPC é mais conhecido e tem mercado desenvolvido. Os produtos em WPC atendem uma maior gama de setores em diferentes aplicações, por exemplo: edificações, revestimentos interiores e exteriores, automotivo, industrial, infraestrutura e outras aplicações.

No Brasil, os produtos feitos a partir de WPC têm sido usados, sobretudo, em ambientes externos da construção civil, como decks, pisos, produtos de jardim, entre outros. A presença de tais produtos no país é ainda bastante limitada e está em fase inicial de desenvolvimento. Pela resistência à umidade, regiões litorâneas tem sido o principal destino dos decks de WPC.

Este cenário traz oportunidades para destinação de resíduos de madeira (serragem seca) em um produto de maior valor, pois há espaço para participarem nichos da construção civil que atualmente não estão sendo atendidos e outros setores, a exemplo do automotivo, industrial e de infraestrutura.

Atualmente, os poucos fabricantes brasileiros de WPC têm demonstrado interesse em se aproximar de potenciais aliados, como a indústria de madeira sólida, para fornecimento de matéria-prima (resíduo de madeira) e desenvolvimento em conjunto de oportunidades de mercado, não se vislumbrando como concorrentes da madeira natural, mas parceiros.

4.4.2 – Indicadores Socioeconômicos

Apesar de fatores de retração do mercado nos últimos anos, a indústria de madeira processada mecanicamente tem contribuído de forma significativa para com o Setor Florestal Brasileiro, bem como no desenvolvimento socioeconômico do país. A seguir, apresentam-se os principais indicadores que evidenciam tal fato, a exemplo do (i) Valor Bruto da Produção Florestal (VBPF); (ii) número de empresas atuantes no setor; (iii) número de empregos diretos; (iv) exportações brasileiras; e (v) saldo da balança comercial brasileira.

O Valor Bruto da Produção Florestal (VBPF) é o resultado do exercício de multiplicação do preço médio dos produtos florestais/madeireiros pela respectiva quantidade produzida num determinado período de análise.

Esse indicador mensura o nível de atividade florestal/madeireira no país, caracterizando seu desempenho no período em questão. Trata-se de um dos principais indicadores de desempenho econômico do setor.

Em 2012, o VBPF da indústria brasileira de base florestal (plantadas e nativas) atingiu R\$ 64,8 bilhões, equivalente a US\$ 33,1 bilhões, representando 1,47% do PIB Brasileiro no referido ano. A indústria de madeira processada mecanicamente, por sua vez, apresentou VBPF da ordem de R\$ 14,3 bilhões (US\$ 7,3 bilhões) em 2012, ou seja 0,32% do PIB do país.

A indústria de base florestal contabilizou 81,2 mil empresas ativas em 2012. A indústria de madeira processada mecanicamente é responsável por 72% deste número, ou seja, 58,2 mil empresas ativas no referido período. Com esse percentual representativo, evidencia-se a importância dessa indústria no setor de base florestal.

O número de empregos diretos gerados pela indústria de base florestal atingiu mais de 735,7 mil postos de trabalhos, equivalente a 1,6% do total de empregos gerados no país. A indústria de madeira processada mecanicamente gerou cerca de 415 mil empregos diretos em 2012, totalizando participação de aproximadamente 1% do total de empregos do Brasil no ano em análise.

As exportações brasileiras de produtos da indústria de base florestal, como um todo, atingiram US\$ 9,0 bilhões em 2012, ou seja, 3,7% do total exportado pelo país. Com esse montante, atingiu-se superávit de US\$ 6,9 bilhões na referida indústria, evidenciando participação significativa da ordem de 35,4% do total do superávit brasileiro. A indústria de madeira processada mecanicamente, por sua vez, exportou US\$ 1,66 bilhão (0,69% do total das exportações brasileiras), resultando em superávit de US\$ 1,57 bilhão, visto que o nível das importações destes produtos é praticamente desprezível quando comparado ao das exportações.

Tais evidências estão representadas através dos principais indicadores socioeconômicos (base 2011 e 2012) gerados pelo setor florestal e pela indústria de madeiras no Brasil (vide tabela 4.09).

Tabela 4.09 – Indicadores Socioeconômicos da Indústria de Base Florestal e da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (2011 e 2012)

<i>Indicador</i>	<i>2011</i>		<i>2012</i>	
	<i>Indústria de Base Florestal</i>	<i>Indústria de Madeira Processada Mecanicamente</i>	<i>Indústria de Base Florestal</i>	<i>Indústria de Madeira Processada Mecanicamente</i>
Valor Bruto da Produção Florestal (VBPF)	US\$ 37,3 bilhões (1,51% do PIB Brasil)	US\$ 8,1 bilhões (0,33% do PIB Brasil)	US\$ 33,1 bilhões (1,47% do PIB Brasil)	US\$ 7,3 bilhões (0,32% do PIB Brasil)
	R\$ 62,4 bilhões (1,51% do PIB Brasil)	R\$13,6bilhões (0,33% do PIB Brasil)	R\$64,8 bilhões (1,47% do PIB Brasil)	R\$ 14,3 bilhões (0,32% do PIB Brasil)
Número de Empresas	81,2 mil empresas ¹	58,2 mil empresas (72% do total do Setor Florestal) ¹	81,2 mil empresas	58,2 mil empresas (72% do total do Setor Florestal)
Número Empregos Diretos (RAIS ²)	706.821 empregos (1,5% do total de empregos gerados no Brasil)	398.690 empregos (0,86% do total de empregos gerados no Brasil)	735.730 empregos (1,6% do total de empregos gerados no Brasil)	414.996 empregos (0,88% do total de empregos gerados no Brasil)
Exportações Brasileiras ³	US\$ 9,6 bilhões (3,74% do total das exportações no país)	US\$ 1,73 bilhão (0,68% do total das exportações no país)	US\$ 9,0 bilhões (3,72% do total das exportações no país)	US\$ 1,66 bilhão (0,69% do total das exportações no país)
Superávit	US\$ 7,5 bilhões (24,3% do total do país)	US\$ 1,67 bilhão (5,6% do total do país)	US\$ 6,9 bilhões (35,4% do total do país)	US\$ 1,57 bilhão (8,1% do total do país)

¹ Os dados de número de empresa referem-se a 2012.

² RAIS: Relação Anual de Informações Sociais/MTE

³ Inclui móveis de madeira

Fonte: ABRAF, MET, SECEX, Banco de Dados STCP e outras.

Tais indicadores reafirmam a importância da indústria de madeira processada mecanicamente dentro do setor de base florestal do Brasil. A participação dessa indústria na composição do PIB do país, nos níveis de exportação, na ampliação do número de empresas e geração de empregos reforça a relevância deste setor.

5

MERCADO DE PRODUTOS DE MADEIRA SÓLIDA



5

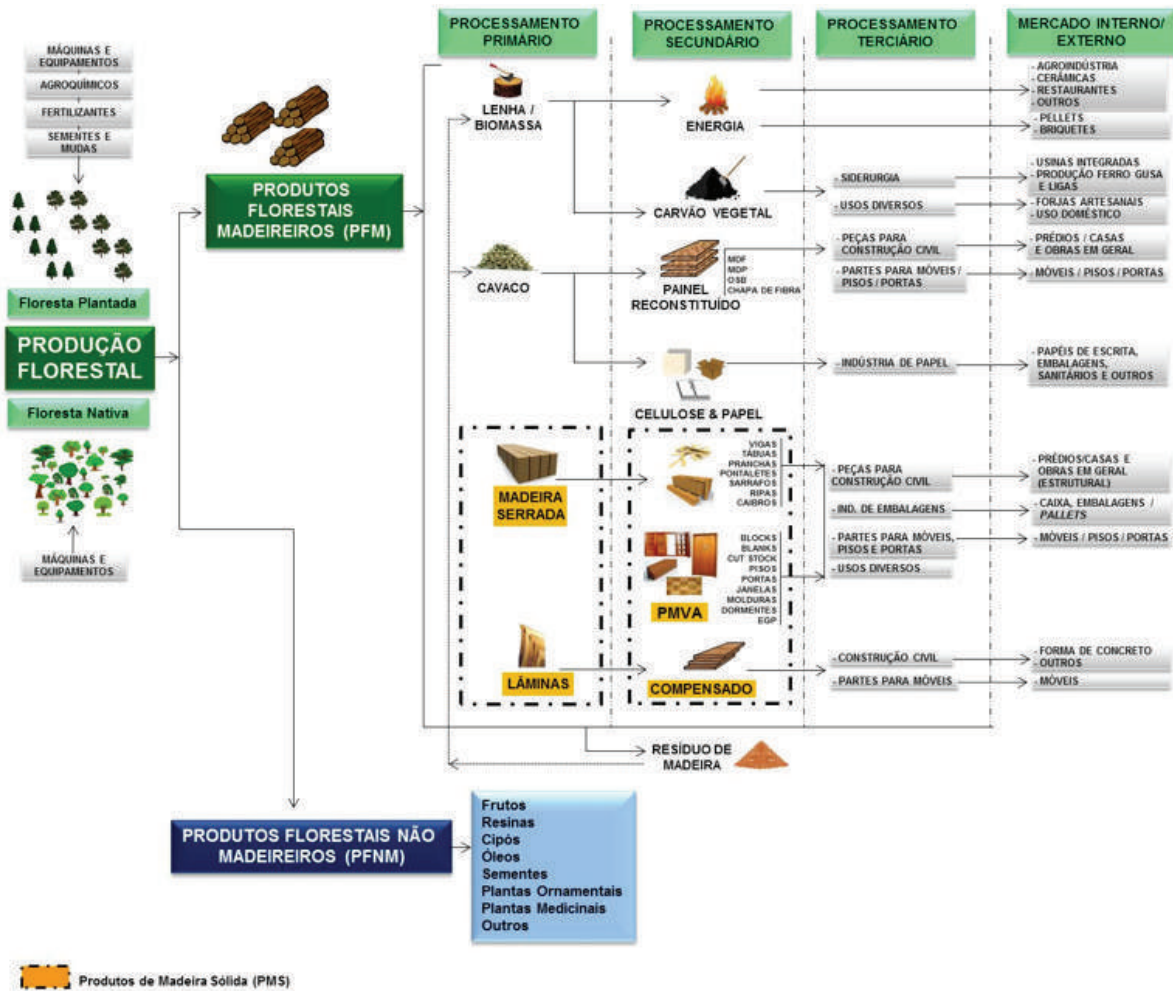
MERCADO DE PRODUTOS DE MADEIRA SÓLIDA

5.1 – CARACTERIZAÇÃO

A cadeia de produção florestal, a qual considera tanto a floresta plantada como a nativa (através do manejo florestal sustentável), contempla diversos produtos subdivididos em Produtos Florestais Madeireiros (PFM) e os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM). O presente estudo concentra-se nos PFM e mais especificamente nos Produtos de Madeira Sólida (PMS).

Até chegar ao consumidor final, a matéria prima tora é transformada em produtos manufaturados através de diferentes processos de beneficiamento. O fluxo da cadeia produtiva da madeira e sua principal utilização no Brasil, conforme o grau de processamento, está apresentado na figura 5.01.

Figura 5.01 – Fluxo da Cadeia Produtiva da Madeira com Ênfase nos Produtos de Madeira Sólida



Fonte: Elaborado por STCP

No processamento primário da madeira ocorre a transformação da tora em diversos produtos, tais como: cavaco, madeira serrada e lâmina, produtos estes que podem ser submetidos a outros níveis de processamento, conforme a agregação de valor na cadeia de produção e na demanda do mercado. Esses produtos intermediários servem de base ao beneficiamento da madeira em tora, antes de serem comercializados aos consumidores finais.

Nesse Estudo Setorial, o enfoque é dado aos produtos de madeira sólida, com destaque para (i) madeira serrada de pinus e nativa tropical; (ii) compensado de pinus e nativa tropical; (iii) portas de madeira; (iv) molduras; e (v) pisos de madeira, sendo que estes três últimos produtos fazem parte cômodos chamados produtos de maior valor agregado (PMVA) produtos com diferentes níveis de processamento e maior agregação de valor.

Visando uniformizar o entendimento quanto à definição dos produtos analisados no Estudo Setorial, o Box 5.01 contém a conceituação dos produtos indicados.

Box 5.01 – Conceituação dos PMS Selecionados

i. Madeira Serrada

A madeira serrada é oriunda do desdobro de toras, sendo o produto resultante caracterizado como um produto de madeira sólida. O serrado tem amplas aplicações e utilizações tanto no processamento primário e secundário quanto no consumo final. Conforme a dimensão das peças, os serrados possuem diversas denominações, tais como: vigas, tábuas, pranchas, pontaletes, sarrafos, ripas e caibros. Além disso, a madeira serrada é a base para a produção dos PMVAs.

ii. Compensado

O compensado é um painel constituído de lâminas de madeira sobrepostas e cruzadas entre si, as quais são unidas por meio de adesivos e resinas submetidos à pressão e calor. Para sua fabricação, utiliza-se um número ímpar de lâminas. A qualidade do compensado depende, entre outros aspectos, da qualidade das lâminas empregadas na sua composição (incidência de defeitos, número de emendas, coloração e outros aspectos).

Com relação aos principais usos e aplicações, o compensado atende a uma gama diversificada que se mostram fortemente segmentados entre: (i) construção civil; (ii) indústria moveleira; (iii) construção naval; e (iv) outros usos.

iii. Produtos de Maior Valor Agregado (PMVA)

Através do reprocessamento da madeira serrada é possível obter outros produtos de maior valor agregado, ocorrendo assim a agregação de valor na cadeia ao produto primário. Dentre os PMVA's existentes (*blocks*, *blanks*, pisos, portas, janelas, molduras, dormentes, painel colado lateralmente, entre outros), o presente estudo trata especificamente dos seguintes PMVA:

a) Portas de Madeira

Quanto à forma construtiva existem, basicamente, três tipos de portas de madeira que são produzidas pelos fabricantes brasileiros, tais como: (i) **Porta Colméia**, com miolo tipo colméia de papelão revestidas com chapas de painel reconstituído de madeira; (ii) **Porta Semi-Sólida**, também conhecida como semi-oca ou sarrafeada, que possui maior resistência estrutural que a anterior; e (iii) **Porta Sólida** ou Maciça, a qual é composta por sarrafos de madeira sem espaçamento entre si deixando a porta totalmente preenchida (sólida).

b) Molduras

Contempla diversos itens, incluindo desde moldura para quadros até as utilizadas na construção civil, tais como moldura de porta (batente / guarnição ou vista – régua de madeira fixada como arremete de portas e janelas); componentes de janelas; sóculo (ou sócolo, peça utilizada na parte inferior das molduras laterais de portas para o arremate adequado na junção com o rodapé das paredes); rodapés; roda-tetos, entre outros.

c) Pisos de Madeira Sólida ou Estruturados

Trata-se de pisos compostos por partes sólidas ou estruturadas de madeira. Este se distingue do chamado piso laminado. O piso estruturado é produzido colando-se camadas de chapas ou lâminas de madeira. As mesmas dimensões de acabamentos disponíveis nos pisos de madeira sólidos existem no estruturado, sendo que a última camada é a que realmente define o padrão do piso em si. A principal diferença entre eles é que o piso laminado não contém nenhuma peça de madeira sólida.

5.2 – MADEIRA SERRADA DE PINUS

5.2.1 – Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)

Em termos de produção de madeira serrada de pinus, o Brasil possui um mercado altamente pulverizado, composto principalmente por pequenas empresas (capacidade de produção de aproximadamente 6 mil m³/ano), e em menor número por médias e poucas grandes empresas, as quais estão concentradas em polos industriais ou distribuídas em torno de polos com grande desenvolvimento florestal nos estados da Região Sul do país, principalmente nos estados do Paraná e Santa Catarina, com algum desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

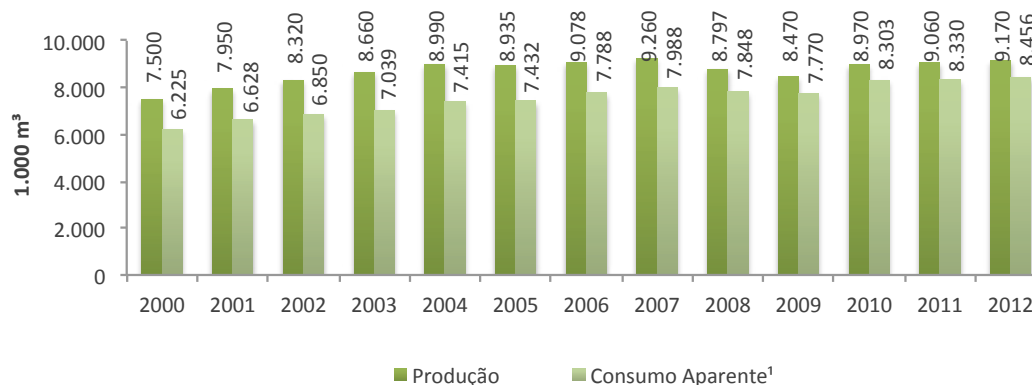
Após o processamento da tora, a madeira serrada é comercializada diretamente em diferentes formas ou direcionada para processamento secundário, principalmente para a indústria de molduras, segmento este que proporciona adição de valor agregado. O serrado também é direcionado ao reprocessamento visando produtos orientados à construção civil (madeira estrutural), a exemplo de tábuas, sarrafos, vigas, caibros e outros usos.

Em 2012, a produção de madeira serrada de pinus atingiu o total de 9,17 milhões m³, apresentando crescimento entre 2000-2012 de 1,7% ao ano e de 22% ao longo do período.

Por outro lado, o consumo aparente de madeira serrada de pinus atingiu 8,46 milhões m³ em 2012, o que representa crescimento de 2,6% ao ano e 36% acumulado no período entre 2000-2012. Tal crescimento está sustentado, principalmente nas obras de construção civil no país, as quais estão sendo movidas em parte pela demanda ainda a taxas elevadas de crescimento da construção civil e pelas obras nas cidades brasileiras sede da Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016.

A figura 5.02 apresenta a evolução histórica da produção e consumo aparente de madeira serrada de pinus no Brasil entre 2000 a 2012.

Figura 5.02 – Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente da Madeira Serrada de Pinus (2000-2012)

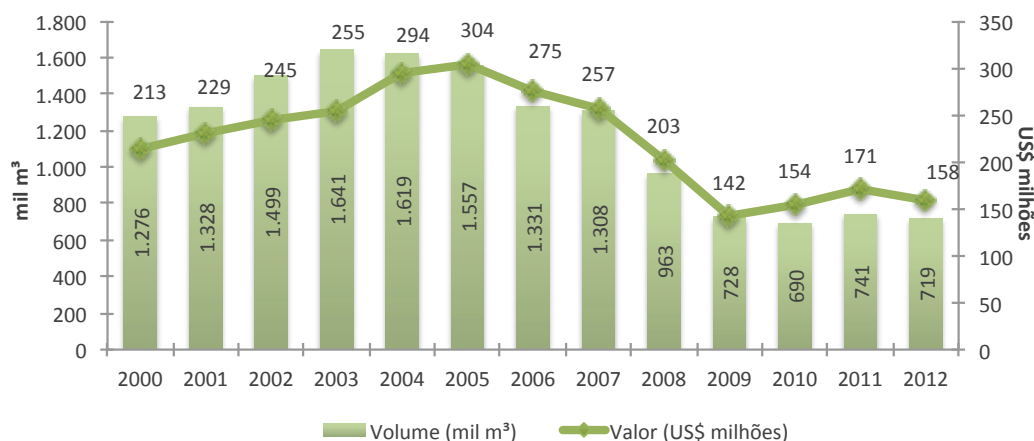


¹ Consumo Aparente = (Produção + Importação) – Exportação
Fonte: ABIMCI, ABRAF (2013) e Banco de Dados STCP.

• Exportações Brasileiras

A evolução histórica das exportações brasileiras de madeira serrada de pinus pode ser observada na figura 5.03.

Figura 5.03 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada de Pinus (2000-2012)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

As exportações brasileiras de madeira serrada de pinus apresentavam tendência de crescimento entre 2000 e 2004/05, com queda significativa nos anos subsequentes.

Entre 2000-2012, a taxa de crescimento das exportações brasileiras de madeira serrada de pinus apresentou queda de 44% em volume (m³) e de 26% em valor (US\$) representando, respectivamente redução de 4,7% a.a. (volume) e 2,5% a.a. (valor).

A taxa cambial e as flutuações observadas na demanda nacional e internacional por este produto foram os fatores mais determinantes para a propulsão ou frenagem nos níveis de exportação pelo Brasil. A competitividade brasileira, quanto à ótica cambial, tem sido afetada significativamente nos últimos anos. A taxa cambial esteve em alta a partir de 2000, com tendência contínua de queda a partir de 2004, iniciando aí a fase de valorização do Real frente ao Dólar. Esse fator auxiliou no processo de redução gradativa nos níveis de exportação dos produtos brasileiros, inclusive da madeira serrada de pinus. Adicionalmente, após 2008, a crise financeira internacional, capitaneada em parte pela quebra do setor de construção civil Norte-americano, com reflexos também no mercado europeu, influenciou diretamente na queda e desaparecimento dos principais mercados consumidores internacionais, explicando esta tendência de exportações do produto.

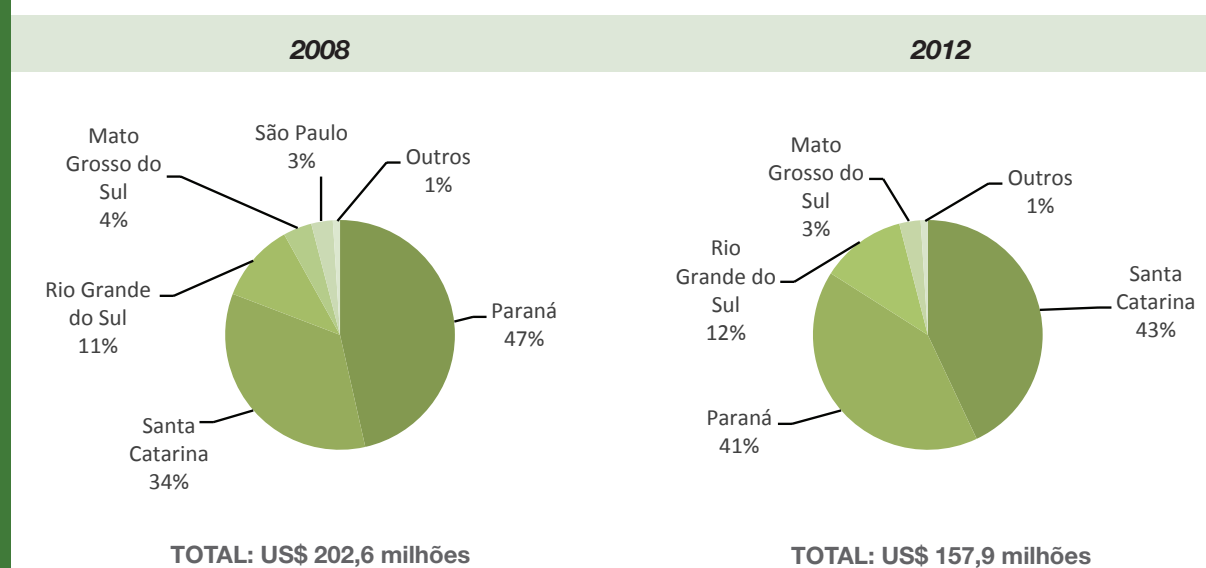
Em 2012, o Brasil exportou 718,9 mil m³ de madeira serrada de pinus, equivalente a US\$ 157,9 milhões. Entre 2011 e 2012, após tendência de aumento no ano anterior, as exportações de madeira serrada de pinus apresentaram queda de -7,4% no valor exportado (em US\$) e de -3,0% em volume (m³). Tal redução ocorreu devido à demanda decrescente dos Estados Unidos e da pouca expressão nacional no mercado internacional, equivalente em 2012 a apenas 1% do comércio mundial de coníferas, concorrendo com diversos países, em especial o Canadá, Rússia, Suécia, Finlândia e Chile.

Os principais estados exportadores de madeira serrada de pinus concentram-se na Região Sul do Brasil, região que detém a maior área plantada com pinus no país.

Em 2008, a Região Sul foi responsável por exportar mais de 90% do total das exportações brasileiras de madeira serrada de pinus do Brasil. O Estado do Paraná exportou US\$ 93 milhões (47%), seguido por Santa Catarina com US\$ 70 milhões (34%) e Rio Grande do Sul com US\$ 22 milhões (11%). Em 2012, se comparado a 2008, o Paraná perdeu mercado (concentrando 41% do total), diferentemente de Santa Catarina (43%) e Rio Grande do Sul (12%) que aumentaram suas participações nas exportações. Porém no cômputo total para 2012, a Região Sul exportou 97% do total de madeira serrada de pinus do país.

A figura 5.04 evidencia a distribuição das exportações de madeira serrada de pinus nos anos de 2008 (pré-crise financeira internacional) e 2012, evidenciando os principais estados brasileiros exportadores deste produto.

Figura 5.04 – Principais Estados Brasileiros Exportadores de Madeira Serrada de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

No computo geral houve queda no valor das exportações entre 2008 e 2012 da ordem de 22,1%, acumulando respectivamente o total de US\$ 202,6 milhões e US\$ 157,9 milhões. Esta queda resulta notadamente da redução da demanda internacional pelos produtos, além do efeito cambial desfavorável à competitividade do produto brasileiro ao longo dos últimos 5 anos.

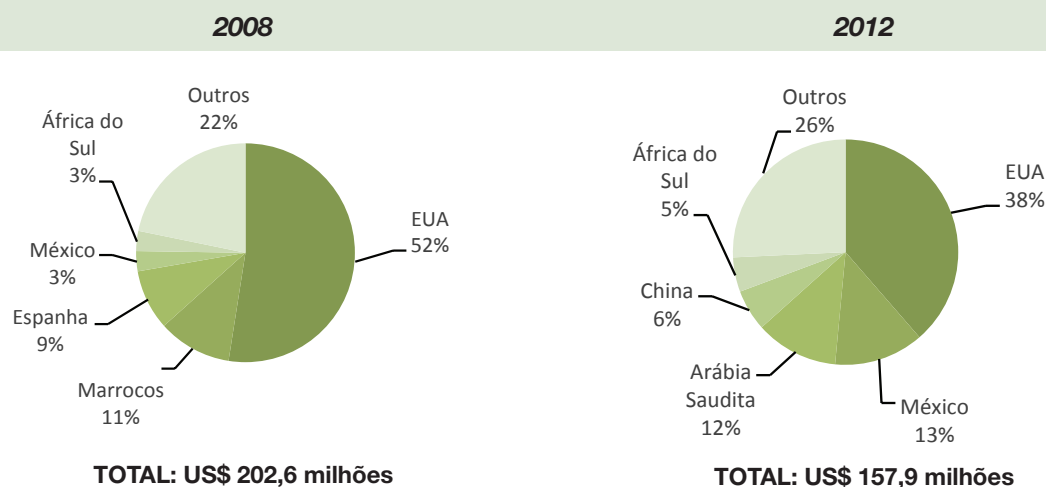
Com relação aos destinos das exportações brasileiras de madeira serrada de pinus, os Estados Unidos absorveram mais de 50% do total comercializado pelo Brasil no ano de 2008. Apesar da redução significativa entre 2008 e 2012 do valor importado pelos Estados Unidos do produto brasileiro, o mesmo mantém a posição de liderança em 2012 com 38% do total das exportações brasileiras.

No caso das importações marroquinas (11%) e espanholas (9%) que em 2008 eram representativas, caíram significativamente em 2012 para 2% e 1% respectivamente, deixando de figurar entre os principais importadores de madeira serrada de pinus do Brasil.

Com baixa representatividade em 2008 com importação da ordem de 3% da madeira serrada de pinus de origem brasileira, o México aumentou seu *market share* para expressivos 13% do total, tornando-se o segundo principal destino das exportações do produto brasileiro em 2012. Para China (1%) e Arábia Saudita (2%), que não figuravam no *ranking* dos principais importadores em 2008, a tendência tem sido de aumento no consumo que pode ser verificado em 2012 ao alcançar 12% no caso saudita e 6% para os chineses.

A dinâmica dos principais importadores brasileiros de madeira serrada de pinus em 2008 e 2012 pode ser verificada na figura 5.05.

Figura 5.05 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

• Importações Brasileiras

As importações brasileiras de madeira serrada de coníferas apresentam grande oscilação entre 2000-2012, evidenciando crescimento médio em valor (US\$) de 19,3% a.a. e de 17,2% a.a. em volume (m³).

Em 2012, o Brasil importou 5,3 mil m³ (US\$ 1,6 milhão) de madeira serrada de coníferas. No entanto este volume é insignificante quando comparado aos níveis de produção e das exportações brasileiras do produto.

O histórico das importações brasileiras da madeira serrada de pinus está evidenciado na figura 5.06.

Figura 5.06 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Madeira Serrada de Coníferas (2000-2012)

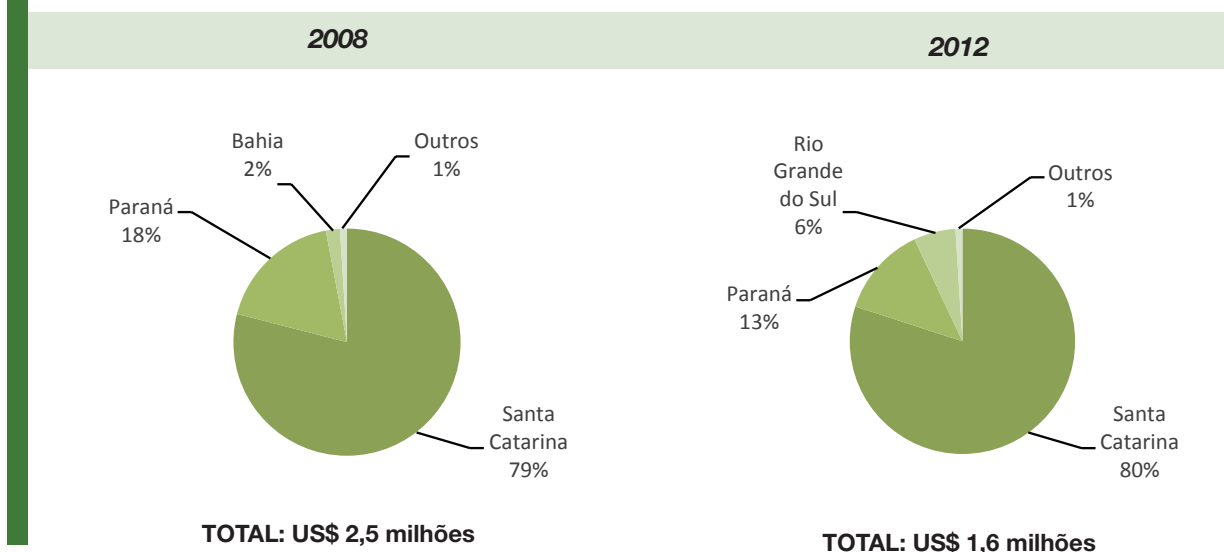


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Entre os estados que importam madeira serrada de coníferas se encontram tradicionais produtores da Região Sul, sendo Santa Catarina o principal em 2008 (79%) seguido pelo Paraná com 18% do total. Em 2012, apesar da redução na quantidade total importada, Santa Catarina (80%) se manteve como principal importador, tendência similar também apresentada pelo Estado do Paraná (13%).

Os principais Estados importadores de madeira serrada de coníferas, para os anos de 2008 e 2012, podem ser constatados na figura 5.07.

Figura 5.07 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Madeira Serrada de Coníferas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



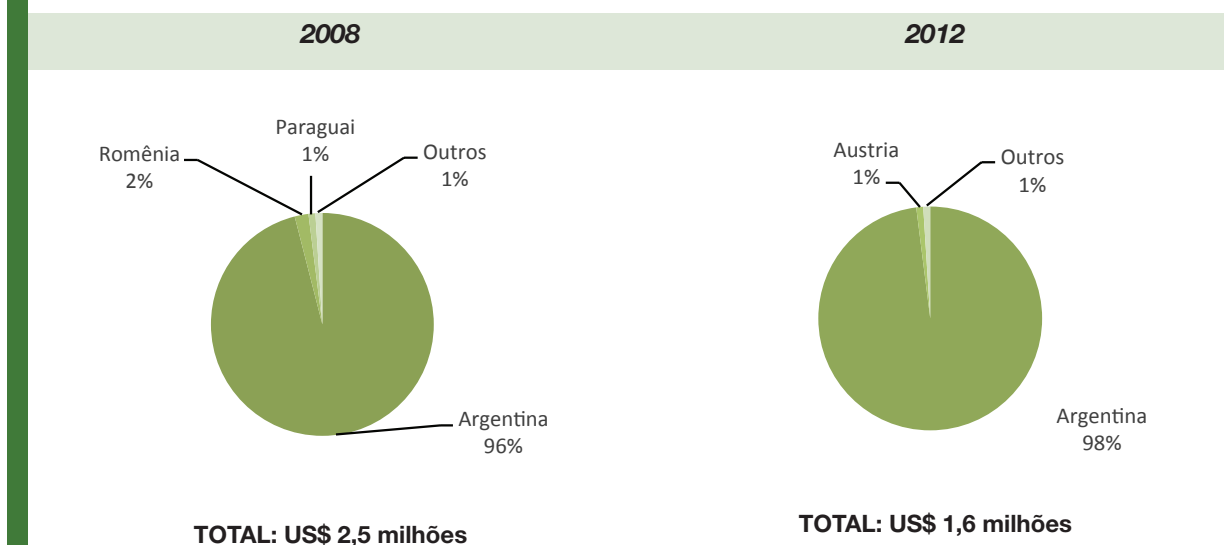
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Da mesma forma que observado para a exportação, houve uma queda no valor das importações entre 2008 e 2012 que somou 40%, acumulando respectivamente o total de US\$ 2,5 milhões e US\$ 1,6 milhão.

Devido à madeira serrada apresentar baixo valor agregado, por se tratar da primeira transformação, a viabilidade da sua importação necessita de baixos custos, entre eles o custo de transporte. Sendo assim, o principal parceiro para as importações brasileiras do produto tem sido a Argentina, com fronteira com Santa Catarina e Paraná, principais estados importadores de serrado de pinus. As importações de origem argentina somaram 96% em 2008 e 98% em 2012.

Outros países como Romênia, Paraguai e Áustria participaram com a exportação de pequenos volumes de madeira serrada de coníferas ao Brasil em 2008 e 2012 (vide figura 5.08).

Figura 5.08 – Principais Países Exportadores de Madeira Serrada de Coníferas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

5.3 – MADEIRA SERRADA TROPICAL

5.3.1 – Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)

A produção brasileira de madeira serrada tropical está concentrada nos estados da Região Norte e Centro Oeste do Brasil. Tal fato deve-se à concentração de florestas nativas tropicais estarem lá localizadas.

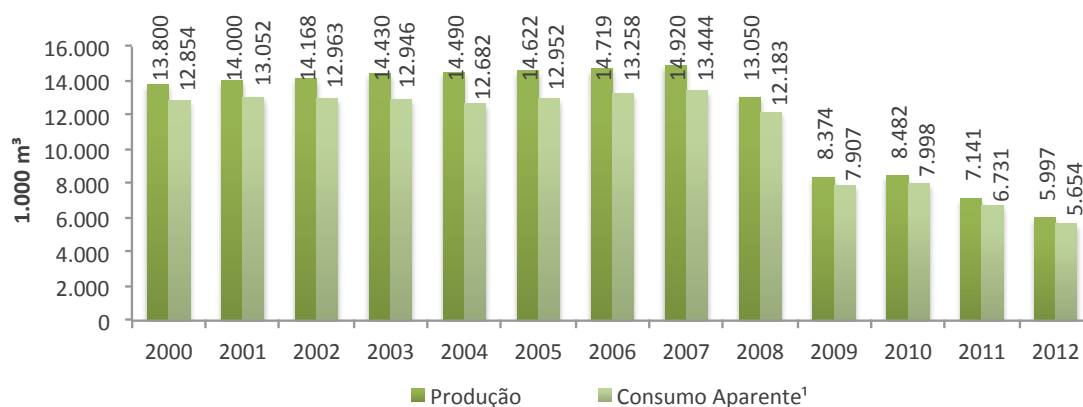
Os produtores nacionais, via de regra, utilizam matéria prima (madeira em tora) oriunda de áreas com Planos de Manejo Sustentável (PMS) próprios e em áreas de terceiros, de florestas públicas, seja federal (FLONAS – Florestas Nacionais) ou estadual (FLOTAS – Florestas Estaduais), ou compra direta de madeira no mercado.

Em virtude da intensificação das fiscalizações dos Órgãos Ambientais na última década, das dificuldades burocráticas e de aprovação de PMS, atrelado aos períodos de sazonalidade com chuva intensa em alguns meses, típicos da Região Norte, problemas de regularização fundiária, problemas de natureza fiscal, e de logística insatisfatória e não competitiva, tem se observado uma redução acentuada na oferta de madeira em tora de origem nativa na Região Norte. Tal fato vem afetando diretamente o nível da atividade econômica, a dinâmica de mercado, bem como o nível de preços desta matéria prima acarretando em impactos altamente negativos nos níveis de demanda por este produto e conseqüente produção de madeira serrada tropical. Assim, a oferta de madeira de origem “legal” vem caindo expressivamente e a atualmente existente vem se tornando demasiadamente cara. Considera-se que isto se deve ao fato de que ainda existem muitos compradores de madeira de origem ilegal, fazendo com que muitos produtores florestais não atuem legalmente. Isto, por sua vez é atribuído ao fato das grandes dificuldades enfrentadas e à burocracia e morosidade desnecessárias no processo de licenciamento.

O Pará, um dos principais estados detentores de florestas tropicais no país, comercializou apenas cerca de 3,24 milhões de m³ de serrado tropical em 2011, caindo em 6% em 2012, ano em que o mesmo comercializou 3,05 milhões de m³ de serrado tropical. Em 2007, este mesmo estado chegou a comercializar 3,9 milhões de m³ de madeira serrada tropical, o que enfatiza a sua importância histórica no mercado nacional.

A figura 5.09 apresenta a evolução histórica da produção e consumo aparente de madeira serrada tropical no Brasil, entre 2000 e 2012.

Figura 5.09 – Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente da Madeira Serrada Tropical (2000-2012)



¹Consumo Aparente = (Produção + Importação) – Exportação
Fonte: ABIMCI, ABRAF (2013) e Banco de Dados STCP.

Em 2012, a produção de madeira serrada tropical no Brasil atingiu 6,0 milhões m³, apresentando entre 2000-2012 queda de 6,7% ao ano e acumulada de -56,5% no período.

O consumo aparente de madeira serrada tropical atingiu 5,7 milhões m³ em 2012, o que representa redução de 6,6% ao ano e -56,0% acumulada no período entre 2000-2012.

De forma similar ao apresentado no serrado de pinus, observa-se que, entre 2000-2012, um total estimado entre 88% e 94% da produção nacional de madeira serrada tropical foi consumida internamente no Brasil.

5.3.2 – Mercado Externo

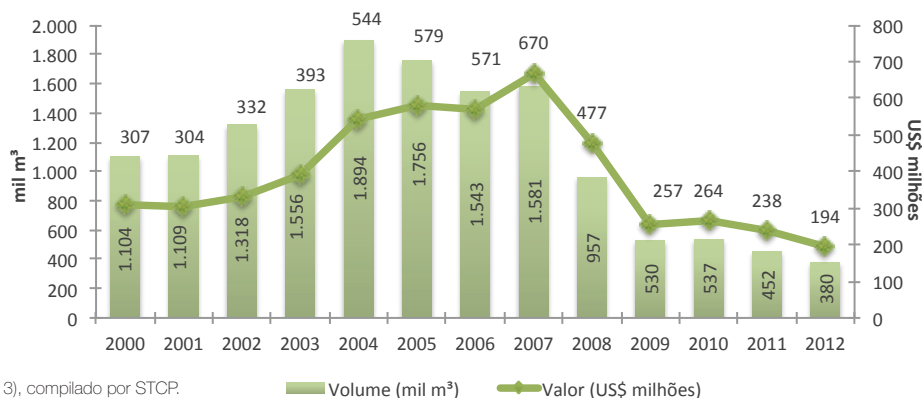
• Exportações Brasileiras

Conforme observado anteriormente, a produção de madeira serrada de espécies de folhosas tropicais é basicamente orientada ao mercado interno, o que torna as exportações deste produto, praticamente insignificantes.

Na análise dos últimos anos, constata-se tendência de queda nas exportações brasileiras de madeira serrada tropical/folhosas. Em volume, a queda observada foi de 8,5% a.a. (-66% no período entre 2000-2012) e retração de 3,8% a.a. em valor, o que equivale a um acumulado total de -37% no período. As exportações se mantiveram crescentes até 2004, quando de forma gradativa iniciaram um período de queda, que se mantém até os dias atuais. A partir de 2007/2008 a queda foi mais abrupta, período em que a conjuntura brasileira também foi afetada pela a crise econômica global ocorrida no período, com impacto mais acentuado na queda das exportações já em 2009. A avaliação entre 2011 e 2012 revela que a tendência de queda persistiu, configurando uma redução anual expressiva de -16% em volume (m³) e -19% em valor (US\$). Este cenário demonstra o forte impacto negativo sobre este segmento de mercado de madeira sólida em uma região que tradicionalmente se orientou pelo desenvolvimento regional, em maior ou menor grau, associado a este tipo de produto. Esta desaceleração da atividade produtiva de madeira tropical tem gerado forte impacto, não somente ao setor em si, mas em um sentido mais amplo, na atividade industrial produtiva, geração de emprego, arrecadação de tributos e no desenvolvimento socioeconômico regional, afetando inclusive o valor do ativo florestal, o qual tem se tornado menos atrativo frente a outras atividades econômicas relacionadas ao uso da terra.

A série histórica com valores (US\$) e volumes (m³) entre 2000 e 2012 pode ser verificada na figura 5.10. Na figura se evidencia a queda acentuada da exportação deste produto já a partir de 2008, de forma contínua (acima de 50%), nunca recuperando o nível da atividade econômica. Isto evidencia também a gravidade da situação e a falta de estímulos concretos e ações governamentais para reverter este quadro.

Figura 5.10 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada Tropical/Folhosas (2000-2012)

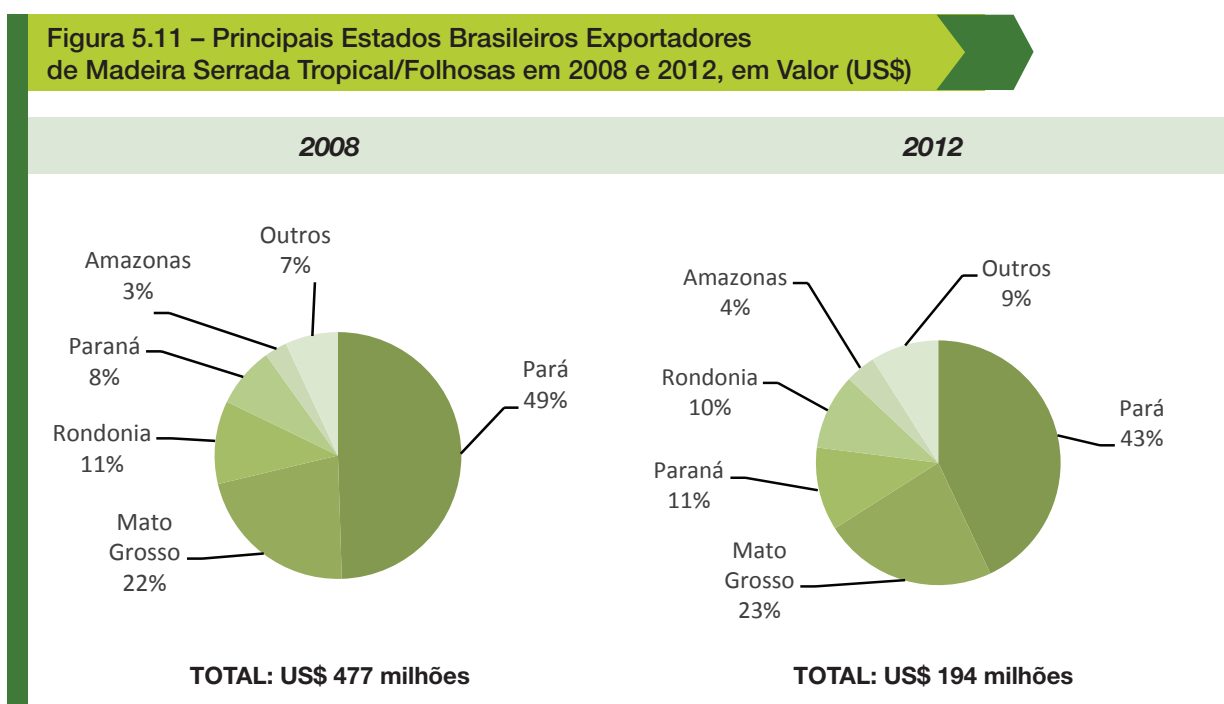


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Os maiores exportadores de madeira serrada tropical/folhosas em 2008 estavam localizados no Pará (com 49% do total nacional) e com menor intensidade, embora bastante expressivo, no Mato Grosso (22%), seguido por Rondônia (11%), Paraná (8%) e Amazonas (3%). É importante ressaltar que o Paraná, não sendo um estado produtor de madeira serrada tropical, serve como um intermediário nas exportações, através de seus portos.

Em 2012, apesar da redução do valor de exportação (US\$) em relação ao período anterior, o Pará se manteve como o maior exportador com 43% do total nacional. Outro estado que reduziu as exportações em relação ao total foi Rondônia que respondeu por 10% das exportações daquele ano. Com a redução das vendas ao exterior por parte destes estados, houve leve aumento na participação nos estados de Mato Grosso (23%), Paraná (11%) e Amazonas (4%).

A figura 5.11 evidencia os principais estados exportadores de madeira serrada tropical/folhosas, em valor (US\$), para os anos de 2008 e 2012.



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Conforme observado para a exportação de madeira serrada de pinus, se evidencia queda abrupta no valor das exportações de madeira serrada tropical entre 2008 e 2012. Nestes anos se observa redução de 59,3%, com total respectivo de US\$ 477 milhões e US\$ 194 milhões. Esta situação é mais grave ao se comparar com os números de 2007 (US\$ 670 milhões). Neste caso, o comparativo com 2012 demonstra uma queda expressiva de 71% no valor das exportações deste produto. O fechamento de diversas empresas neste período contribui sobremaneira para este quadro altamente deficitário.

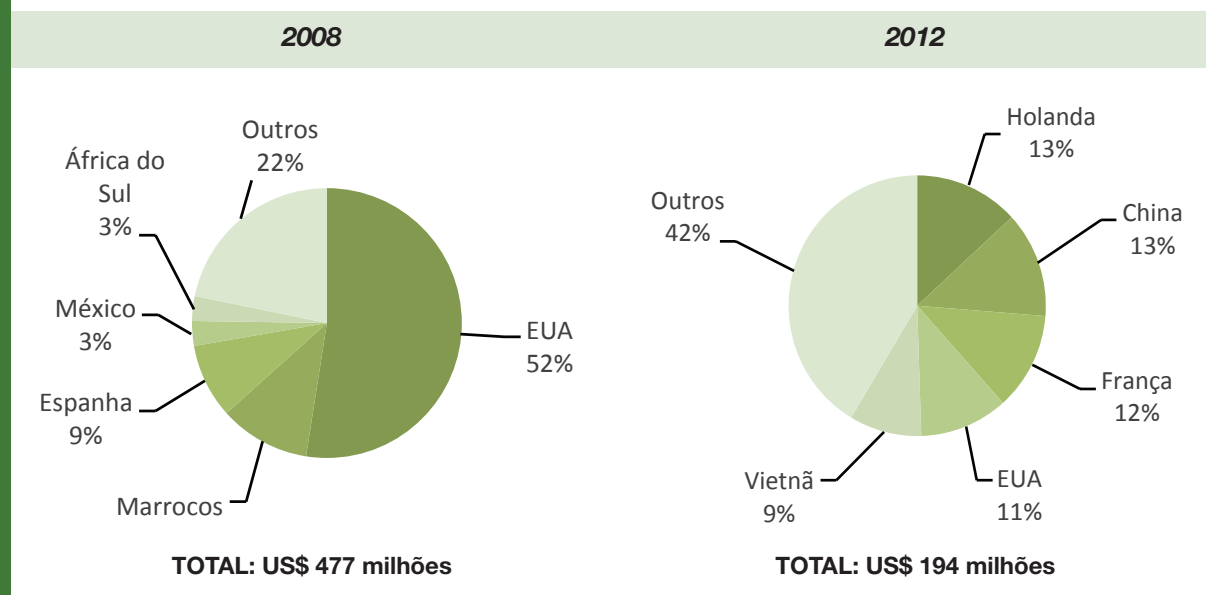
A China em 2008 foi o principal importador de madeira serrada tropical /folhosas do Brasil com 18% do total, seguido pela Holanda com 15%. Em 2012 verifica-se que ambos os países reduziram as participações dividindo a liderança com o mesmo percentual de 13%.

Mantendo-se como terceiro maior importador, tanto em 2008 com 13% quanto em 2012 com 12%, a França continua sendo um importante consumidor do serrado de folhosas exportado pelo Brasil. Outro importante consumidor são os Estados Unidos que consumiam 7% das exportações brasileiras em valores de 2008, passando a uma participação de 11% em 2012.

Em um patamar inferior Portugal que consumia 7% do total em 2008, passou a comprar apenas 3,7%

das exportações nacionais do produto em 2012 deixando de estar entre os maiores importadores e sendo substituído pelo Vietnã que passou de 6% para 9% nos mesmos anos (vide figura 5.12).

Figura 5.12 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Madeira Serrada Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

• Importações Brasileiras

A série histórica das importações brasileiras de madeira serrada de folhosas entre 2000 e 2012 tem apresentado comportamento antagônico entre o volume (m³) e valor (US\$), embora se deva ressaltar que o montante é inexpressivo perante os totais de produção e mesmo de exportação do produto.

A taxa de crescimento em volume foi negativa em 11,6% a.a. (-77% acumulada no período entre 2000-2012), enquanto que em valor foi positiva em 12,3% a.a. (302% no período de análise). Estes resultados indicam que o preço médio pago nas importações tem aumentado nos últimos anos, seja por especificações diferentes ou movimento de mercado que implica em aumento nos preços relativos.

As importações de madeira serrada de folhosas em 2012 atingiram o patamar de 35,8 mil m³, equivalente a US\$ 21 milhões. Assim, a taxa de crescimento das importações brasileiras, em relação ao ano anterior, foi de +33% em valor e -14% em volume.

A evolução das importações brasileiras de madeira serrada de folhosas no período entre 2000 e 2012 está apresentada na figura 5.13.

Figura 5.13 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Madeira Serrada de Folhosas (2000-2012)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

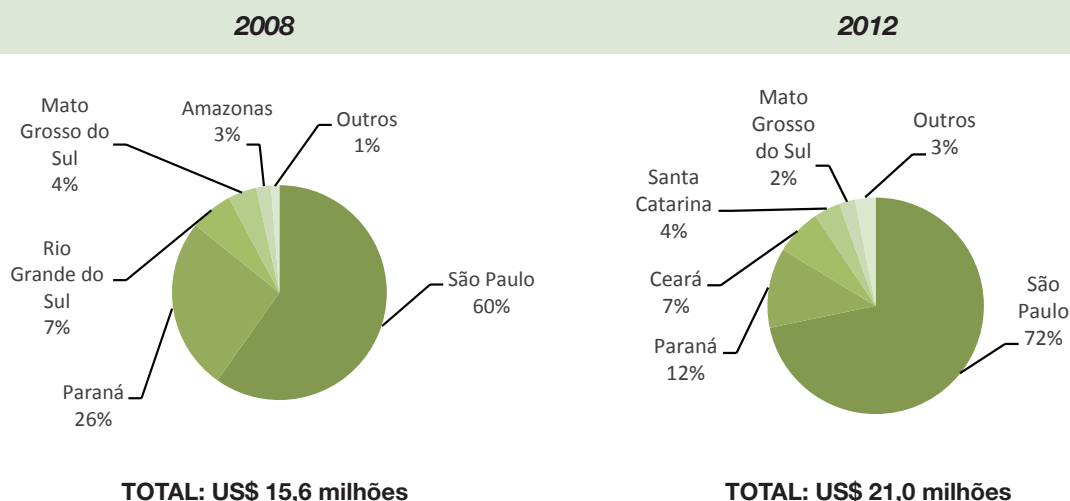
São Paulo lidera o *ranking* entre os estados importadores de madeira serrada de folhosas. Em 2008, este estado importou 60% do total (US\$ 9,3 milhões), aumentando sua participação para 72% (US\$ 15,1 milhões) em 2012. O mesmo foi seguido pelo Estado do Paraná que importou 26% do total em 2008 (US\$ 4,1 milhões), reduzindo para 12% do total (US\$ 2,5 milhões) em 2012.

Ao se evidenciar o *ranking* por volume (m³), o estado do Paraná mantém a liderança, com total importado de 71,4 mil m³ em 2008, comparativamente ao estado de Mato Grosso do Sul, na segunda posição em 2008, com 9,4 mil m³. O estado de São Paulo, líder no *ranking* por valor, ficou em quinto lugar em volume em 2008, importando 2,4 mil m³. Em 2012, em termos de volume (m³) o estado do Paraná manteve-se como líder do *ranking*, importando o total de 20,4 mil m³, enquanto que São Paulo ficou na terceira posição, com apenas 3,4 mil m³ importado de madeira serrada tropical.

Tais estatísticas evidenciam um nicho de mercado para produtos de madeira tropical / folhosas mais próximos aos maiores centros consumidores do país, concentrados em estados das regiões Sudeste e Sul, com alguma expressão também observada em estados do Centro-Oeste.

A figura 5.14 apresenta os estados com maior participação nas importações brasileiras de madeira serrada tropical / folhosas, em termos de valor para os anos de 2008 e 2012.

Figura 5.14 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Madeira Serrada de Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



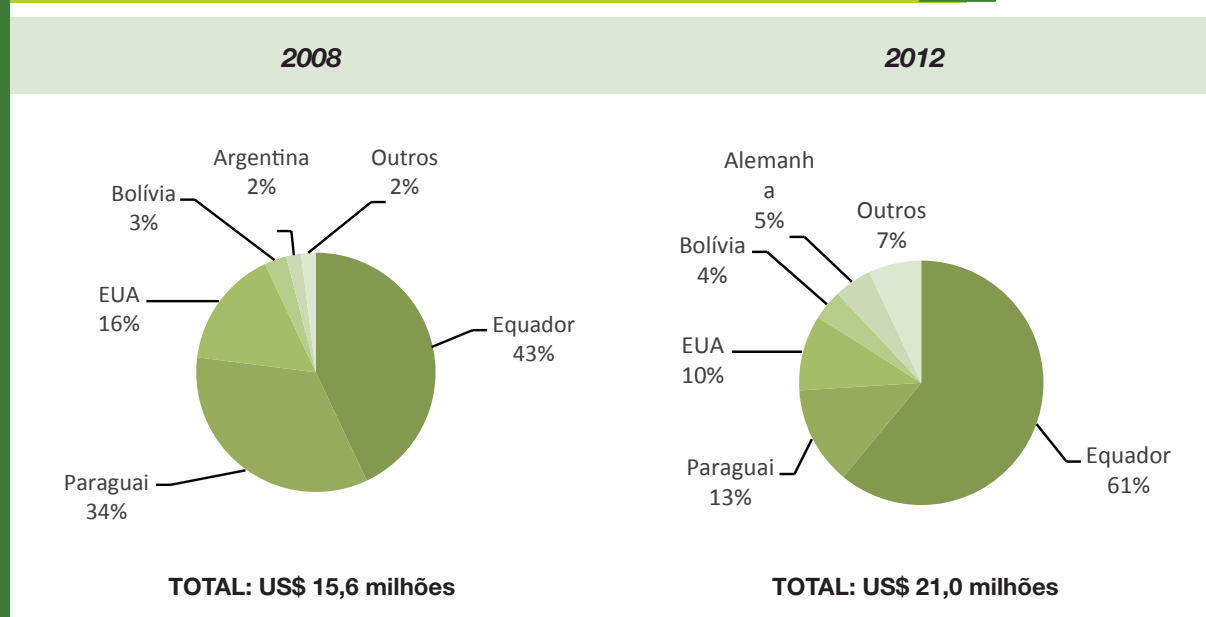
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

De maneira geral, as importações brasileiras de serrado de folhosas têm como principal origem a América do Sul, representada em 2008 pelo Equador (43%), Paraguai (34%), Bolívia (3%) e Argentina (2%), que em conjunto comercializaram ao Brasil 82% do total de madeira serrada importada naquele ano. Verifica-se ainda que os Estados Unidos com 16% são um importante parceiro comercial do Brasil.

Em 2012, esta tendência persistiu mesmo com redução do percentual do conjunto sul americano para 78%, subdividido entre Equador (61%), Paraguai (13%) e Bolívia (4%). Os Estados Unidos mesmo com a redução para 10% do total, permaneceram como o terceiro maior exportador de folhosas serradas ao Brasil, com destaque ainda para a Alemanha que superou a Argentina ao exportar 5% do total das importações brasileiras do produto.

Os principais exportadores de madeira serrada de folhosas para o Brasil, em valor, podem ser verificados na figura 5.15, nos anos 2008 e 2012.

Figura 5.15 – Principais Países Exportadores de Madeira Serrada de Folhosas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

No caso das importações deste produto, observa-se entre 2008 e 2012 aumento da ordem de 34,6%, respectivamente passando de US\$ 15,6 milhões para US\$ 21,0 milhões.

5.4 – COMPENSADO DE PINUS

5.4.1 – Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)

No Brasil, a maioria das fábricas de compensado de pinus está instalada na Região Sul, notadamente nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

No caso do compensado, a perspectiva é de utilização crescente de madeira de origem plantada, como a de pinus, visto que esta apresenta características homogêneas e favoráveis de laminação, em substituição à oferta cada vez mais reduzida de madeiras tropicais.

Em 2012, a produção brasileira de compensado de pinus atingiu 2,09 milhões m³, o que representou crescimento de 3,2% a. a. e de 45% acumulado entre 2000-2012. O aumento nos níveis de produção de

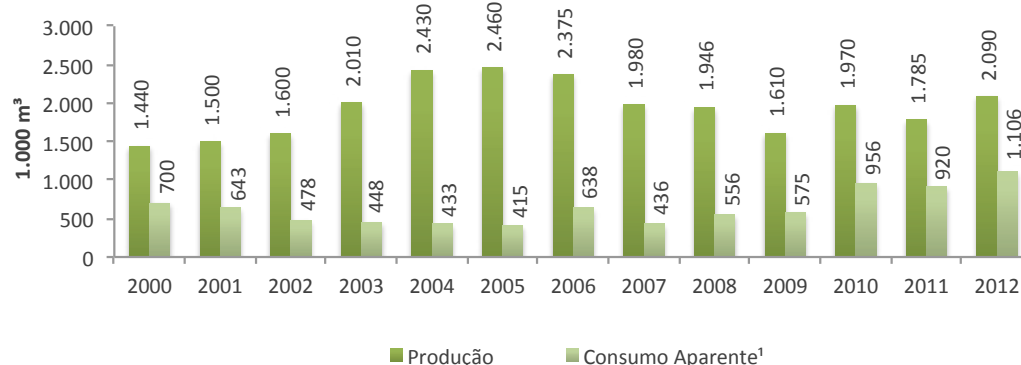
compensado de pinus no Brasil é alavancado pela gradativa recuperação das exportações do produto, conforme detalhamento na sequência.

O consumo aparente de compensado de pinus chegou a 1,11 milhão m³ em 2012, um acréscimo de 3,9% a.a. e acumulado de 58% no período entre 2000-2012. O consumo do produto, no mercado doméstico, tem se retraído em virtude da forte competição que o mesmo vem sofrendo com os painéis de madeira reconstituída, a exemplo do MDF e mesmo do OSB, junto aos setores de móveis e de construção civil, respectivamente.

Observa-se nos últimos anos (2010-2012) que cerca de 50% da produção de compensado de pinus foi consumido internamente no país. Tal tendência reforça o fato da evolução da produção brasileira de compensado de pinus guardar estreita relação com as exportações, tendo em vista a competitividade e colocação do produto brasileiro no mercado internacional desde o início da última década.

A figura 5.16 apresenta a evolução histórica da produção e consumo aparente do compensado de pinus no Brasil, entre 2000 a 2012.

Figura 5.16 – Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente de Compensado de Pinus (2000-2012)



¹ Consumo Aparente = (Produção + Importação) – Exportação - Fonte: ABIMCI, ABRAF (2013) e Banco de Dados STCP.

5.4.2 – Mercado Externo

• Exportações Brasileiras

As exportações brasileiras de compensado de pinus, que eram crescentes entre 2000-2004, começaram a reduzir com maior intensidade a partir de 2006. Em parte, a desaceleração do ritmo das exportações deste produto pode ser atribuída à desvalorização da moeda americana frente ao Real nos últimos anos, o que reduziu a competitividade do produto brasileiro e afetou o preço final do compensado de pinus em Real, reduzindo, conseqüentemente, a receita dos exportadores brasileiros. Tal fato evidencia que as empresas brasileiras estavam ampliando sua participação no mercado internacional através de uma falsa vantagem competitiva: o câmbio. No entanto, o câmbio, como um aspecto favorável no passado à exportação nacional, era apenas uma vantagem comparativa. Tal situação tem sido mitigada pela busca de melhores níveis de produtividade e pela identificação de nichos de mercado que permitam melhor remunerar o produto, inclusive dentro do mercado interno nacional.

Além disso, as exportações brasileiras de compensado de pinus também sofreram com a desaceleração do setor de construção civil dos Estados Unidos, bem como com o aumento no imposto de importação para o compensado brasileiro. O Brasil enfrenta ainda forte concorrência no mercado americano com o compensado de coníferas da China, maior produtor mundial (responsável por produzir 52% do total mundial em 2012) com

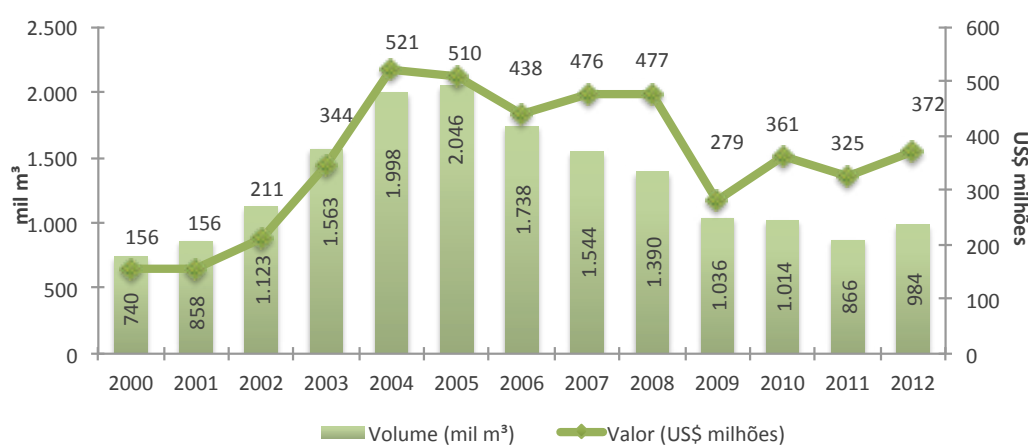
produto de características similares ao nacional, mas de preço inferior.

Depois da queda acentuada em 2009, efeito da crise global que causou redução do consumo em nível mundial, em especial dos Estados Unidos e Europa, principais importadores do Brasil, as exportações de compensado de pinus apresentaram tendência de instabilidade.

O mercado internacional de compensado brasileiro de pinus entre 2000 e 2012 apresentou oscilações. Apesar de alguns períodos com queda, a taxa de crescimento acumulada foi positiva em 138% (7,5% a.a.) em volume e 33% (2,4% a.a.) em valor neste período.

Na figura 5.17 pode se verificar o histórico de exportação pelo Brasil do compensado de pinus em volume (m³) e valor (US\$).

Figura 5.17 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Compensado de Pinus (2000-2012)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

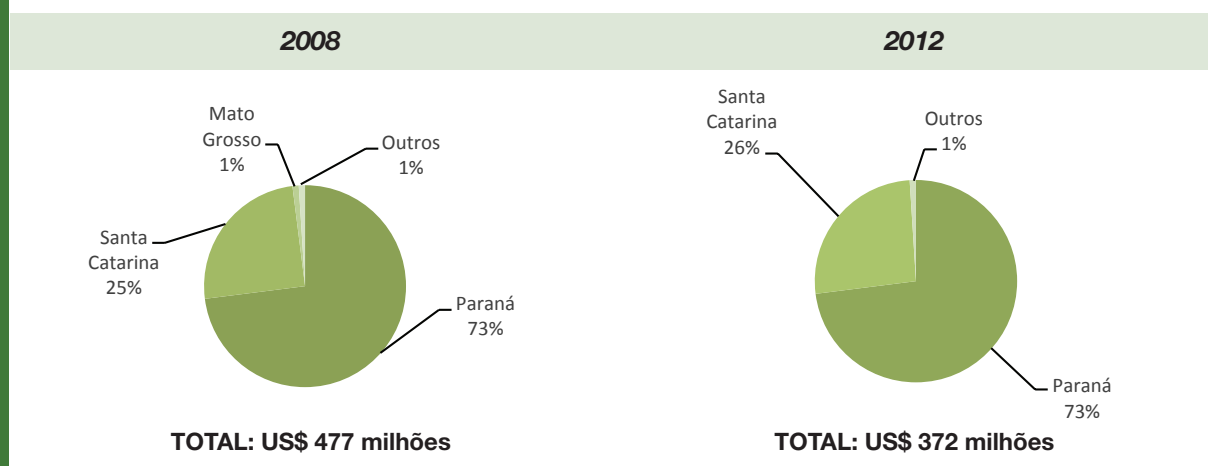
Entre 2000 e 2005 a tendência foi de crescimento no volume e valor exportado, com queda contínua observada após 2006 até 2011. Entre 2011 e 2012, as exportações brasileiras de compensado apresentaram sinais de recuperação com crescimento de 14,5% em valor e 13,7% em volume, influenciado principalmente por aumento das importações europeias do produto.

O Estado do Paraná, que possui maior área plantada de pinus no Brasil, é o principal exportador de compensados fabricados com esta espécie. Apesar da redução de US\$ 348 milhões em 2008, para US\$ 273 milhões exportados pelo referido estado em 2012, a participação do Paraná em relação ao total permaneceu em 73%.

No caso de Santa Catarina a participação nas exportações reduziu de US\$ 117 milhões em 2008 para US\$ 96 milhões em 2012. Apesar da queda nos valores, a participação em relação ao total aumentou de 25% para 26% no período.

A figura 5.18 evidencia os principais estados brasileiros exportadores de compensado de pinus, considerando os anos de 2008 e 2012.

Figura 5.18 – Principais Estados Brasileiros Exportadores de Compensado de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



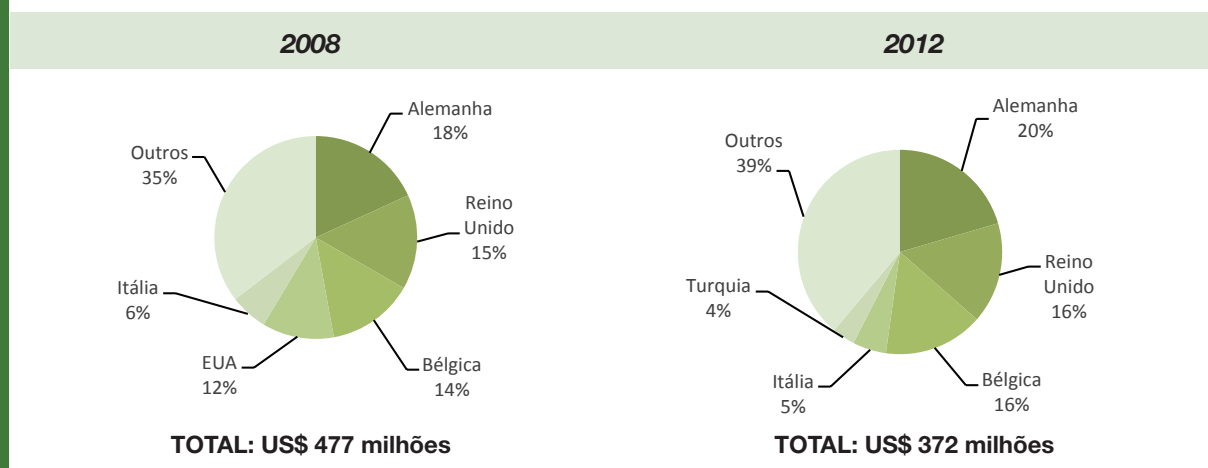
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Os Estados Unidos, que era o principal destino dos compensados de pinus produzidos no Brasil até 2007, reduziram suas compras em 2008 passando a ocupar o quarto lugar nas importações com 11% do total, sendo ultrapassado pela Alemanha (18%) seguido por outros tradicionais países importadores europeus, tais como o Reino Unido (15%) e Bélgica (14%).

Assim, o desaquecimento do mercado imobiliário norte-americano é responsável, em grande parte, pela redução do consumo dos produtos madeireiros, em especial o compensado de pinus, utilizado na construção civil. Outro fator de influência na queda das exportações de compensado é a forte e crescente participação da China no atendimento, em especial, do mercado norte-americano. A China, a partir de 2005, mostrou-se uma grande ameaça, com preços abaixo dos similares nacionais, principalmente nos compensados (baixos custos de produção chineses propiciados por baixo custo de mão de obra e incentivos governamentais oferecidos às empresas madeireiras naquele país).

Em 2012, Alemanha (20%), Reino Unido (16%), Bélgica (16%) e Itália (5%) se mantiveram como principais importadores de compensado de pinus do Brasil. Os Estados Unidos permaneceram com a tendência de redução das importações, sendo ultrapassados pela Turquia que não estava entre os principais importadores no período anterior (vide figura 5.19).

Figura 5.19 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Compensado de Pinus em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

• Importações Brasileiras

As importações brasileiras de compensado de coníferas são praticamente desprezíveis quando comparada aos níveis de exportação do produto (0,5%, em 2012).

As importações do produto em questão apresentam grande amplitude de preços, resultando na ausência de tendência tanto em valores quanto em volumes. Como exemplo, pode se verificar que entre 2000 e 2012, as importações em termos de valor cresceram 277% ao longo do período (11,7% a.a.); quanto que em volume, no mesmo período, a tendência foi de queda de 74% (-10,5% a.a.), conforme é possível observar na figura 5.20.

Figura 5.20 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Compensado de Coníferas (2000-2012)

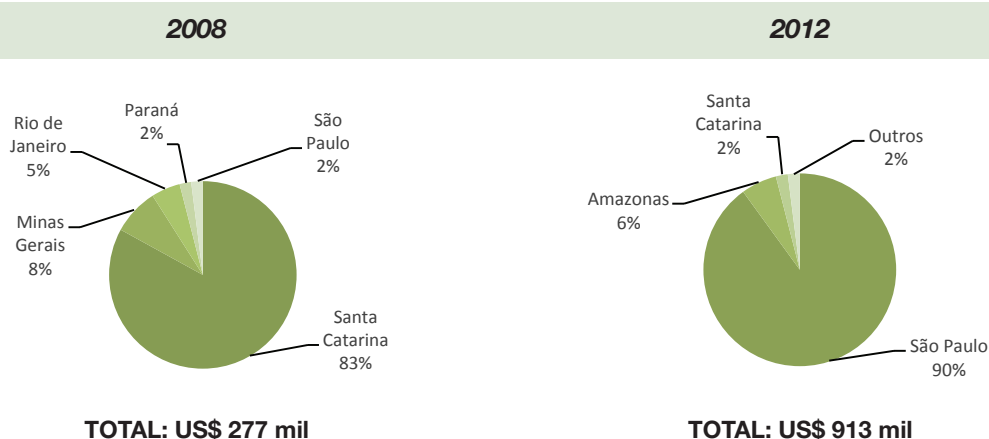


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Apenas cinco estados importaram compensado de pinus em 2008, com destaque para Santa Catarina (83%) e em menor escala Minas Gerais (8%), Rio de Janeiro (5%) e Paraná (2%). Para 2012 o padrão de estados importadores não se manteve, havendo grande destaque para São Paulo (90%) e pouca importação no Amazonas (6%) e Santa Catarina (2%).

A figura 5.21 evidencia os principais estados importadores de compensado de pinus em 2008 e 2012, em termos de valor monetário (US\$).

Figura 5.21 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Compensado de Coníferas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



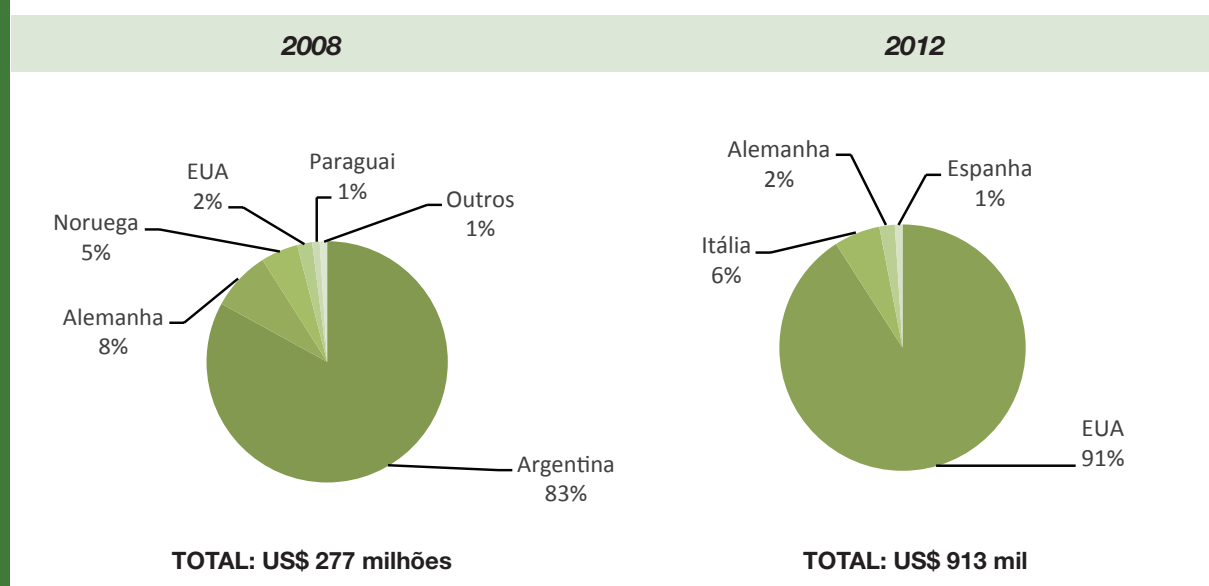
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Quanto aos países que mais exportaram compensado de coníferas (pinus) ao Brasil, não se verifica a manutenção do mesmo padrão em ambos os anos de análise. Em 2008, as importações brasileiras do produto foram concentradas na Argentina (83%), volume este totalmente destinado ao Estado de Santa Catarina. Registraram-se ainda importações oriundas da Alemanha (8%), Noruega (5%) e Estados Unidos (2%).

Em 2012, as importações foram provenientes principalmente dos Estados Unidos com 91% enviados principalmente a São Paulo. Países como Itália (6%), Alemanha (2%) e Espanha (1%) também compõe a lista de principais exportadores para o Brasil.

Os países que mais exportaram compensado de coníferas para o Brasil podem ser verificados na figura 5.22.

Figura 5.22 – Principais Países Exportadores de Compensado de Coníferas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

5.5 – COMPENSADO TROPICAL

5.5.1 – Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)

O compensado tropical tem apresentado queda em seus níveis de produção no Brasil ao longo dos últimos anos. Essa redução de produção do compensado, até mesmo do serrado, de madeira tropical deve-se principalmente pela dificuldade em se obter matéria-prima de qualidade e com origem legal. Além disso, aspectos tais como a intensificação das fiscalizações para a retirada de madeira da floresta, e concorrência com os produtos chineses.

Atualmente, o mercado mundial é dominado pelos compensados chineses, onde os produtores deste país contam com diversas fontes de matéria-prima ilegal e/ou insustentável (principalmente toras da Rússia, África e Indonésia). Tal fato faz com que seus preços tenham se tornado praticamente imbatíveis, resultando assim em concorrência desleal com o compensado brasileiro.

Todos estes aspectos corroboraram com o encerramento das atividades de diversas indústrias relacionadas ao compensado tropical no Brasil. Porém, com o advento dos plantios de Paricá no país, o mercado de

compensado tropical tem apresentado acenos positivos, conforme é possível constatar no Box 5.02.

Box 5.02 – Compensado de Paricá

O paricá é uma espécie nativa da Amazônia, porém está sendo cultivada principalmente nos estados do Pará e Maranhão. Possui rápido crescimento, tronco retilíneo e elevado valor comercial. Em função destas qualidades, o paricá vem sendo amplamente utilizado, por empresas madeireiras, principalmente em Rondon do Pará, Dom Eliseu, Ulianópolis, Paragominas, Abel Figueiredo, Jacundá, Breu Branco, Goianésia e Tucuruí, municípios do Estado do Pará. Nos últimos anos, a escassez de madeira nativa e a pressão pela atividade sustentável impulsionaram o setor a se reinventar e buscar novos caminhos, sendo o Paricá uma excelente opção de madeira tropical.

Atualmente, o paricá é uma das espécies madeireiras mais cobiçadas para a produção de compensado no Brasil. A madeira de paricá possui média densidade, boa trabalhabilidade, baixa presença de nós e origem legal, aspectos estes que tem provocado investimentos, por parte de algumas empresas da região, em maquinário específico para seu beneficiamento, que permite a laminação de toras com diâmetro mínimo de 10-15 cm. O paricá apresenta rendimento atrativo na extração de lâminas, visto que suas árvores são cilíndricas e não têm galhos nos primeiros metros do tronco, o que facilita o processo de laminação. Praticamente toda a produção de paricá de Dom Eliseu é direcionada para a fabricação de compensado.

O compensado é vendido no mercado interno para uso na construção civil. Outro mercado importante é a exportação das lâminas de paricá. Produto leve e que é muito cobiçado nos Estados Unidos para revestir pisos e paredes internas de casas de madeira.

Assim, o paricá, em virtude das suas qualidades, está buscando seu espaço no mercado no setor tão competitivo. Os exemplos existentes no Brasil têm apontado para o sucesso desta espécie nesse mercado promissor de compensado tropical.

Em 2012, a produção de compensado tropical no Brasil atingiu 483 mil m³, apresentando queda da ordem de 5,7% ao ano e de -51% ao longo do período compreendido entre 2000-2012.

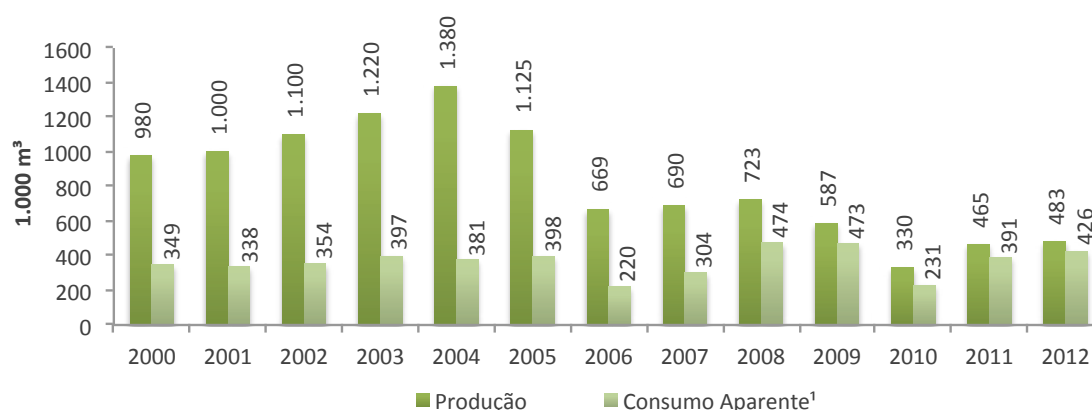
O consumo aparente de compensado tropical no Brasil chegou a 426 mil m³ em 2012, o que representa 1,7% ao ano e 22% no período de análise (2000-2012).

Ao analisar os movimentos destas estatísticas, observa-se que ao longo dos últimos anos, a produção brasileira do compensado tropical tem se direcionado cada vez mais ao mercado interno, reduzindo assim os níveis de exportação deste produto. Entre 2000-2012, a participação da produção de compensado tropical consumido internamente no Brasil variou entre 35% a 88%, respectivamente. Isso ocorre, conforme comentado anteriormente, pela concorrência com a China, maior exportador mundial de compensado, país este que vem conquistando, a cada ano, maior representatividade neste mercado. Em 2004, auge da produção brasileira do produto, a China já era líder no *ranking* mundial dos maiores exportadores de compensado, com 18% do total mundial (4,4 milhões m³). O Brasil era o quarto no *ranking*, com 12% do total (3 milhões m³). Em 2012, a China continuou na liderança, mas aumentou significativamente sua participação global (37%, ou seja, 9,9 milhões m³), enquanto que o Brasil caiu para a quinta posição dos maiores exportadores mundiais do produto, com 4% de participação, equivalente a 1,2 milhão m³.

Acredita-se que, nos próximos anos, com o crescimento dos plantios, o paricá conquiste cada vez mais o setor madeireiro de forma a ampliar a produção de compensado tropical no Brasil.

A figura 5.23 apresenta a evolução histórica da produção e consumo aparente de compensado tropical no Brasil, ao longo de 2000 a 2012.

Figura 5.23 – Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente de Compensado Tropical (2000-2012)



¹Consumo Aparente = (Produção + Importação) – Exportação - Fonte: ABIMCI, ABRAF (2013) e Banco de Dados STCP.

5.5.2 – Mercado Externo

• Exportações Brasileiras

As exportações brasileiras de compensado produzido com espécies tropicais/folhosas entre 2000 e 2012 vêm apresentando tendência de queda de 18% a.a. (-91% no período) em volume e -14% a.a. (-83% no período) em valor. Em 2000, cerca de 64% da produção brasileira do referido produto era exportada. Em 2012, essa taxa caiu para 12%, o que evidencia que a produção está voltada para o consumo interno.

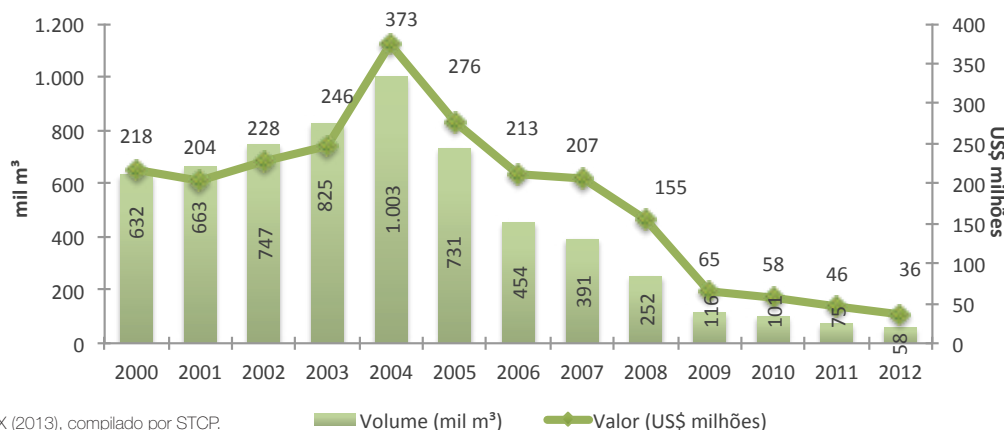
O compensado tropical/folhosas que apresentou forte crescimento em seus níveis de exportação até 2004, devido a aumento na demanda, principalmente dos Estados Unidos e Europa. No período seguinte a partir de 2005, devido ao aumento dos impostos de importação dos Estados Unidos, aliada a desvalorização do Dólar frente ao Real, fez com que o produto tropical apresentasse queda significativa no comércio internacional nos últimos anos. As exportações, que já se apresentavam decrescentes em 2009, ainda foram afetadas negativamente com a crise mundial.

Entre 2011 e 2012, as exportações de compensado tropical/folhosas apresentaram queda de 22% em volume e -20% em valor, ao passar de 74,5 mil m³ para 58,2 mil m³ e de US\$ 45,5 milhões para US\$ 36,2 milhões.

O Brasil enfrenta ainda forte concorrência no mercado internacional com países asiáticos como China, Malásia e Indonésia, os quais foram os principais exportadores mundiais de compensado tropical.

As exportações brasileiras de compensado tropical/folhosas entre 2000 e 2012, em volume e valor, podem ser verificadas na figura 5.24.

Figura 5.24 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Compensado Tropical/Folhosas (2000-2012)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

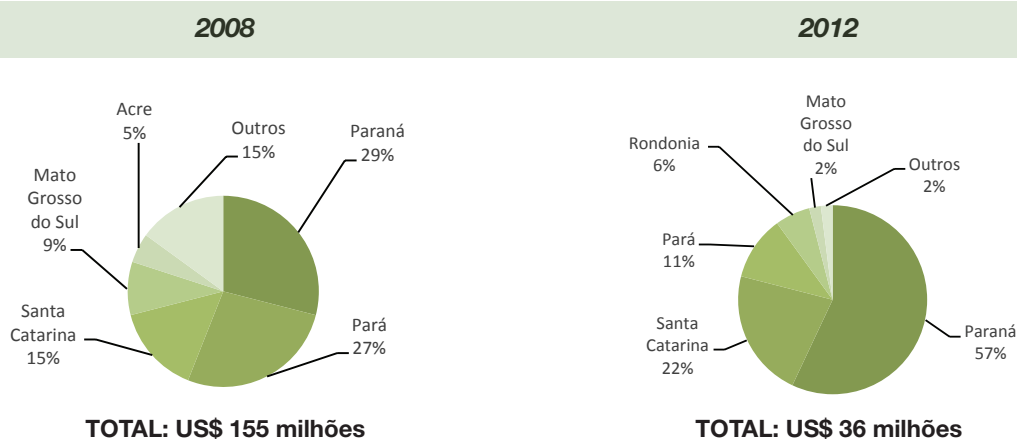
O Paraná, principal estado exportador de compensado de pinus também é o maior exportador de compensado tropical/folhosas do Brasil. Apesar da redução das exportações deste estado em 2008 de US\$ 45,4 milhões (29%) para US\$ 20,5 milhões (57%) em 2012, o Paraná se manteve na liderança do *ranking*. No caso de Santa Catarina, que em 2008 exportava 15% do total ocupando o terceiro lugar nas exportações brasileiras, passou em 2012 para a segunda posição com 22% do total.

Embora Paraná e Santa Catarina não sejam estados onde são fabricados lâminas de espécies tropicais, ocorre à produção de compensados de pinus utilizados como base (miolo), sobre os quais são aplicados revestimentos com lâminas decorativas de espécies tropicais, que tem como origem, estados tais como o Pará, Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Estados como Pará, Mato Grosso do Sul e Acre, tradicionais produtores de compensado constituído totalmente de lâminas de espécies tropicais/folhosas (normalmente miolo de espécies brancas e mistas e capa de espécies vermelhas e nobres), perderam mercado entre 2008 e 2009. Rondônia, que comercializou US\$ 4 milhões em 2008, conseguiu manter as exportações em 2012 na ordem de US\$ 2 milhões, passando a figurar entre os principais exportadores brasileiros de compensado tropical.

A figura 5.25 apresenta os principais estados brasileiros exportadores de compensado tropical/folhosas, analisando os anos de 2008 e 2012, em termos de valor (US\$).

Figura 5.25 – Principais Estados Brasileiros Exportadores de Compensado Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



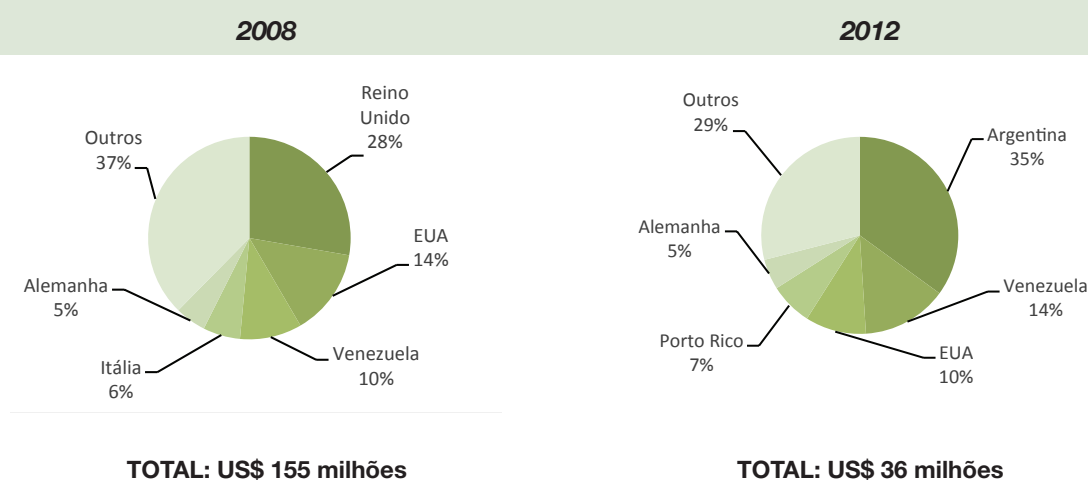
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Em 2008, as exportações brasileiras de compensado tropical/folhosas foram destinadas principalmente à Europa representada por Reino Unido 28%, Itália 6% e Alemanha 5%. Observa-se ainda grande participação das importações norte americanas com 14% do total e da Venezuela com 10%.

Para 2012 ocorreu alteração quanto ao padrão dos principais importadores de compensado tropical brasileiro, tendo como principal destinação a Argentina 35% e Venezuela 14% países integrantes do MERCOSUL. Pode-se verificar ainda importações dos Estados Unidos (10%) e em menor escala Porto Rico (7%) e Alemanha (5%).

Na figura 5.26, pode-se verificar os principais importadores brasileiros de compensado tropical/folhosas, para os anos de 2008 e 2012.

Figura 5.26 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Compensado Tropical/Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

• Importações Brasileiras

As importações brasileiras de compensado de folhosas apresentaram grande amplitude de variação entre 2000 e 2012. Quando comparado às exportações, foram equivalentes a apenas 5% do valor em 2012.

O crescimento apresentado no período não apresentou padrão definido, com valor (US\$) apresentando crescimento de 89% no período entre 2000-2012 (5,4% a.a.), e volume (m³) com crescimento de 222% no período e 10,2% a.a. Em 2012, houve crescimento nas importações brasileiras da ordem de 14% em valor e 43% em volume, quando comparado ao ano anterior.

Figura 5.27 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Compensado de Folhosas (2000-2012)

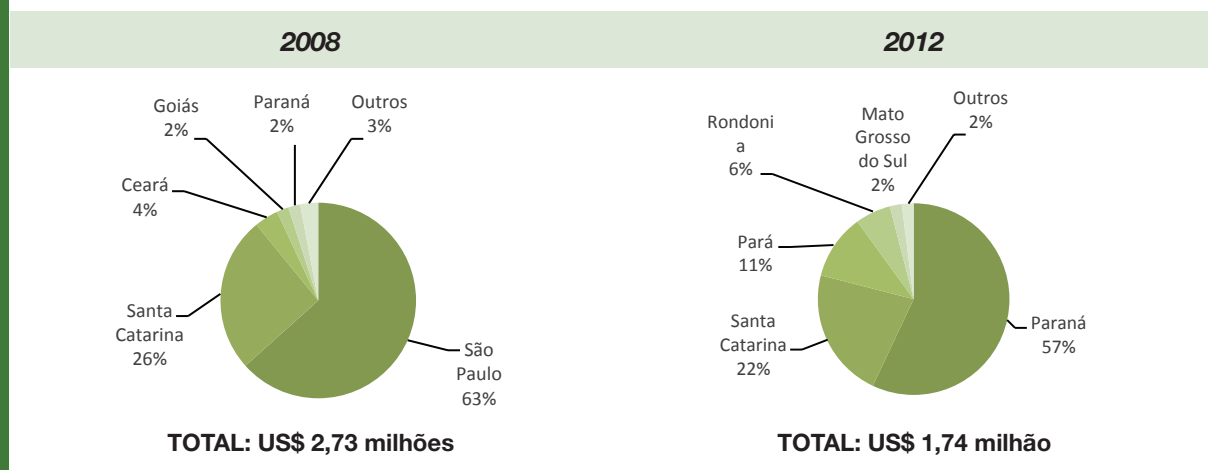


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Em 2008, as importações brasileiras de compensado de folhosas ocorreram principalmente pelo estado de São Paulo (63%), sendo registrada ainda a participação de Santa Catarina (26%), e com menor expressão Ceará 4%, Goiás 2% e Paraná 2%.

Para 2012, o padrão não se manteve, ocorrendo importações de compensado de folhosas principalmente do Paraná (57%), com Santa Catarina se mantendo em segundo lugar (22%). Os estados do Pará (11%), Rondônia (6%) e Mato Grosso do Sul (2%), que não figuravam os principais estados importadores em 2008, passaram a integrar o ranking em 2012 (vide figura 5.28).

Figura 5.28 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Compensado de Folhosas em 2008 e 2012, em Valor (US\$)

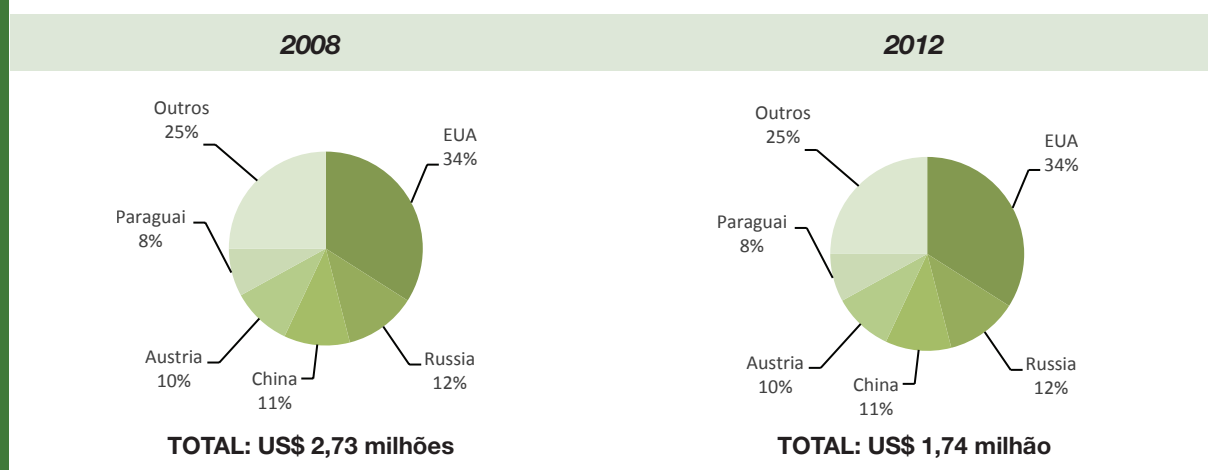


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

A avaliação dos principais exportadores de compensado de folhosas para o Brasil, entre 2008 e 2012, revelou que os Estados Unidos, apesar da redução, vêm se mantendo como principal país exportador do produto para o mercado brasileiro com 50% e 34% respectivamente. Outro país que se manteve como importante exportador para o Brasil foi a China, com aumento em sua participação de 4% em 2008 para 11% em 2012.

Dentre os demais países que exportam compensado de folhosas ao Brasil, cita-se a Argentina, Alemanha e México, que tiveram suas exportações superadas em 2012 pelos níveis exportados pela Rússia, Áustria e Paraguai (vide figura 5.29).

Figura 5.29 – Principais Países Exportadores de Compensado de Folhosas para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

5.6 – PORTAS DE MADEIRA

5.6.1 – Mercado Nacional (Produção e Consumo Aparente)

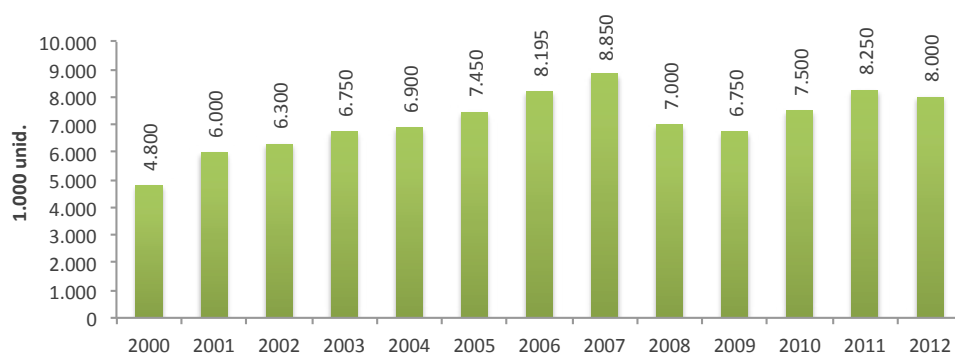
O segmento de portas é tido como um dos mais representativos e competitivos dentro do segmento de PMVA. O que era apenas um item estrutural que compunha a cesta de produtos dos materiais de construção civil, atualmente a porta tem ganhado *status* como item de *design* do imóvel, com elevado valor agregado.

Em 2012, a produção brasileira de portas de madeira atingiu 8,0 milhões de unidades, acumulando crescimento de 67% entre 2000-2012, o que equivale a crescimento anual da ordem de 4,3%. Tal crescimento é sustentado pelas obras civis no país.

A grande maioria dos fabricantes (80%) está localizada na Região Sul do Brasil, com destaque para os Estados do Paraná e Santa Catarina. A Região Sudeste responde por 12,5%. O direcionamento da produção brasileira está voltado para o consumo interno, o qual tem sido alavancado pelo impulso da construção civil no país, até com os programas do Governo Federal para a construção de casas populares.

A figura 5.30 apresenta a evolução histórica da produção de portas no Brasil, ao longo de 2000 a 2012.

Figura 5.30 – Evolução Histórica da Produção de Portas (2000-2012)



Fonte: ABIMCI, ABRAF (2013) e Banco de Dados STCP.

Diante desse cenário promissor, bem como em função da inexistência de normas para a padronização do produto, a ABIMCI esteve envolvida na criação de programas de qualidade e desenvolvimento de uma norma técnica específica para o setor de portas no Brasil. Tal normalização, além de agregar valor às marcas, irá garantir a conformidade dos produtos ao consumidor final. Maior detalhamento sobre este aspecto pode ser encontrado no Capítulo 2 deste Estudo.

5.6.2 – Mercado Externo

Exportações Brasileiras

As exportações brasileiras de portas de madeira apresentaram crescimento de 54% entre 2000-2012, equivalente a 3,7% a.a. Apesar da tendência positiva para todo o período de avaliação, a partir de 2007 as exportações do produto decaíram, principalmente devido ao efeito da redução nas importações dos Estados Unidos em função da queda da construção civil no país.

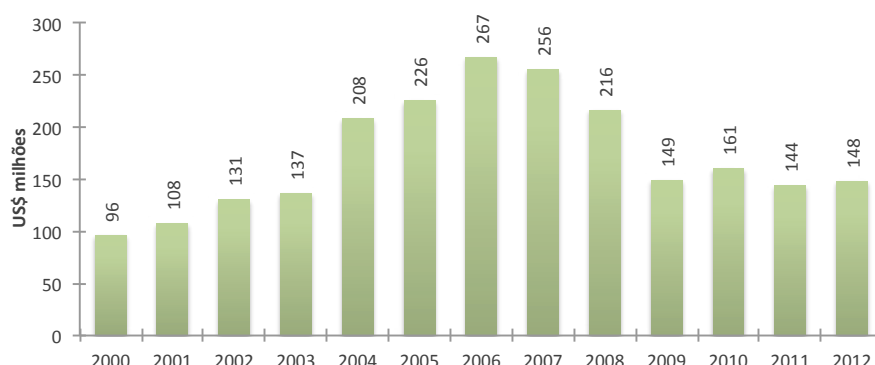
O Brasil tem enfrentado forte concorrência chinesa pelo segundo lugar (depois do Canadá, líder do *ranking*) no mercado de portas de madeira dos Estados Unidos, país que tem sido o principal destino do produto brasileiro.

Após o período de crises, as exportações de portas de madeira têm mostrado sinais de recuperação nos últimos dois a três anos (2010-2012), porém distantes dos patamares obtidos em 2006, quando o Brasil atingiu o pico das exportações de portas de madeira (US\$ 267 milhões).

Em 2012, o Brasil exportou US\$ 148 milhões do produto, evidenciando crescimento de 3% em relação ao ano anterior. Em 2012, cerca de 1,0 milhão de unidades de portas produzidas no Brasil tenha sido comercializada junto ao mercado externo, quantidade correspondente a 13% do total produzido pelo país.

A série histórica das exportações brasileiras de portas de madeira para 2000-2012 está representada na figura 5.31.

Figura 5.31 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Portas de Madeira (2000-2012)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Conforme destacado anteriormente, a concentração de empresas produtoras de portas de madeira está localizada na Região Sul do Brasil. Região esta também responsável pelas maiores exportações do produto. Em 2008, Santa Catarina e Paraná exportaram respectivamente 72% (US\$ 155,8 milhões) e 17% (US\$ 36,7 milhões) do total. No mesmo ano, mas com menor representatividade ainda estão os estados de São Paulo (6%), Rio Grande do Sul (2%) e Mato Grosso (1%). Estados como Maranhão, Pará, Alagoas e Rondônia com menos de 1% do total cada, estiveram na composição de outros.

Em 2012, apesar da redução do total exportado pelo país, Santa Catarina passou a exportar 76%, enquanto que o Paraná fechou o ano exportando 20% do total do país. São Paulo exportou 2% e o Rio Grande do Sul, 1%.

Na figura 5.32 é possível se verificar os principais estados exportadores de portas de madeira, comparativo entre 2008 e 2012, em valor (US\$).

Figura 5.32 – Principais Estados Brasileiros Exportadores de Porta de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



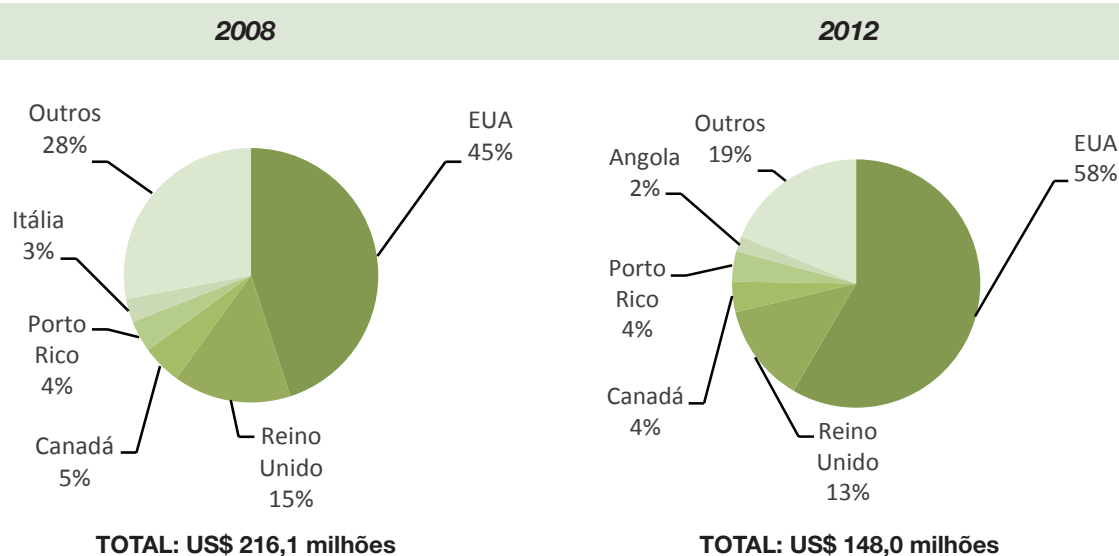
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Os Estados Unidos, em 2008, foram os principais importadores brasileiros de porta de madeira (45% do total no referido ano), posição esta mantida pelos norte americanos em 2012 (59%). No caso das importações britânicas, o percentual em relação ao total exportado pelo Brasil foi reduzido de 15% em 2008 para 13% em 2012.

Em um patamar inferior, o Canadá baixou as compras de 5% para 4% do total se comparado 2008 e 2012, logo abaixo Porto Rico manteve os 4% nos anos avaliados. Com a redução das importações italianas de 3% para 1%, sobressaíram em 2012 as compras realizadas por Angola que apresenta grande desenvolvimento econômico refletindo na compra de 2% do total de portas de madeira exportadas pelo Brasil.

A dinâmica dos principais países importadores do produto brasileiro pode ser constatada na figura 5.33.

Figura 5.33 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Porta de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)

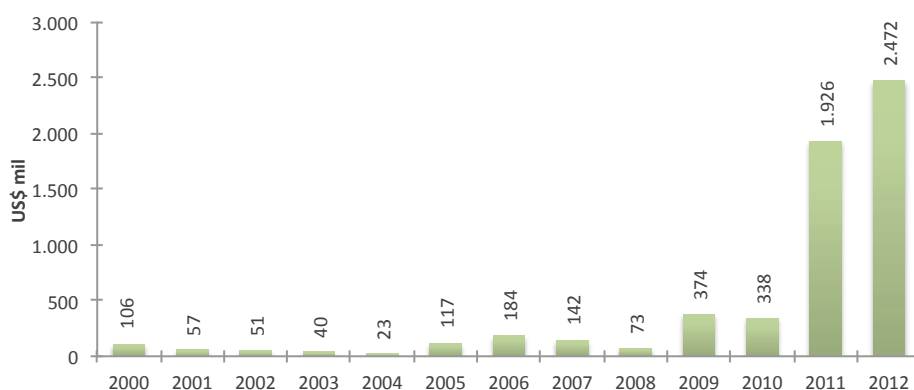


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Importações Brasileiras

As importações brasileiras de portas de madeira não apresentaram tendência definida ao longo do período analisado, com taxa de crescimento de 30% a.a., percentual este afetado principalmente pelos altos valores importados entre 2011 e 2012, conforme é possível observa na figura 5.34.

Figura 5.34 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Portas de Madeira (2000-2012)

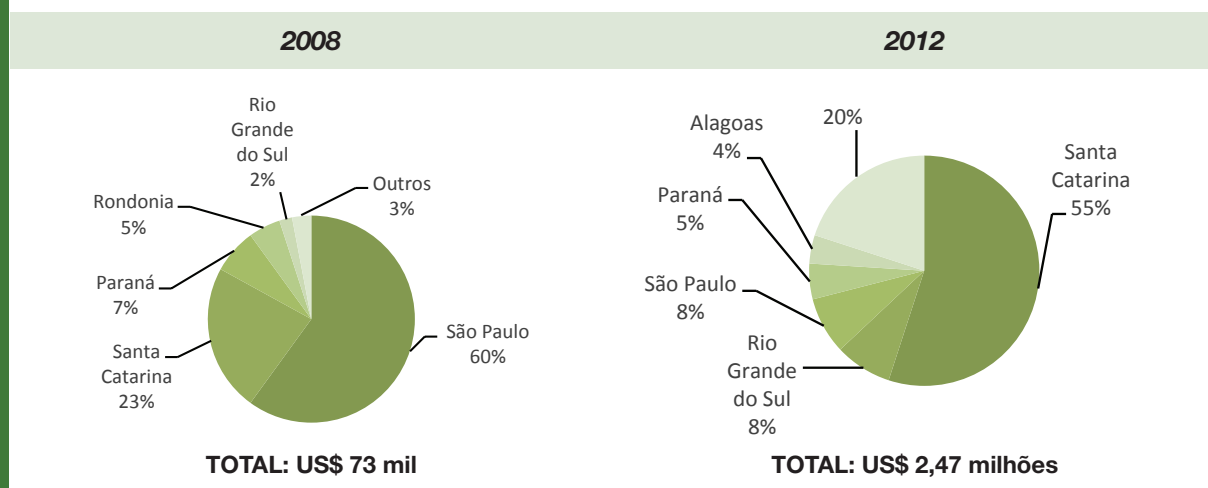


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Em 2008, os principais estados que importaram portas de madeira do exterior foram São Paulo (60%) e Santa Catarina (23%). Com menor participação foram registradas ainda o Paraná (7%), Rondônia (5%) e Rio Grande do Sul (2%).

Para 2012, o padrão de importações não foi mantido, com concentração em Santa Catarina (55%) e participação em menor escala do Rio Grande do Sul (8%), São Paulo (8%), Paraná (5%) e Alagoas (4%), conforme é possível observar na figura 5.35.

Figura 5.35 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Portas de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)

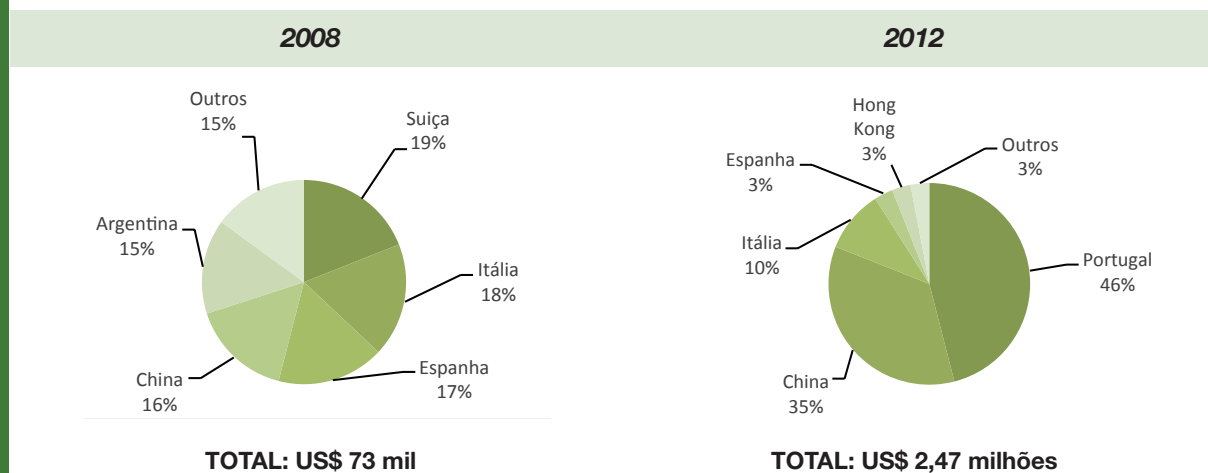


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

As importações brasileiras de portas de madeira foram originadas principalmente do continente europeu, com destaque em 2008 para a Suíça (19%), Itália (18%) e Espanha (17%). Verificam-se no mesmo ano as importações com origem chinesas (16%) e argentinas (15%).

Para 2012, houve alteração quanto os principais países fornecedores de portas de madeira ao Brasil, com concentração em Portugal (46%) e aumento da participação chinesa que exportou 35% do total. A Itália com 10% e a Espanha com 3% diminuíram a participação no market share brasileiro, ocorrendo ainda a superação das importações Argentinas pelas de Hong Kong com 3% do total no período (vide figura 5.36).

Figura 5.36 – Principais Países Exportadores de Portas de Madeira para do Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

5.7 – MOLDURAS DE MADEIRA

5.7.1 – Mercado Nacional (Produção)

As molduras, que são perfis obtidos a partir de usinagens da madeira serrada ou dos *blocks e blanks*, são absorvidas primordialmente pela construção civil. Com a crescente oferta de novos empreendimentos imobiliários e o aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, o mercado de molduras está cada vez mais em alta.

Atualmente, empresas que se destacam no setor por alta agregação de valor para a tora grossa são as que trabalham com remanufaturados sólidos, tais como moldura. Trata-se de um produto com uma gama bastante variada em termos de formas (diferentes perfis) e dimensões.

As maiores empresas produtoras de molduras estão localizadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina

Em 2012, a produção de molduras chegou a 982 mil m³, o que reflete crescimento da ordem de 10,4% ao ano e de 227% ao longo do período de análise (2000-2012).

A figura 5.37 apresenta a evolução histórica da produção de molduras no Brasil, ao longo de 2000 a 2012.

Figura 5.37 – Evolução Histórica da Produção de Molduras (2000-2012)



Fonte: ABIMCI, ABRAF (2013) e Banco de Dados STCP.

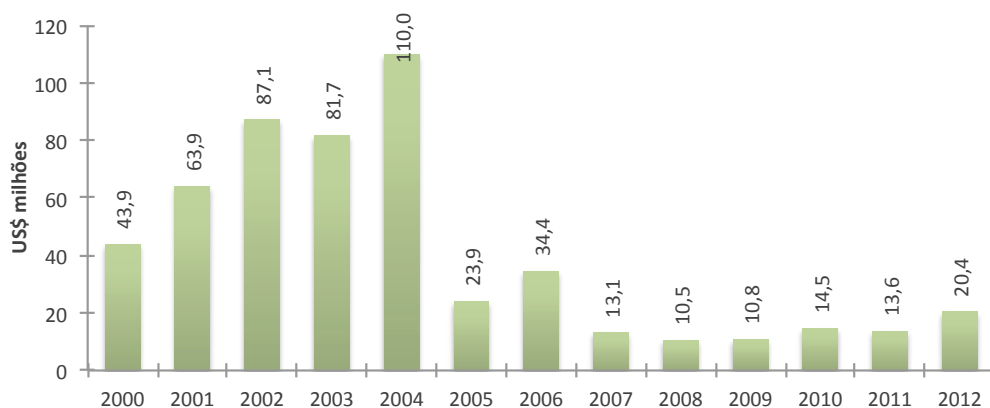
5.7.2 – Mercado Externo

• Exportações Brasileiras

As exportações brasileiras de molduras de madeira apresentaram grande instabilidade no período de análise. Entre 2000 e 2012, a taxa de crescimento foi de -53%, equivalente a -6,2% a.a. A grande variação ocorrida entre 2004 e 2005 (vide figura 5.38), se deu devido ao destino das exportações serem fortemente concentradas nos Estados Unidos, os quais além de reduzirem as importações totais de molduras, aumentaram as compras da China, Indonésia, Tailândia e Malásia em substituição as importações do produto brasileiro. Outro fator que afetou fortemente as exportações do produto no Brasil foi a valorização cambial do Real frente ao Dólar afetando a competitividade do preço nacional.

Na figura 5.38 pode se verificar os valores (US\$) de molduras de madeira exportados pelo Brasil entre 2000-2012.

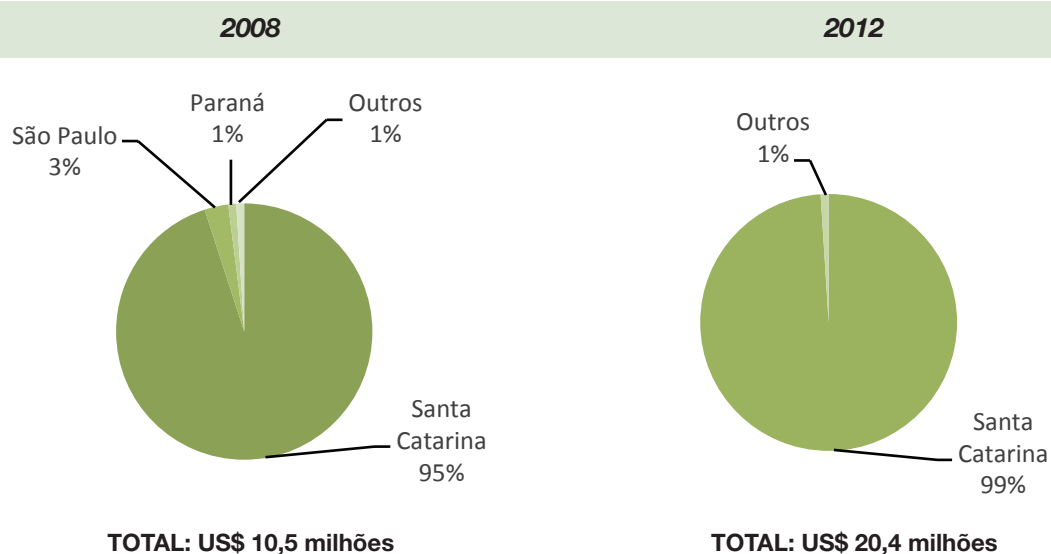
Figura 5.38 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Molduras de Madeira (2000-2012)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

No estado de Santa Catarina se concentra a grande maioria das empresas exportadoras de molduras de madeira do Brasil, passando de 95% do total em 2008, para a quase totalidade (99%) em 2012. Outros estados como São Paulo (3%) e Paraná (1%), que possuíam baixa representatividade em 2008 chegaram a 2012 representando menos de 1% das exportações totais do produto, conforme evidencia a figura 5.39.

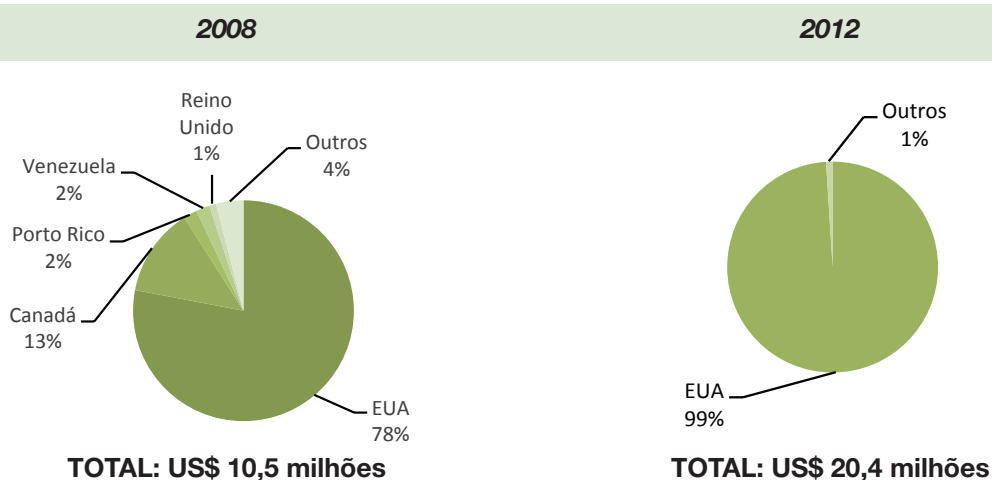
Figura 5.39 – Principais Estados Brasileiros Exportadores de Molduras de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

Em 2008, os Estados Unidos foram os principais (78%) importadores de molduras de madeira do Brasil, passando para quase a totalidade (99%) em 2012. Países como Canadá (13%), Porto Rico (2%), Venezuela (2%), Reino Unido (1%) que em 2008 eram representativos na importação de molduras do país, reduziram a compra do Brasil não representando nem 1% do total em 2012, conforme evidencia a figura 5.40.

Figura 5.40 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Molduras de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)

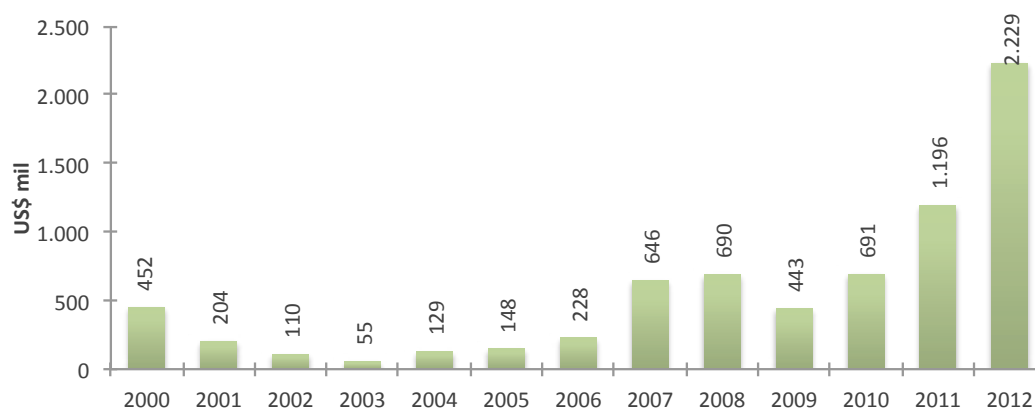


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

• Importações Brasileiras

As importações brasileiras de moldura de madeira, entre 2000 e 2012, apresentaram crescimento de 393% no período (14,2% a.a.). Em 2012 ocorreu o pico das importações do produto, atingindo US\$ 2,2 milhões, o que representou crescimento de 86,3% a.a. em relação ao ano de 2011.

Figura 5.41 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Molduras de Madeira (2000-2012)

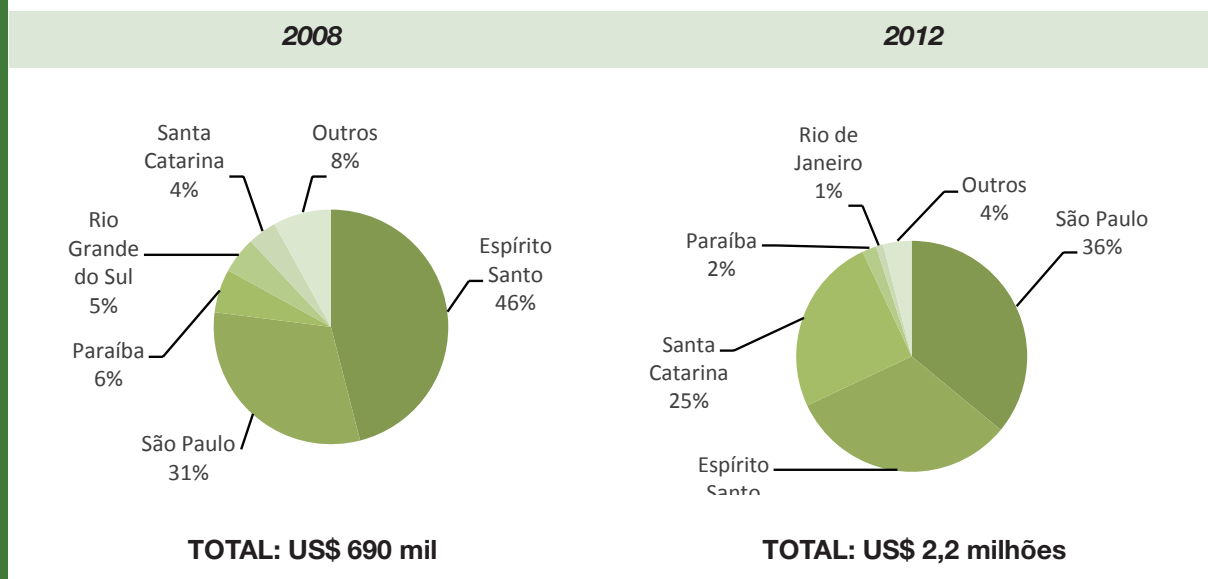


Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

O Espírito Santo foi o principal estado importador de molduras de madeira em 2008 com US\$ 318,8 mil. Apesar do aumento para US\$ 703,1 mil em 2012, o referido estado foi ultrapassado pelas importações paulistas nesse ano, com US\$ 796,8 mil, equivalente a 36% do total.

Para Santa Catarina que apresentava importações de 4% do total em 2008, houve aumento para 25% em 2012. No caso da Paraíba a participação em relação ao total importado decresceu de 6% para 2%, e o Rio Grande do Sul deixou de figurar entre os principais, sendo ultrapassado pelas importações do Rio de Janeiro, conforme é possível observar na figura 5.42.

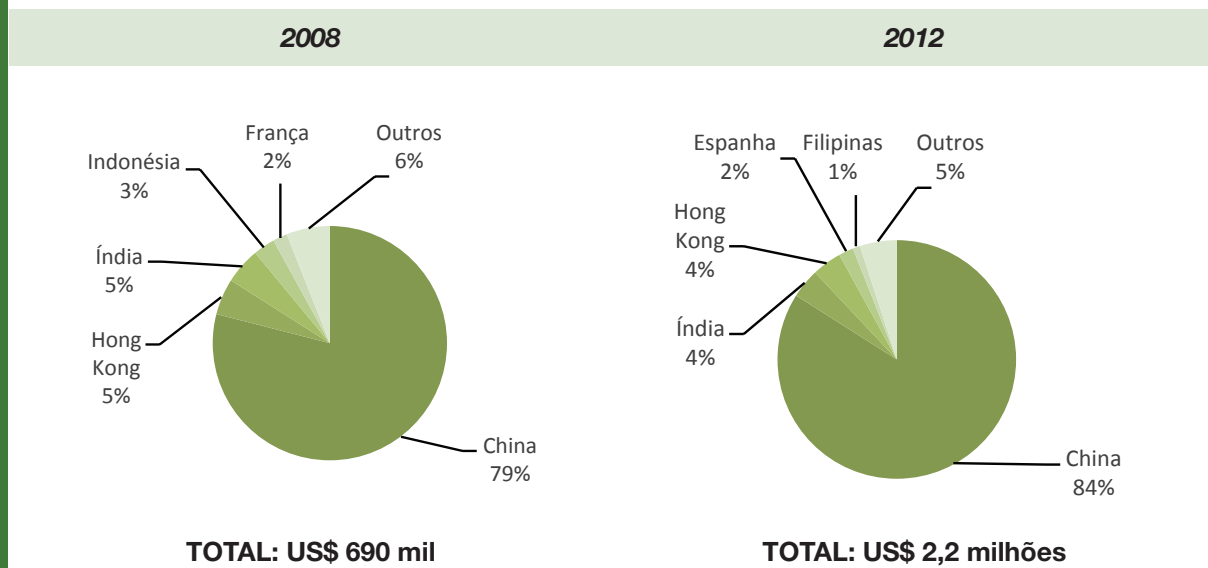
Figura 5.42 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Molduras de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

As importações nacionais de molduras de madeira têm como principal origem países da Ásia, sobretudo da China, que passou de 79% (US\$ 546,6 mil) para 84% (US\$ 1,87 milhão) entre 2008 e 2012, respectivamente. Em um patamar inferior, em termos de participação, pode-se observar importações de Hong Kong e Índia, além de compras esporádicas de moldura de madeira oriunda da França, Indonésia e Filipinas (vide figura 5.43).

Figura 5.43 – Principais Países Exportadores de Molduras de Madeira para do Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

5.8 – PISOS DE MADEIRA

5.8.1 – Mercado Nacional (Produção)

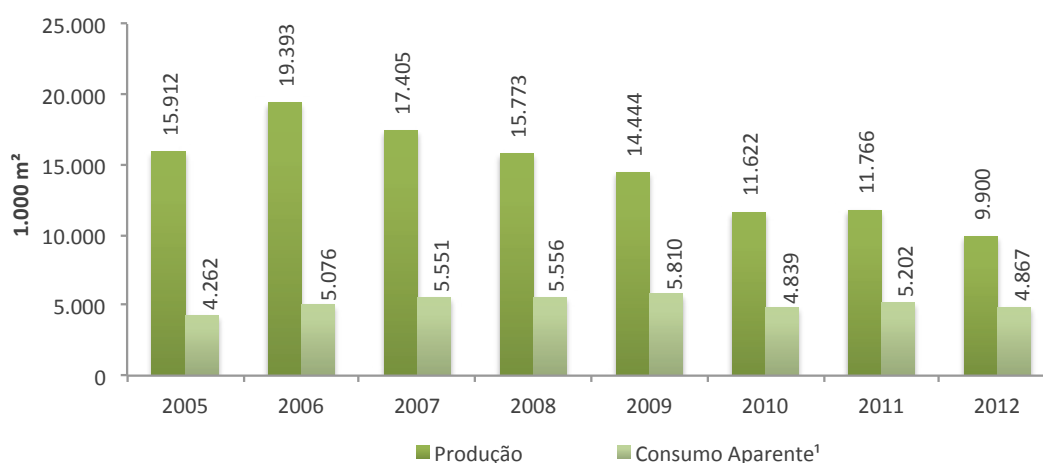
Estimativas da Associação Nacional de Pisos de Madeira (ANPM) indicam que o Brasil possui cerca de 100 indústrias ligadas à produção de pisos de madeira. Tais empresas estão concentradas principalmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Pará e Mato Grosso são os estados que apresentam o maior número de unidades industriais, e na sequência, destaque para o Paraná.

Em 2012, a produção de pisos de madeira chegou a 9,9 milhões m², apresentando queda da ordem de 6,6% a.a. (-38% entre 2005-2012).

Por outro lado, o consumo aparente de pisos de madeira chegou a 4,9 milhões m² em 2012, o que representa acréscimo de 1,9% a.a. e 14% no período de análise (2005-2012). Tal crescimento sustenta-se pela demanda oriunda das construções imobiliárias no país, conforme abordado anteriormente. Observa-se que nos últimos anos (2009-2012) cerca de 45% da produção de pisos de madeira é consumido internamente no país.

A figura 5.44 apresenta a evolução histórica da produção e consumo aparente de pisos de madeira no Brasil, ao longo de 2000 a 2012.

Figura 5.44 – Evolução Histórica da Produção e Consumo Aparente¹ de Pisos de Madeira Sólidos² (2005-2012)



¹Consumo Aparente = (Produção + Importação) – Exportação. ²Pisos sólidos ou estruturados que tenham componentes sólidos. - Fonte: ANPM (2013), compilado por STCP.

5.8.2 – Mercado Externo

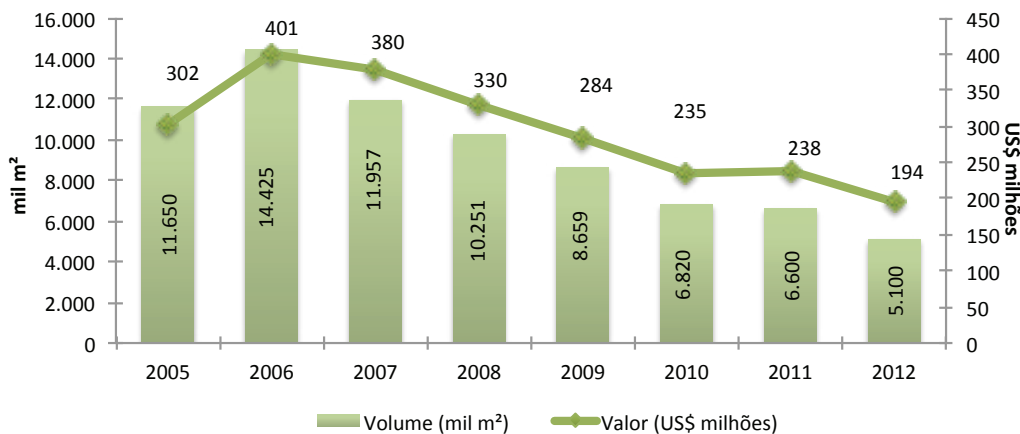
• Exportações Brasileiras

As exportações brasileiras de pisos de madeira apresentaram tendência de queda nos últimos anos. A taxa de crescimento foi negativa em 11,1% a.a. (-56% no período) em volume e de -6,1% a.a. (-36% no período).

O ano de 2012 fechou com 5,1 milhões m² de pisos de madeira (US\$ 193,8 milhões) exportados. Após a retração nas exportações em 2012, na esteira da crise europeia e norte-americana, novos mercados se configuram como uma boa alternativa para ampliar o leque de clientes em todo o mundo. Ásia, Oriente Médio e América Latina demonstram grande potencial para receber o produto brasileiro, visto que possuem demanda e não foram muito afetados pela crise mundial.

A figura 5.45 apresenta a evolução histórica das exportações brasileiras de pisos de madeira entre 2005-2012.

Figura 5.45 – Evolução Histórica das Exportações Brasileiras de Pisos de Madeira (2005-2012)

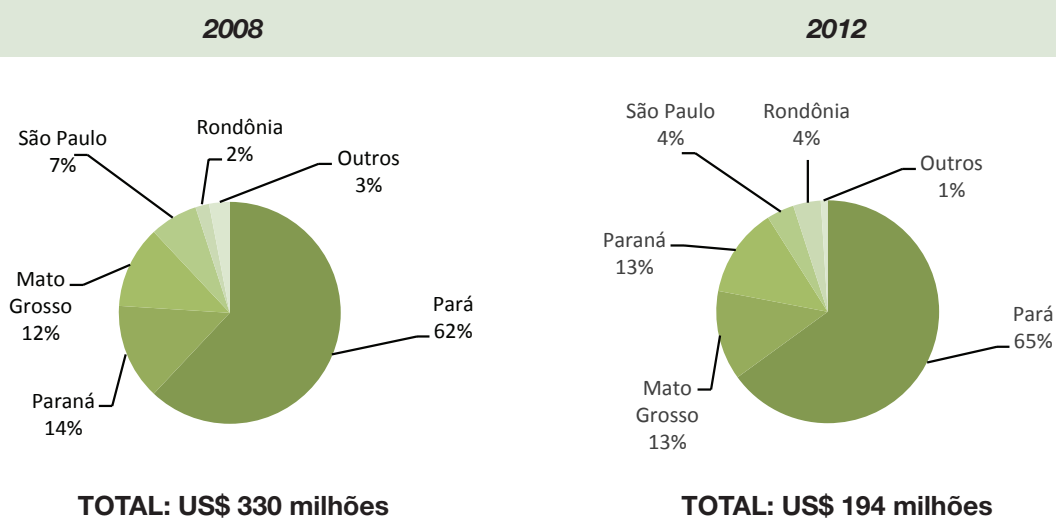


Fonte: ANPM (2013), compilado por STCP.

O Pará tem se destacado frente aos demais estados produtores de pisos de madeira, embora as exportações tenham apresentado redução de US\$ 329,0 milhões em 2008 para US\$ 219,5 milhões em 2012, o estado aumentou sua participação frente ao total de 62% para 65%.

Em menor escala, as exportações do Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Rondônia também figuraram entre os principais estados que comercializam pisos de madeira, conforme pode ser verificado na figura 5.46.

Figura 5.46 – Principais Estados Brasileiros Exportadores de Pisos de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



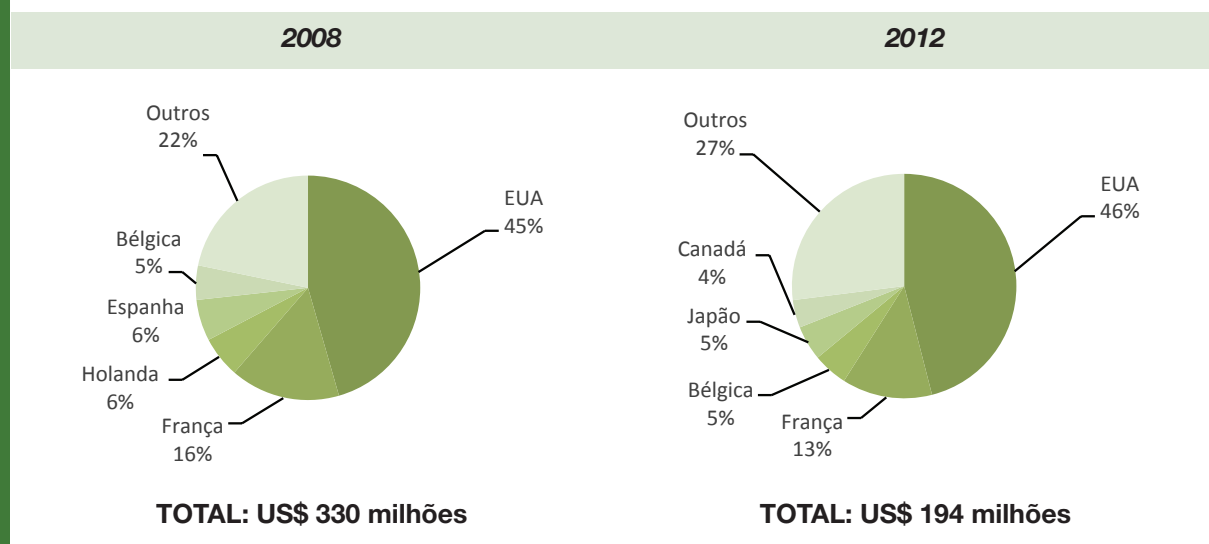
Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

As exportações brasileiras de pisos de madeira para os Estados Unidos e a França, em conjunto, somaram 61% do total em 2008. Em 2012 os mesmos países representaram o somatório 59% do total, se mantendo como principais destinos das vendas brasileiras de pisos de madeira ao exterior.

O ranking apresenta ainda a exportação destinada a países com menor representatividade, com destaque

em 2008 para a França, Holanda, Espanha e Bélgica. Em 2012, países como Bélgica, Japão e Canadá compraram valores consideráveis de pisos de madeira com origem brasileira (vide figura 5.47).

Figura 5.47 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras de Pisos de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

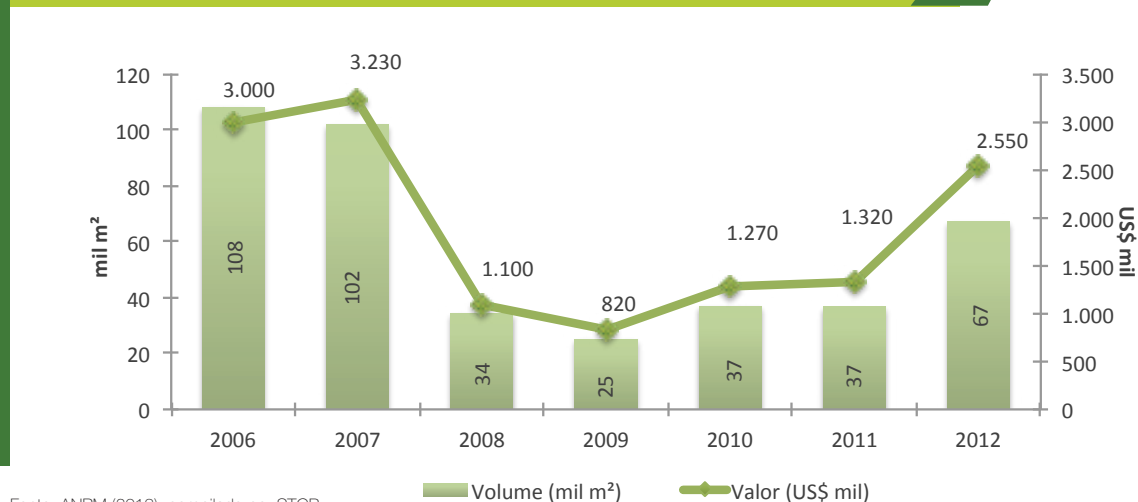
Importações Brasileiras

A partir de 2009, as importações de pisos de madeira têm apresentado aumento, com destaque para 2012, ano que a taxa de crescimento comparada ao ano anterior foi de 93%, em valor. O crescimento nas importações, nos últimos anos, está associado ao bom momento da construção civil brasileira e a taxa de câmbio favorável dos últimos anos.

Devido a desvalorização do Real frente ao Dólar e ao aumento da produção nacional aliado ao baixo aumento das exportações, a perspectiva é de geração de excedentes para o mercado interno e consequentemente redução nas importações.

A série contendo os valores importados pelo Brasil está contida na figura 5.48.

Figura 5.48 – Evolução Histórica das Importações Brasileiras de Pisos de Madeira (2006-2012)

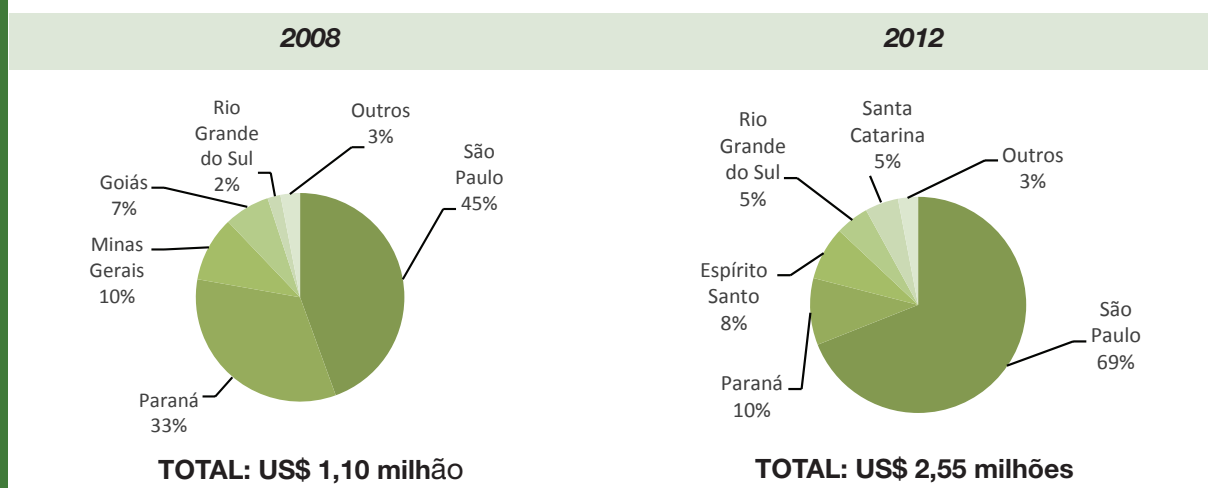


Fonte: ANPM (2013), compilado por STCP.

O estado de São Paulo, tradicional consumidor de produtos de madeira, também é o principal importador de pisos no Brasil, aumentando o consumo em relação ao total de 45% para 69% entre 2008 e 2012, respectivamente. Com menor proporção, os estados da região Sul composto por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm importado valores consideráveis de pisos de madeira.

Outros estados tais como Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo realizaram importações esporádicas do produto. A dinâmica de principais países exportadores de pisos de madeira para o Brasil em 2008 e 2012 pode ser verificada na figura 5.49.

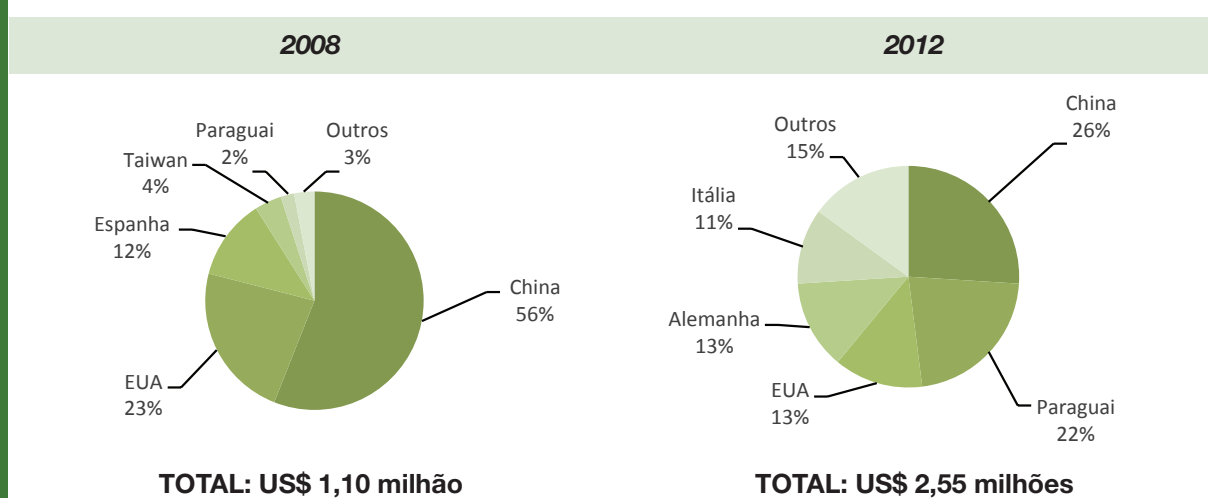
Figura 5.49 – Principais Estados Brasileiros Importadores de Pisos de Madeira em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

A principal origem dos pisos de madeira importados pelo Brasil tem sido a China, país este que consegue exportar produtos com baixo custo e qualidade aceitável no mercado nacional. A importação ocorre ainda de maneira recorrente dos Estados Unidos e em menor escala do Paraguai. As importações de origem espanhola, taiwanesa, alemãs e italianas foram verificadas em apenas um dos anos da análise, conforme é possível evidenciar através da figura 5.50.

Figura 5.50 – Principais Países Exportadores de Pisos de Madeira para o Brasil em 2008 e 2012, em Valor (US\$)



Fonte: SECEX (2013), compilado por STCP.

6

Perspectivas e Estratégias da ABIMCI e do Fórum ao desenvolvimento setorial



A ABIMCI e o FNBF somam esforços para intensificar o desenvolvimento da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente, bem como o Setor Florestal Brasileiro.

Diante da atual conjuntura e cenário do setor, selecionam-se cinco linhas estratégicas de atuação institucional conjunta para os próximos anos:

- i. Normalização de Produtos da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente;
- ii. Desoneração Fiscal da Indústria de Madeira;
- iii. Criação da Política Nacional de Florestas;
- iv. Estímulo à Construção de Casas de Madeira;
- v. Origem Legal da Madeira.

Estes eixos estratégicos refletem as principais demandas ou oportunidades a serem melhor exploradas pelo setor industrial madeireiro nacional. A seguir, elencam-se os principais aspectos que norteiam os tópicos supracitados.

• Normalização de Produtos e Procedimentos da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

A falta da padronização de produtos madeireiros gera a necessidade de estabelecer padrões de qualidade para obtermos produtos uniformes e conformes, de acordo com parâmetros técnicos adequados, exigidos pelo mercado, e que atendam as reais necessidades do consumidor final. A elaboração, revisão, atualização e o cumprimento de normas técnicas, reduz custos, evita desperdícios, padroniza produtos e dá o devido acesso ao mercado consumidor, reduzindo a insegurança do consumidor.

A utilização de normas técnicas se tornou uma referência quando o assunto é qualidade, economia e segurança para produtores e consumidores, evitando dessa forma a existência de especificações técnicas conflitantes sobre produtos e serviços similares em diferentes países e regiões, além de facilitar o comércio nacional e internacional.

A competição empresarial exige que os produtos tenham garantia de qualidade e de desempenho, caso contrário, corre-se o risco de ficar de fora do mercado. Em contrapartida, com o mercado cada vez mais exigente e, por vezes especializado, o desenvolvimento de normas técnicas garante a segurança e confiabilidade de um produto. Assim, a normalização é utilizada cada vez mais como um meio para se alcançar a redução de custo da produção e do produto final, mantendo ou melhorando sua qualidade.

A normalização do setor da indústria de madeira processada mecanicamente permite assegurar melhor padrão de qualidade para os produtos madeireiros, colocando o desempenho e a durabilidade como requisitos para a decisão de compra por parte de um consumidor. Desta forma, este consumidor será beneficiado e será gerada maior competitividade entre as empresas, além da busca para a melhoria contínua promovendo o desenvolvimento econômico.

São vários os Comitês Brasileiros de Estudos (CB) que compõem a ABNT, e o CB-31 congrega o setor madeireiro, no qual a Abimci é a gestora nacional das comissões de estudo dos diversos grupos de produtos.

A Certificação é o modo em que a empresa, mediante o cumprimento de requisitos definidos na norma técnica, evidencie seu produto como diferencial perante seus concorrentes, expondo sua responsabilidade com o meio ambiente, qualidade e a otimização do seu processo fabril.

Desta forma, e diante do mercado globalizado, a ABIMCI tem se preocupado cada vez mais com o processo de normalização, tendo criado ferramentas de acesso a qualidade, principalmente através do seu Programa Nacional de Qualidade da Madeira - PNQM ¹, criado no final da década de 90. O mesmo visa trazer ao setor, com ênfase na indústria madeireira, padrões plausíveis e auditáveis de qualidade de processo e produtos. A estratégia obteve grande sucesso e trouxe de volta a competitividade para diferentes produtos madeireiros, em particular o compensado de pinus.

Tomando como base o recente exemplo do setor de portas, que recentemente teve a nova norma técnica publicada ABNT NBR15930, a ABIMCI, criou o *PSQ-PME* - Programa Setorial de qualidade para Portas de Madeira para Edificações, que engloba as principais empresas do setor, proporcionando assim que as empresas e seus produtos atendam as novas exigências do mercado. Esta norma reforça o empenho dos fabricantes de portas de madeira em seguirem padrões técnicos que garantam parâmetros internacionais de qualidade.

Desta forma, através do PSQ-PME, a ABIMCI oferece às empresas um programa de certificação, em parceria com a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas como o órgão certificador, o IPT - Instituto Tecnológico de Pesquisas como laboratório de ensaios técnicos e o SENAI/PR formando e qualificando profissionais para a padronização da instalação nas obras, que irá atender todos os requisitos das normas vigentes.

No âmbito governamental, o PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat) reconhece os PSQ como o instrumento promotor de qualidade dos produtos e fiscalizador natural do mercado. Requer para as empresas participantes do programa atendam os parâmetros específicos, pois só produtos certificados e reconhecidos oficialmente como conformes, de acordo com a Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais ABNT NBR15575 possam ser utilizados na construção civil e assim poderem ser inseridos no portfólio financeiro de financiamentos oficiais, como exemplo o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

O FNBF tem identificado a necessidade de uma atuação efetiva e orientada à padronização da qualidade da madeira a apoiado iniciativas voltadas a estas normalizações, a exemplo destas estratégias lideradas pela ABIMCI em apoio e melhoria do desempenho setorial.

Estes exemplos do PNQM, tanto em compensados como para portas certamente poderão ser trabalhados nos próximos anos nos demais produtos do segmento madeireiro, a exemplo de madeira serrada e pisos atendendo assim as exigências de conformidade e desempenho.

Essa preocupação da Associação resulta em ações empresariais em prol de um mercado organizado e consistente dentro dos padrões aprovados, restringindo assim o mercado às empresas preocupadas com a qualidade e eficácia de seus produtos junto ao consumidor final.

¹O PNQM - Programa Nacional de Qualidade da Madeira é uma certificação que visa o controle do processo produtivo, desde o recebimento da matéria-prima e insumos, até a embalagem do produto final, sendo definidos parâmetros a serem verificados e critérios de aceitação. O objetivo deste controle é disponibilizar ao mercado produtos com especificações conhecidas e fabricados dentro de parâmetros controlados. O Programa foi criado em 1999 com base na certificação ISO 9001 e possui todo um sistema de gestão da qualidade. Os documentos que compõem este sistema da qualidade é o Manual da Qualidade, o qual é composto por procedimentos (estabelecem o funcionamento do Sistema de Qualidade), instruções de trabalho (documentos específicos para determinadas etapas do processo de produção), registros (documentos os quais são anotados os resultados obtidos nos controles efetuados no processo de produção) e anexos (complementam requisitos da qualidade estabelecidos em Procedimentos, Instruções de Trabalho ou Registros).

²O Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011, é um programa do governo federal brasileiro para aumentar a competitividade da indústria nacional, sob o lema "Inovar para Competir. Competir para Crescer". O mesmo traça uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo federal. Entre as medidas de desoneração estão a permissão para desconto imediato dos impostos pagos na aquisição de máquinas para a indústria e a desoneração da folha de pagamento para os setores que empregam grande volume de mão de obra, como os de confecção, calçados, madeira, móveis e programas de computadores.

• Principais Pleitos da ABIMCI e do FNBF junto ao Governo Federal

Com o objetivo de aumentar a competitividade e desempenho das empresas do setor e reduzir os custos empresariais, estimular a produção e, conseqüentemente desenvolver a indústria madeireira nacional, a ABIMCI, juntamente com o apoio e articulação setorial do FNBF, buscam trabalhar com alguns principais pleitos junto ao Governo Federal, a saber: (i) Desoneração do IPI para produtos madeireiros; (ii) Inclusão do Setor no Plano Brasil Maior ²; que desonera a folha de pagamentos das empresas (iii) Eliminação da alíquota de importação americana; (iv) Manutenção do Programa Reintegra; além da (v) Criação da Política Nacional de Florestas; (vi) Estímulo a construção de casas de madeira; e (v) Origem Legal da Madeira. Tais pleitos serão melhor detalhados na sequência.

i) Desoneração do IPI para Produtos Madeireiros

• Compensado

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um tributo indireto de competência federal, o qual incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, ou seja, independentemente do processo de industrialização ter ocorrido dentro das fronteiras do País ou no exterior.

O IPI atende ao princípio da seletividade, no qual o ônus do imposto é diferente em razão da essencialidade do produto, podendo a alíquota chegar até zero para os produtos considerados como mais essenciais à população e economia.

Segundo a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), que é baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), o IPI do painel compensado, bem como dos painéis reconstituídos, via de regra, é de 10%.

No caso de produtos florestais, houve desoneração do IPI em agosto de 2012 para móveis, painéis reconstituídos de madeira e laminados. Desde janeiro de 2013 teve um aumento gradativo da alíquota zero para estes produtos, embora a mesma ainda tenha se mantido reduzida e abaixo do IPI original. A ABIMCI considera que tanto o painel compensado quanto os painéis de madeira reconstituída (MDF, MDP, HDF, OSB) atendem basicamente os mesmos segmentos industriais: indústria da construção civil e moveleira. Ambos os segmentos industriais recebem incentivos do Governo Federal Brasileiro vista a sua importância para a economia do país. Apesar disso, o painel de compensado não usufrui da isenção/desoneração do IPI no mercado nacional, benefício este já aplicado aos painéis reconstituídos de madeira.

Nesse sentido, a ABIMCI reivindica junto ao Governo Federal uma condição fiscal igualitária entre os segmentos, até mesmo para não intervir na competição natural desses produtos no mercado interno.

• Piso de Madeira

Em linha com as ações de desenvolvimento ao setor, o FNBF elaborou estudo e vem atuando para a redução do IPI dos pisos de madeira. Tal necessidade, a qual foi evidenciada pela Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira (ANPM), foi tratada por um Grupo de Trabalho (GT) composto pelo próprio FNBF, ANPM, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) além de escritório de advocacia especializado.

As discussões mantidas por tais agentes, bem como o estudo que está sendo realizado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP, irá compor um pleito que, através das ações do FNBF em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e demais federações, será apresentado junto ao Governo através da Receita Federal.

Em Novembro/2012 foi realizada audiência com o Ministério da Fazenda, juntamente com o SINDIMAD/SP, FIESP e a ANMP, para a apresentação do pleito e encaminhamento para a análise técnica do Governo Federal.

ii) Inclusão do Setor no Plano Brasil Maior (PBM)

Diante de um contexto conturbado da economia mundial, o Governo Federal criou o **Plano Brasil Maior (PBM)**, que trata de um programa de melhoria da política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Dentre os principais desafios do Plano, destaque para (i) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; (ii) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, visando ganhos sustentados da produtividade do trabalho.

Em Abril/2012, foi publicada a Medida Provisória (MP) n.º 563, a qual altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devida por empresas, segundo enquadramento definido na MP. Trata-se de um importante instrumento que tem o potencial, para alguns segmentos mais demandantes e intensivos de mão de obra, restabelecer as condições de competitividade industrial.

Porém, no momento a referida MP não contempla o setor madeireiro. Há alguns anos, a ABIMCI luta para que os produtos processados de madeira sejam submetidos à incidência da contribuição social sobre a receita bruta. Sendo assim, de acordo com a proposta, o segmento passaria a fazer parte do PBM com a desoneração da folha de pagamento, ficando facultado a cada empresa, deixar de pagar 20% da contribuição patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que incide sobre os salários e recolher de 1% a 2% da sua receita bruta como contribuição previdenciária ou manter a tributação atual. Essa opção ficaria a cargo de cada empresa, de acordo com o tamanho da empresa e com o que esta considerar menos oneroso. O FNBF apoia esta iniciativa a qual deverá melhorar a competitividade das indústrias do setor.

iii) Eliminação da Alíquota de Importação Americana

Diante de crises econômicas internacionais, as exportações naturalmente sofrem quedas nos volumes de comercialização. O desempenho brasileiro neste quesito fica comprometido, até mesmo pelo fato das exportações serem um importante canal de escoamento da produção nacional para alguns produtos de mercado.

Além disso, há falta de incentivos ao setor, o qual tem perdido representatividade nos últimos anos, inclusive com o encerramento de atividades de algumas empresas e com a forte redução dos níveis de produção devido aos impactos sociais e econômicos.

A indústria madeireira enfrenta uma acentuada redução nos níveis de demanda nos principais mercados internacionais, devido principalmente aos efeitos da crise econômica europeia e americana. Porém, há um alento para o setor com o atual quadro de recuperação gradual da economia americana, impactando positivamente no setor industrial madeireiro do Brasil.

Entretanto, os produtos brasileiros ainda enfrentam o principal obstáculo que afeta a sua competitividade no mercado americano: a taxa de importação cobrada dos produtos brasileiros.

A expressiva participação do Brasil no mercado internacional de compensado tem gerado reações adversas por parte de países competidores. Barreiras tarifárias têm sido impostas a diferentes produtos com o intuito de restringir a sua entrada em determinados mercados. Na Europa, o compensado de pinus é sobretaxado quando se atinge uma cota anual de importação pré-estabelecida. Nos EUA o produto é taxado em 8% pelo Sistema Geral de Preferências (SGP), cujo benefício fiscal o Brasil perdeu em 2005 e nunca mais recuperou.

Devido a esse entrave/barreira comercial, a ABIMCI está reivindicando junto ao Governo Americano, e solicitando apoio do Governo Brasileiro, para a re-designação dos produtos de madeira do Brasil dentro do SGP dos Estados Unidos. Sem esse incentivo comercial, o produto madeireiro brasileiro é sobretaxado inibindo

o ambiente de negócios entre os 2 países, o que culmina em fortes quedas nas exportações para aquele destino, impactando negativamente nos indicadores de desempenho da indústria madeireira brasileira. Isso tem claramente limitado o Brasil a ampliar sua participação no mercado internacional. Em 2012, apenas 10% das importações dos EUA de compensado de pinus foram de produto brasileiro. Tal fato evidencia que a eliminação da taxa de 8% para os EUA é ínfima para a economia do setor desse país, porém, o impacto desta decisão é extremamente importante para a competitividade da indústria processada mecanicamente do Brasil. Países vizinhos, como é o caso do Chile, não precisam pagar essa taxa e isso dá uma alta vantagem competitiva para esse país em detrimento ao produto brasileiro.

iv) Manutenção do Programa Reintegra - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA) faz parte do Plano Brasil Maior (PBM), cujo objetivo é aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor.

Através do Reintegra, a empresa produtora que efetue exportação de bens manufaturados no Brasil, pode apurar valor (sob a forma de crédito tributário ou dinheiro vivo) para fins de ressarcimento parcial ou integralmente do resíduo tributário existente na sua cadeia de produção, até o limite de 3% dos valores exportados, com o fim decretado para 31 de dezembro de 2012.

A ABIMCI formalizou pedido junto ao Governo Federal evidenciando a necessidade da renovação do programa Reintegra, ferramenta esta que é fundamental para as empresas serem mais competitivas no mercado internacional. Em jul/2013, o Governo Federal anunciou a prorrogação do REINTEGRA até dez/2013.

Tal medida estimula o comércio exterior através da devolução às empresas exportadoras o referido percentual sobre os valores dos produtos, bem como estimula a competitividade do produto brasileiro no exterior.

• Criação da Política Nacional de Florestas

O FNBF, através de uma articulação e proposta nacional que sirva para o setor de base florestal em um sentido mais amplo, pretende fomentar uma agenda estratégica para a construção de uma Política Nacional de Florestas, que contemple tanto florestas nativas quanto as plantadas.

Para tanto, os **subsídios** iniciais já vem sendo trabalhados, inclusive pelo próprio FNBF em parceria com outros agentes nacionais:

- a)** Recentemente, o FNBF concluiu, com apoio da STCP Engenharia de Projetos, amplo estudo intitulado **“Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial-Madeireira Sustentável para a Amazônia”** que teve por objetivo aprofundar o conhecimento dos sistemas produtivos de base florestal madeireira localizados na Amazônia Legal, bem como dos fatores que limitam o seu desenvolvimento. Tal conhecimento será aplicado na identificação de fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento industrial da região, e na consequente formulação de uma política industrial para a Amazônia. Tal política visa o desenvolvimento de um modelo de industrialização sustentável, com agregação de valor, melhoria da eficiência, da qualidade de produtos e da competitividade dos sistemas produtivos. O estudo apresenta uma **Agenda Estratégica** ao setor madeireiro, principalmente de nativas no âmbito da Amazônia, que inclui diferentes eixos estratégicos, a saber: (i) Política a Industrialização Madeireira Sustentável; (ii) Gestão Pública dos Recursos Florestais; (iii) Instrumentos Econômicos; (iv) Infraestrutura; (v) Ciência, Tecnologia e Educação; e (vi) Mercado. Esta agenda está construída e traça os

macroproblemas para a região (suas causas e consequências), os respectivos eixos estratégicos, seus objetivos, bem como as ações, agentes envolvidos e resultados esperados para a melhoria do setor industrial madeireiro da região.

b) Planos de desenvolvimento florestal de cada estado, a exemplo dos já construídos e em processo de implementação (MS e PI), bem como daqueles em processo de construção (a exemplo do MT e do TO) e de outros estados que estão se mobilizando na elaboração dos seus respectivos planos.

c) Política Nacional de Florestas Plantadas, que está em processo avançado de construção junto à SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República).

A proposta será consolidar estes processos acima indicados na construção do chamado Programa Nacional de Florestas. Tal documento será considerado com um pleito estratégico para os eixos de atuação nestes próximos anos para o FNBF e seus parceiros institucionais. O mesmo deverá contemplar programas e projetos que possam ser implementados na consolidação e melhoria da competitividade setorial.

• Estímulo às Construções de Casas de Madeira

Recentemente, o segmento de construção de casas de madeira vem ganhando e conquistando importantes espaços no Brasil, apesar de ainda ser pouco conhecido e utilizado. O sistema construtivo conhecido por *Wood Frame*, que alinha tecnologia a casas fabricadas de madeira, consiste em um sistema prático, leve, com perfis de madeira tratada, principalmente reflorestadas, eficiente e sustentável, que além de permitir rapidez na montagem, proporciona também um maior controle do processo, pois é um procedimento praticamente industrializado.

A madeira, principal matéria prima para este sistema, é utilizada como estrutura interna de paredes e pisos, com perfis de madeira sólida, harmonizando uma estrutura leve e de rápida execução, tornando-a assim muito competitiva quando comparado a outros processos construtivos. Usa-se basicamente madeira proveniente de floresta plantada como pinus e eucalipto, que são submetidos a tratamento químico e todas as peças de madeira ficam envoltas por chapas e membranas garantindo a durabilidade da madeira na edificação.

O sistema *Wood Frame* prioriza as atividades de construção seca do imóvel dentro de uma fábrica, reduzindo assim a possibilidade de interferência de ações intempéris.

Quando comparado ao sistema de alvenaria, o sistema *Wood Frame* tem baixa geração de resíduos, é mais sustentável, reduz desperdícios altamente impactantes e significantes, tanto no custo da obra como no impacto ambiental, pois são provenientes de recursos renováveis e por serem bens duráveis que podem se manter por centenas de anos, com a devida e adequada manutenção, também auxiliam na fixação de grande quantidade de carbono. Esse sistema além de utilizar menor energia em todo seu ciclo de vida e gerar menor impacto ambiental, também proporciona excelente desempenho nas funções estruturais, de isolamento térmico e acústico, vedação e demais acabamentos.

Iniciativas vêm sendo discutidas para solidificar cada vez mais o uso do sistema *Wood Frame* no Brasil, pois além de ser um sistema promissor pelas condições favoráveis, encontra um mercado carente de soluções rápidas e sustentáveis.

A ABIMCI, como incentivadora dessas ações, está analisando juntamente com seus associados e entidades parceiras, a expansão do uso e utilização de vários produtos de madeira no sistema *Wood Frame*, a exemplo do compensado que são utilizados como componentes de fechamento e contraventamento, e da madeira serrada para quadros estruturais, segundo a Diretriz SINAT 005 (Diretrizes para Avaliação Técnica de Produtos)

que define requisitos e critérios de desempenho para o produto em questão. Esse aumento do uso de madeira também promoverá um incremento no setor, colocando a indústria madeireira à frente do mercado, dado seu poder de sustentabilidade.

Ações pontuais já estão acontecendo, como o exemplo do primeiro condomínio residencial sendo construído com esse sistema, na cidade de Pelotas/RS. Agora a expectativa do setor é a aprovação pelo Ministério das Cidades, do Datec - Detalhamento Técnico, que certamente irá alavancar várias ações para o incremento do uso desse sistema construtivo no Brasil.

O sistema *Wood Frame* já é amplamente utilizado em vários países, com índices importantes de participação no mercado: Canadá com 90% de participação, EUA com 75% e Chile com 60%, que utilizam a madeira individualmente ou mesmo associada a outros materiais, em larga escala e com amplo sucesso e aceitação.

Todo o atual cenário nacional nos leva a crer que, com ações coordenadas entre o Governo e o setor produtivo, e a inclusão desse sistema construtivo no portfólio oficial de linhas de financiamento, gerando assim escala de produção necessária para cumprir a demanda existente de novas casas, certamente levará o Brasil, em poucos anos, a ser referência em habitações sustentáveis. E esse é um principais objetivos da ABIMCI.

• Origem Legal da Madeira

A principal matéria-prima florestal utilizada pelo setor madeireiro no Brasil tem origem em florestas plantadas nas regiões Sul e Sudeste (principalmente de pinus e eucalipto) e madeira de florestas nativas (própria e de terceiros) localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

O mercado nacional e internacional tem pressionado os produtores para que haja transparência quanto à origem da madeira, de forma a comprovar que houve o cumprimento dos aspectos da legislação ambiental brasileira, não extraindo madeira de origem ilegal ou predatória.

Nesse sentido, em Março/2013, entraram em vigor medidas da **European Union Timber Regulation (EUTR)** em relação à origem legal da madeira. Essa Regulamentação exige que todo produto florestal só poderá entrar no mercado comum europeu mediante a comprovação de origem legal da madeira.

Essa medida deverá trazer benefícios comerciais ao setor, visto que dessa forma mercados concorrentes do Brasil junto ao mercado europeu talvez encontrem maiores dificuldades para comprovar o que a nova regulamentação europeia solicita, criando oportunidades também para consolidar cada vez mais as práticas de manejo florestal sustentável junto aos produtores nacionais.

Países da Europa são alguns dos principais destinos de produtos madeireiros produzidos no Brasil. Sem dúvida, a indústria madeireira brasileira terá que se adequar às novas regras de forma a não perder sua competitividade junto ao mercado europeu.

Nesse sentido, a ABIMCI e a FNBF tem a preocupação e orientação de fomentar a utilização de madeira de origem legal ao longo de toda cadeia produtiva.

A ABIMCI já informa aos associados sobre os procedimentos necessários para contemplar os requisitos exigidos. Trata-se de uma série de informações e documentos que acompanharão o embarque das mercadorias. Além do mais, a ABIMCI está atuando institucionalmente junto as principais federações de madeira da Europa informando justamente da capacidade do Brasil em cumprir essas novas exigências legais.

Sem dúvidas, a intervenção da ABIMCI junto às federações europeias, coloca a indústria de madeira do Brasil à frente de muitos outros países que certamente terão dificuldades de atender as novas regulamentações da Europa, para a exportação de seus produtos.

Dentro do estudo recentemente desenvolvido pelo FNBF, em conjunto com o MDIC (**“Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial-Madeireira Sustentável para a Amazônia”**) um dos aspectos tratados na Agenda Estratégica do mesmo é sobre questões relativas à origem

legal da madeira, que tem sido uma pauta importante de trabalho dentro do eixo estratégico de Mercados do Fórum.

Por sua vez, o FNBF recentemente concluiu um amplo estudo intitulado “Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial-Madeireira Sustentável para a Amazônia” o qual teve por objetivo aprofundar o conhecimento dos sistemas produtivos de base florestal madeireira localizados na Amazônia Legal e dos fatores que limitam o seu desenvolvimento. Pretende-se que este conhecimento será aplicado à identificação de fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento industrial da região, e a conseqüente formulação de uma política industrial para a Amazônia visando ao desenvolvimento de um modelo de industrialização sustentável, com agregação de valor, melhoria da eficiência, da qualidade de produtos e da competitividade dos sistemas produtivos. Um dos aspectos tratados pelo FNBF na Agenda Estratégica para o setor inclui as questões relativas à origem legal da madeira, que tem sido uma pauta importante de trabalho dentro do eixo estratégico de Mercados do Fórum.

Em síntese, a ABIMCI e o FNBF têm trabalhado, em conjunto e em parceria com outras entidades, pela melhoria da competitividade setorial através de iniciativas relacionadas à desoneração da folha de pagamento e a substituição tributária, que somadas a fatos como o da aprovação do sistema *Wood Frame* e a existência de uma política pública nacional de florestas plantadas e a proposição de construção de uma política industrial-madeireira sustentável para a Amazônia, contribuirão para o crescimento do setor madeireiro nacional.

anexos

Anexo I

**QUESTÕES
TRIBUTÁRIAS
E LEGAIS**

Anexo II

**ASSOCIADOS
DA ABIMCI**



Anexo I

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS E LEGAIS RELATIVAS AO SETOR MADEIREIRO

1 – ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Este Anexo traz os principais elementos discutidos e apresentados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em Maio/2013, em documento intitulado “*Fortalecimento do Setor Florestal no Brasil: Mapeamento da carga tributária incidente sobre os produtos florestais madeireiros e proposição de medidas de desoneração*”.

O SFB está construindo uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento do setor florestal como um todo no Brasil, com ênfase no bioma Amazônico. Para tanto, entende ser necessária à criação de uma política consistente de desoneração tributária na qual seja possível discriminar positivamente produtos de madeira legal, oriundos do manejo florestal sustentável. A efetiva implantação desta estratégia propiciará maior competitividade da madeira manejada e/ou certificada perante as demais, fortalecendo assim o mercado para produtos madeireiros de origem nativa legal.

Antes da construção da referida proposta de desoneração tributária é preciso conhecer como a cadeia produtiva e seus respectivos aspectos tributários incidem. De posse dessa informação, propõem-se estratégias na busca de redução da carga tributária brasileira, no que diz respeito aos produtos madeireiros.

1.1 – Tributos Incidentes

Os tributos incidentes sobre a cadeia produtiva dos produtos do extrativismo de madeira são os seguintes:

- i. Contribuição previdenciária rural;
- ii. Contribuições trabalhistas e sociais incidentes sobre a folha de salários;
- iii. Programa de Integração Social (PIS) / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- iv. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- v. Impostos incidentes sobre a importação e exportação;
- vi. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com especificidades
- vii. Distintas para cada estado;
- viii. Imposto sobre Serviços (ISS);
- ix. Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ); e
- x. Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL).

Detalhamento sobre os percentuais e forma de incidência é descrito no documento original.

1.2 – Percepção do Setor Sobre a Carga Tributária Suportada

O SFB efetuou consultas junto a diversas empresas da cadeia produtiva madeireira do Brasil com o intuito de entender a dinâmica dos impostos incidentes sobre os diversos produtos do setor, bem como a percepção do empresariado sobre o peso desta carga tributária. Os principais pontos observados, bem como uma síntese dos aspectos metodológicos e perfil das empresas participantes são apresentados a seguir.

Síntese dos Aspectos Metodológicos

Diversas empresas ligadas à cadeia produtiva da madeira foram selecionadas e convidadas a participar do estudo, as quais deveriam responder a um questionário.

O mesmo continha perguntas objetivas e subjetivas visando entender sobre o porte da empresa, o regime tributário adotado, sua posição na cadeia produtiva, as matérias primas consumidas, seu nível de agregação de valor, mercados alvo, bem como sua percepção sobre a carga tributária brasileira relacionada ao seu segmento.

A amostragem da pesquisa procurou considerar empresas privadas (cooperativas ou não cooperativas), concessionárias e empresas de representações do setor industrial e de comercialização. Em todos os casos tratavam-se de empresas com certificação de origem da madeira, seja privada, seja por meio de concessões florestais.

Perfil das Empresas Entrevistadas

Sete das dez empresas convidadas responderam ao questionário. Todas empresas possuíam sua unidade industrial na região Norte, considerado os estados do Acre, Pará e Rondônia. A maior parte das empresas é de médio (43%) e pequeno (29%) porte, além de uma microempresa (14%) e outra grande empresa (14%).

Com relação ao enquadramento tributário, das empresas participantes do estudo, a maior parte (72%) é tributada pela modalidade de lucro real, 14% pelo lucro presumido e 14% pelo simples nacional.

Todas utilizam a madeira em tora como matéria prima, tanto certificada ou oriunda de concessão florestal. Todas as empresas entrevistadas fazem o beneficiamento primário da madeira em tora gerando madeira serrada, estando, portanto pelo menos na primeira fase de industrialização da madeira. Cerca de 71% prosseguem na cadeia efetuando o beneficiamento secundário, gerando produtos tais como lâminas, compensado, decks, portas, janelas entre outros produtos madeireiros de maior valor agregado.

Peso da Carga Tributária

Quando questionadas sobre qual seria o tributo que, na visão delas, mais onera o produto final, seis empresas, das sete participantes, responderam que o ICMS é o tributo mais oneroso. Vale ressaltar que a empresa que não considerou o ICMS oneroso faz a comercialização do produto apenas no mercado local (dentro do estado).

Na opinião de cinco das sete empresas entrevistadas as contribuições trabalhistas sobre a folha de pagamento são o segundo grupo de tributo mais oneroso. PIS/COFINS foram considerados como o terceiro tributo mais pesado por duas das empresas entrevistadas, seguido do IRPJ e da CSLL que empataram na quarta posição, na visão de uma das entrevistadas. Constata-se que as empresas que não consideraram o IRPJ e a CSLL onerosos estão em um enquadramento que lhe reduz a carga deste tributo, quais sejam: cooperativas (isenção sobre o ato cooperativo) e Simples Nacional (tributo embutido na carga única).

Nenhuma empresa considerou o IPI oneroso, visto que a maior parte dos produtos produzidos pelas empresas entrevistadas é isenta deste imposto, exceto uma delas que pagava 0,5% e outra que tinha alguns

produtos isentos e outros produtos com 10% de IPI.

Quando questionadas sobre como fortalecer a cadeia produtiva da madeira, seis das sete entrevistadas informaram que a desoneração tributária seria a política mais adequada. Em segundo lugar se situaram as políticas de garantia de mercado e de garantia de preço. As empresas também apontaram as ações de *marketing* para os produtos da Amazônia e menos burocracia, junto aos órgãos ambientais de licenciamento para a liberação dos projetos de manejo.

No estudo do SFB, são apresentados exercícios de cálculo quanto à incidência tributária nas empresas de base florestal, tendo como variável o tipo de empresa a ser considerada (cooperativa, não cooperativa, regime simples, lucro presumido, entre outros), resultando em cenários de análise.

Principais Constatções

- i. A carga tributária incidente sobre a madeira serrada e o compensado, considerando desde a exploração até a venda ao consumidor final, varia entre 5% a 32%, dependendo do enquadramento da empresa em questão o destino da mercadoria. Diante disso, para um mesmo produto empresas com menor incidência tributária acabam tendo maior competitividade no seu preço ao mercado perante as que sofrem maior incidência de impostos;
- ii. Evidenciou-se que o ICMS é o tributo mais oneroso para a cadeia produtiva da madeira, exceto para o caso de exportação, uma vez que o mesmo não se aplica para produtos exportados. A partir da análise dos cenários, ficou evidente que a desoneração completa do ICMS sobre o produto e sobre o transporte reduz, de forma significativa, a carga tributária incidente nos produtos direcionados ao mercado brasileiro;
- iii. O IPI foi o terceiro tributo mais impactante na cadeia produtiva. É de se considerar sua desoneração, porém deve-se lembrar que a redução do IPI tende a favorecer as etapas de industrialização, uma vez que não incide na primeira etapa da cadeia produtiva, a exploração;
- iv. A substituição do pagamento do INSS sobre a folha de pessoal por uma alíquota fixa (1,5%) sobre o faturamento, independente do mercado ser interno ou externo, aparentemente não impacta significativamente a carga tributária sobre o produto final, dentro dos cenários de análise. Tal resultado é consistente com a percepção dos entrevistados para o estudo, que afirmaram que gostaria de ter o direito a aderir ou não a esta forma de tributação, de acordo com a sua realidade. Assim, ficaria a cargo de cada empresa optar em aderir ou não a esta substituição do INSS sobre a folha de pagamento por uma alíquota fixa.

O estudo conduzido pelo SFB em paralelo um outro estudo similar desenvolvido pelo Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Gross (CIPEM) com apoio do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), sob o título de "Diagnóstico do Setor de Base Florestal do Estado de Mato Grosso". Da mesma forma que no estudo do SFB, durante entrevistas conduzidas no Diagnóstico, os empresários mato-grossenses foram questionados quanto à relevância da incidência dos principais tributos exigidos por lei sobre a lucratividade das suas empresas, sendo eles: IR; ICMS; IPI; Encargos trabalhistas, tais como as contribuições ao INSS, FGTS; FUNRURAL; FETHAB; Taxas do Indea e Sema-MT.

Dentre os sete tributos elencados, três foram citados por mais de 50% dos entrevistados como tendo influência muito grande sobre a lucratividade das empresas. Dentre eles, o ICMS ficou em primeiro lugar com 77% dos entrevistados atribuindo influência muito elevada, 9% influência expressiva, 12% razoável e apenas 2% alegaram o ICMS ter muito pequena influência sobre a lucratividade da empresa. Em segundo ficaram os encargos trabalhistas com 64% dos entrevistados dizendo que a influência é muito grande sobre a lucratividade, 12% disseram ser expressiva, 20% razoável e 4% alegaram ser muito pequena. Em terceiro lugar ficou o FETHAB com 60% dos entrevistados acusando este como fator de influência muito grande sobre sua lucratividade, 15% tendo influência expressiva, 20% como razoável e apenas 5% como pequena. Adicionalmente, o IPI e o

FUNRURAL apresentaram influência pouco menor em relação aos anteriores, apesar de expressiva para grande parte das empresas. Já o IR e as taxas do Indea e Sema-MT somaram mais de 50% das respostas como tendo influência muito alta e expressiva sobre o lucro, o que mostra suas relevâncias na formação do custo de produção e competitividade do setor. Algumas empresas (principalmente as que exportam) participam de algum programa de isenção ou abatimento de alguns tributos.

Melhor detalhamento sobre o estudo do SFB, bem como outros aspectos observados durante o respectivo estudo, pode ser analisado no documento publicado por essa instituição.

1.3 – Propostas de Desoneração Tributária

As contribuições recebidas no estudo do SFB, bem como a análise das informações primárias e secundárias, permitiram que fossem redigidas propostas para a desoneração tributária dos seguintes grupos de impostos:

- i. ICMS;
- ii. PIS/PASEP/COFINS;
- iii. IPI; e
- iv. Ajuste no conceito legal de “Agroindústria”.

As propostas de desoneração tributária para os itens supra citados estão apresentadas na íntegra a seguir.

1.3.1 – Proposta de Desoneração do ICMS

O ICMS é o tributo que mais onera os produtos madeireiros. A atual política deste imposto favorece a exportação de produtos das regiões Sudeste e Sul para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e para o Espírito Santo, com suas alíquotas reduzidas de 12% para 7%. Decorre, entretanto, que na entrada do produto no estado, o importador precisa pagar em antecipado a diferença para a alíquota interna (17%-10%=10%). Na industrialização dos produtos da madeira tropical resultante de manejo florestal sustentável (que inclui a madeira de áreas de concessão florestal), na saída do produto para qualquer região, a alíquota de ICMS é de 12%, sendo que o importador precisa pagar em antecipado a diferença para a alíquota interna (18%-12%=6%), mesmo se for uma empresa enquadrada no Simples Nacional. Esta dinâmica faz com que o produto carregue uma alta alíquota, além de tornar-se cumulativo quando adquirido por empresa optante pelo Simples Nacional¹.

A leitura da dinâmica do ICMS supracitada, se aplicada a produtos de madeira obtida pelo manejo florestal sustentável, conduz à conclusão de que existe uma dificuldade tributária expressiva no fluxo do produto madeireiro no sentido Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o Sul e Sudeste.

Tal dificuldade limita a margem de lucratividade das empresas que beneficiam a madeira tropical obtida de manejo florestal sustentável, aumenta o preço do produto final, devido à alta carga tributária e limita o acesso do consumidor das regiões mais desenvolvidas do país a estes produtos, apesar de seu interesse e vontade em consumi-los. Somem-se a isto as dificuldades inerentes às distâncias que estes produtos precisam percorrer para chegar aos grandes centros consumidores e à concorrência pela madeira ilegal que são “imunes” à tributação e são a espinha dorsal do desmatamento brasileiro.

A importância dos produtos florestais madeireiros para a arrecadação tributária dos estados e municípios componentes da Amazônia Legal é patente. Paradoxalmente ao senso comum, uma política de desoneração tributária do ICMS de produtos de madeira tropical poderá acarretar aumento de arrecadação. A tese se sustenta

no aumento da competitividade por parte das empresas que operam na legalidade em relação à atividade ilegal, o que culminará em aumento da produção, com conseqüente aumento de arrecadação. Destarte, a atratividade para o setor industrial ampliar e/ou direcionar suas atividades para a exploração via manejo sustentável ficará inquestionavelmente selada. Tal medida, não somente contribuirá para mitigar o abismo de custos entre a exploração sustentável e a convencional, danosa ao meio ambiente, como também promoverá o consumo do produto ambientalmente correto, ao lhe fazer uma discriminação tributária positiva.

A proposta de alteração dos mecanismos do ICMS para os produtos madeireiros de madeira tropical de manejo florestal é uma medida que tem o objetivo único de preservar e conservar a biodiversidade dos biomas brasileiros, gerando meios para a utilização racional dos recursos naturais pela população que o habita.

A proposta consta de outorgar aos produtos madeireiros obtidos de madeira tropical oriunda de áreas de concessão florestal uma desoneração de 100% do ICMS, tanto para as operações internas no estado produtor, quanto nas operações interestaduais e também na internação do produto no estado consumidor. A medida visa a reduzir a expressiva diferença de custos de produção de produtos de madeira tropical frente aos mesmos produtos oriundos de floresta plantada nas regiões mais próximas ao consumo e frente aos produtos sucedâneos (tal como o piso cerâmico que imita a madeira).

A proposta consiste, ainda, de desonerar completamente o ICMS sobre o transporte dos produtos de madeira de manejo florestal sustentável. A medida pretende fazer frente às enormes distâncias geográficas da Amazônia Legal para os grandes centros consumidores, melhorando a competitividade.

Por fim a proposta busca, além de diferenciar explicitamente a madeira de concessão florestal, estimular a adoção do manejo florestal sustentável em áreas privadas, por meio da redução, em 40%, da base de cálculo do ICMS interno, interestadual e de internação no estado de consumo do produto madeireiro. A medida é um estímulo claro e inequívoco para a adoção de mecanismos de convivência harmoniosa entre a exploração econômica e a preservação florestal.

Para que a proposta seja conduzida com êxito, é necessário que, além do interesse do Governo Federal, que os estados produtores e consumidores também estejam sensíveis à questão. Isto porque a melhor forma de conduzir uma proposta desta natureza é por meio de um Convênio Confaz. Tal convênio necessita da aprovação de todos os membros do Confaz e da adesão de cada estado.

1.3.2 – Proposta de Desoneração do PIS/PASEP e da COFINS

O PIS/Pasep e a Cofins são o segundo grupo de tributos que mais oneram a cadeia produtiva de madeira. A sua desoneração nos produtos madeireiros oriundos de madeira tropical de manejo florestal trará maior competitividade ao setor e fortalecerá as concessões florestais. A forma de implementação recomendada é por meio de Medida Provisória e de um Decreto para sua regulamentação. A proposta de Medida Provisória determina que a [desoneração ou redução da] Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidirão nas vendas dos produtos madeireiros, às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Estas alíquotas serão redutíveis para os produtos que comprovadamente sejam produzidos a partir de madeira tropical obtida por meio de manejo florestal sustentável. Esta redução levará em conta a localização da unidade industrial, com o objetivo de estimular a implantação de unidades industriais na Amazônia Legal, situação que enseja uma redução de 100%. Para as empresas situadas fora da Amazônia Legal, propõe-se que haja uma redução proporcional à participação do produto do manejo na composição do preço produto final, em base monetária. Tal medida visa a estimular que empresas de beneficiamento secundário e terciário, situadas fora da Amazônia Legal, priorizem o uso do produto da floresta tropical manejado.

A possibilidade da redução das alíquotas para os produtos madeireiros de manejo florestal sustentável tem por objetivo:

- a) aumentar a competitividade dos produtos madeireiros originados de madeira tropical de manejo florestal sustentável, melhorando-lhes o acesso a mercados;
- b) diferenciar positivamente os produtos originários de madeira tropical de manejo sustentável em relação às equivalentes resultantes de plantios convencionais;
- c) estimular a exploração sustentável das florestas públicas por meio do aumento de competitividade da exploração via concessões; e
- d) incentivar a utilização de produtos de madeira tropical obtida por manejo sustentável noutras indústrias e, em especial, na construção civil.

1.3.3 – Proposta de Desoneração do IPI

Vários produtos de madeira possuem elevada carga de IPI, de 5% ou de 10%. A proposta pretende reduzir as alíquotas do referido imposto ao valor zero, desde que sejam obtidos de madeira tropical oriunda de manejo florestal sustentável.

Do ponto de vista de operacionalidade, a redução do IPI está no completo nível de governança do Governo Federal, pois é regulamentado por meio de Decreto Presidencial.

Valendo-se da natureza não arrecadatória e sim reguladora do IPI, a adoção, pelo Governo Federal, de uma medida de desoneração que diferencie claramente o produto de origem no manejo daquele doutra origem, trará um recado claro de que o Brasil tem tomado decisões contundentes em favor do meio ambiente e da utilização responsável de nossos recursos naturais.

As empresas que trabalham com os produtos do manejo florestal sustentável, por seu turno, terão um importante diferencial competitivo, frente aos concorrentes que adotam a forma convencional de exploração e, principalmente, frente aos produtos de madeira ilegal.

O documento do SFB evidencia a tabela dos produtos madeireiros com a atual carga do IPI e a proposta de desoneração para os produtos de madeira tropical oriundos de manejo florestal sustentável.

1.3.4 – Proposta de Enquadramento de Concessionárias como Agroindústrias

As empresas enquadradas como “Agroindústria” podem tributar seu INSS por um percentual (2,85%) sobre o faturamento, em lugar de tributar a folha de pagamento de seus funcionários em 20%. As receitas decorrentes de exportação são excluídas desta modalidade de pagamento.

O conjunto de medidas para as “Agroindústrias” possuem o objetivo claro de estimular a industrialização da produção primária. Ao substituir o INSS pelo faturamento, a sazonalidade inerente à atividade agroindustrial fica equacionada. Tal medida enseja em si um benefício triplo: à empresa que na entressafra paga menos tributos, aos empregados por melhorar a sua estabilidade no trabalho, diminuindo significativamente a mão de obra sazonal e ao próprio governo, na medida em que não necessita pagar direitos trabalhistas devidos a demissões nas entressafra.

A exploração de madeira tropical em áreas de concessão florestal está sujeita ao mesmo conjunto de problemas devidos a sazonalidade da produção, tanto na atividade da exploração em si, quanto no beneficiamento da madeira. Entretanto, não são abrangidas pelo benefício da referida Lei, pois é anterior ao advento do procedimento de concessão florestal, considerado uma das mais importantes formas de manutenção da floresta em pé.

Propõe-se, então, que as concessionárias [e demais empresas florestais] passem a ter o direito de usufruir dos mesmos benefícios das agroindústrias. Para tanto, é necessária a publicação de uma Medida Provisória que altere a Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001.

A inclusão das empresas beneficiárias de concessões florestais na classificação como “agroindústrias” irá:

- a) contribuir para o conjunto de ações do Governo e da sociedade para mitigação da devastação da Floresta Amazônica e utilização sustentável dos seus recursos naturais;
- b) aumentar a competitividade dos produtos madeireiros obtidos de madeira tropical de concessão florestal em comparação à extração convencional que é deletéria ao meio ambiente;
- c) estimular a implementação de novos empreendimentos sob regime de concessão florestal, devido a menor tributação da atividade;
- d) ampliar a geração de lucro nas áreas de floresta amazônica, com conseqüente aquecimento da economia local, geração de empregos e aumento de arrecadação tributária;
- e) aumentar a competitividade dos produtos madeireiros obtidos de concessões florestais em comparação aos produtos ilegais, o que contribuirá para a mitigação da exploração e comercialização da madeira ilegal; e
- f) estimular a exploração sustentável das florestas públicas por meio do aumento de competitividade da exploração via concessões.

2 – ASPECTOS LEGAIS

Adicionalmente às questões tributárias, o setor florestal brasileiro precisa cumprir com a legislação vigente, ligadas a diferentes questões regulatórias entre elas principalmente à obtenção de licenças e fiscalização.

Tendo por base aspectos evidenciados no estudo “**Diagnóstico do Setor de Base Florestal do Estado de Mato Grosso**”, desenvolvido pelo Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira (CIPEM), com apoio do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), a seguir ressaltam-se os principais aspectos pertinentes a estes dois tópicos.

• Obtenção de Licenças

Um dos fatores críticos para o funcionamento legal das empresas que exploram madeira nativa no Brasil é a obtenção de licenças para a operação da atividade. Atualmente, as principais licenças para o funcionamento das explorações florestais são: o GEO (georreferenciamento), o CAR (cadastro ambiental rural) e a LAU (licença ambiental única). Estas são licenças básicas e necessárias para o registro da propriedade rural, cujo objetivo é o monitoramento da área que será explorada. A obtenção das mesmas depende de órgãos públicos, como por exemplo, a SEMA. Por se tratar de licenças relacionadas à parte ambiental, elas devem obedecer ao Código Florestal como é o caso da LAU.

No estudo diagnóstico setorial madeireiro desenvolvido pelo CIPEM no Estado do Mato Grosso, os entrevistados indicaram a dificuldade em obter as licenças para a colheita florestal. Na média, 79% dos entrevistados atribuíram grau extremamente alto para a obtenção da LAU, 74% para a obtenção do georreferenciamento e 73% para a liberação do Projeto de Manejo Florestal Sustentável. Por se tratar de licenças relacionadas à parte ambiental, elas devem obedecer ao Código Florestal como é o caso da LAU (Licença Ambiental Única). As restrições e dificuldades para a obtenção são maiores, mesmo quando não há necessidade de recuperar áreas desmatadas.

Vale lembrar que, atualmente, existe uma hierarquia para a obtenção dessas licenças, ou seja, para ter o projeto de manejo florestal aprovado é preciso ter a LAU, cuja obtenção é dependente do GEO que, por sua vez, também depende do CAR. Essa relação de licenças para a Colheita Florestal faz com que estes processos transcorram lentamente, sendo comum durar anos, fato este que eleva o custo e traz incertezas quanto às

receitas, gerando insatisfação entre todos os agentes da cadeia industrial madeireira.

No nível industrial, a relação de licenças necessárias para a operação de uma madeireira muda, em relação à colheita florestal. No caso industrial as licenças avaliadas pelos entrevistados incluíram: Alvará sanitário, LP, LI e LO; Alvará de funcionamento; Cadastro IBAMA (CTF); CCSEMA; Licença para poços artesianos e Licença de para combustível. O grau de dificuldade atribuído para a obtenção destas licenças é mais baixo, em geral, do que na obtenção das licenças para a Colheita Florestal. Dentre as licenças obrigatórias para o funcionamento industrial, as que apresentam extrema dificuldade para serem obtidas destacam-se: LP (Licenças Prévia), LI (Licença de Instalação) e LO (Licença de Operação), as quais foram apontadas por 46% dos entrevistados como sendo de extrema dificuldade. O CC-SEMA (Cadastro de Consumidores de Recursos Florestais) foi destacado por 28% dos entrevistados como sendo de extrema dificuldade na obtenção. Poucas empresas possuíam alvará sanitário, e as que tinham alegaram ter tido facilidade na sua obtenção. A mesma situação foi identificada quanto ao alvará de funcionamento e o cadastro técnico federal (CTF).

A morosidade no processo de obtenção das licenças para a operação industrial foi uma das principais queixas dos entrevistados. Na estimativa do tempo médio para a obtenção das licenças para operação industrial, a mais demorada foi a da obtenção da LP (Licença Prévia), LI (Licença de Instalação) e LO (Licença de Operação) ficando em cerca de 9 meses na média do Estado, e neste caso quando não há pendência de documentos por parte das empresas. No Estado, o CCSEMA (Cadastro de Consumidores de Recursos Florestais) e as licenças para abertura de poços artesianos e de combustíveis demoram entre 4 e 5 meses.

Os principais motivos para a demora na obtenção das licenças citadas na Tabela 60 foram: o excesso de burocracia (70% dos entrevistados), falta de suporte dos órgãos oficiais (59% dos entrevistados), que segundo os entrevistados devem não apenas penalizar, mas também instruir e conscientizar a classe; e por último a lei complexa com 50% das respostas considerando este como um fator extremo.

• Fiscalização

A fiscalização no setor madeireiro ocorre com a finalidade de evitar a extração considerada ilegal de madeira em toras em áreas não autorizadas, além do combate a crimes ambientais e à sonegação fiscal. A atuação é direta nas madeireiras e em diversas formas tais como: através da aplicação de multas, apreensões de cargas com madeira, paralisação das atividades da empresa e até mesmo penalidades mais severas como, por exemplo, a prisão dos infratores envolvidos na atividade ilegal.

No estudo diagnóstico setorial conduzido pelo CIPEM no Estado do Mato Grosso, a SEMA e o IBAMA representam os órgãos que fiscalizam com maior frequência as empresas florestais produtoras e consumidoras de espécies nativas.

O Setor de Base Florestal relacionados ao processamento de madeira de florestas nativas tem evoluído com o passar dos anos. Os empresários têm ampliado a consciência da importância social e econômica da manutenção da floresta nativa em pé. Eles estão se adequando às leis ambientais, até porque para a circulação, produção e venda de produtos florestais são necessários diversos documentos que imprimem a identificação e procedência dos mesmos.

Porém, o excesso de burocracia, conforme evidenciado anteriormente, é o principal entrave na regularização da madeira nativa, além de aspectos tais como o custo elevado da regularização e a falta de suporte dos órgãos oficiais durante esse processo.

¹ Esta cumulatividade ocorre porque no geral o ICMS de empresa do Simples Nacional não ser discriminado em nota fiscal, inviabilizando a utilização da modalidade crédito-débito. ² Nota: Interpretação da ABIMCI/FNBF. ³ Nota: Proposição da ABIMCI/FNBF.

Anexo II

ASSOCIADOS DA ABIMCI E DO FNBF

1 – ABIMCI

Sócios Titulares

- Abrilar Indústria de Esquadrias Ltda** – Lontras SC – www.abrilar.com.br
- Adami S/A (Vert)** – Caçador SC – www.adami.com.br
- Agro Florestal Confiança Ltda** – Rondon do Pará PA - www.compensadosconfianca.com.br
- Amata S/A** – São Paulo SP – www.amatabrasil.com.br
- Ângelo Camilotti e Cia Ltda (Camidoor)** – Francisco Beltrão PR – www.camidoor.com.br
- Battistella Indústria e Comércio Ltda** – Rio Negrinho SC – Curitiba PR – www.battistella.com.br
- Berneck S/A Painéis e Serrados** – Araucária PR – www.berneck.com.br
- Bonet Madeiras e Papéis Ltda** – Santa Cecília SC – www.bonetsc.com.br
- Brasplac Indústria Madeireira Ltda** – Cascavel PR – www.brasplac.com.br
- Camifra S.A Madeiras, Agricultura e Pecuária** – Clevelândia PR – camifra@brturbo.com.br
- Celplac Indústria e Comércio Ltda** – Guarapuava PR – www.celplac.com.br
- Centerplac Compensados Ltda** – Rondon do Pará PA – www.centerplac.com.br
- Compensados e Laminados Lavrasul S.A** – Canoinhas SC – Timbó Grande SC – www.lavrasul.com.br
- Compensados LFPP Ltda** – Imbituva PR – www.lfpp.com.br
- Compensados Novo Milênio Ltda** – Rondon do Pará PA – cnovomilenio@hotmail.com
- Compensados Pinhal Ltda** – Pinhalzinho SC – www.pinhalmadeiras.com.br
- Compensados Relvaplac Ltda** – Imbituva PR – www.relvaplac.com
- Dalcomad Dalgallo Comércio de Madeiras Ltda** – Bituruna PR – www.dalcomad.com.br
- E.A.C Florestal Ltda** – Tunas do Paraná PR – Colombo PR – www.seivacamilotti.com.br
- Ectx S/A (Eucatex)** – São Paulo SP – www.eucatex.com.br
- Empresa Industrial e Comercial Fuck S/A** – Canoinhas SC – www.fucksa.com.br
- F.V. de Araújo S.A** – Curitiba PR – www.fvdearaujo.com.br
- Famossul Móveis S.A** – Piên PR – www.famossul.com.br
- Formaplan Formas Planejadas Ind. e Com. Ltda** – União da Vitória PR – www.formaplan.com.br
- Frame Madeiras Especiais Ltda** – Caçador SC – www.frameport.com.br
- Goede, Lang e Cia Ltda** – Pomerode SC – www.goede.com.br
- Guaratú Indústria e Comércio de Madeiras e Compensados** – Guarapuava PR – www.guaratu.com
- Hidil Plac Indústria e Comércio Ltda** – Abel Figueiredo PA
- Indústria de Compensados Guararapes Ltda** – Palmas PR – www.guararapes.com.br
- Indústria de Compensados Poliplac Ltda** – Cascavel PR – www.poliplac.com
- Indústria de Compensados Sudati Ltda** – Palmas PR – www.sudati.com.br

Indústria Madeireira Camilotti Ltda – Curitiba PR – imc.camilotti@yahoo.com.br
Indústria Madeireira Uliana Ltda – Tietê SP – www.mad-uliana.com.br
Industrial Madeireira S/A (Mimasa) – Videira SC – www.vimasa.com.br
Indústrias J. Bettega S/A – Bituruna PR – www.jbetttega.com.br
Itamarati Indústria de Compensados Ltda – Palmas PR – www.itamarati.ind.br
L. F. R. Carli e Cia Ltda – Guarapuava PR – carliplac@carliplac.ind.br
Lano da Amazônia Ltda – Rolim de Moura RO – www.lanodaamazonia.com.br
Lavradora Racional de Madeiras Lavrama S/A – Curitiba PR
Línea Paraná Madeira Ltda – Sengés PR – www.linea.com.br
Madebil Madeireira Bituruna Ltda – Bituruna PR – www.madebil.com.br
Madeiral Portas – Tubarão SC – www.madeiralportas.com.br
Madeiras Schlindwein – Presidente Getúlio SC – www.schlindwein.com.br
Madeira Belo Horizonte Ltda – Imbituva PR – compensadosbh@brturbo.com.br
Madeira EK Ltda – Mafra SC – www.madek.com.br
Madeira Rio Claro – Rio Azul PR – www.mrclaro.com.br
Madeira Rochembach – União da Vitória PR – marcos@rochembach.com.br
Madeira Thomasi – União da Vitória PR – www.thomasi.com.br
Manoel Marchetti Indústria e Comércio Ltda – Ibirama SC – www.marchetti.ind.br
Marini Indústria de Compensados Ltda – Palmas PR – www.marply.com.br
Miraluz Ind. e Com. de Madeira Ltda – Sengés PR – www.miraluz.com.br
Nereu Rodrigues e Cia Ltda – Correia Pinto SC – www.nereurodrigues.com.br
Ótima Portas – União da Vitória PR – www.otimaportas.com.br
Pimentel Lopes Eng. E Arq. Ltda (Multidoor) – Maceió AL – www.multidoor.com.br
Pormade Portas de Madeiras Decorativas Ltda – União da Vitória PR – www.pormade.com.br
Randa Ind. e Com. de Portas e Compensados Ltda – Bituruna PR – www.randa.com.br
Reflorestadores Unidos S/A – Cambará do Sul RS – www.reflorestadoresunidos.com.br
Repinho Reflorestadora de Mad. e Comp. Ltda – Guarapuava PR – www.repinho.com
Rio Concrem Industrial Ltda – Dom Eliseu PA – www.rioconcrem.com.br
Rosa Madeireira Ltda – Paragominas PA – www.gruporosa.com.br
Salvaro Ind. e Com. de Madeiras Ltda – Criciúma SC – www.salvaro.com.br
Sincol S/A Indústria e Comércio – Caçador SC – www.sincol.com.br
Sólida Brasil Madeiras Ltda – Rio Negrinho SC – www.solidabrasil.com.br
Somapar Soc. Mad. Paranaense Ltda – União da Vitória PR – www.somapar.com.br
Sul Portas Indústria de Portas Ltda – Ipumirim SC – www.sulportas.com.br
Teg Tecnologia em Portas e Aberturas Ltda – Piên PR – www.tegportas.com.br
Triângulo Pisos e Painéis Ltda – Curitiba PR – www.triangulo.com.br
V.W. Indústria e Comércio de Mad. Ltda – Coronel Vivida PR – www.vwmadeiras.com.br
Woodex Imp. e Exp. de Madeira do Brasil – Ponta Grossa PR – www.woodexbrazil.com

Sócios Participantes

A. Berros Comércio e Representações Ltda – Curitiba PR – www.sauerland-spanplatte.de
Ashland Especialidades Químicas Ltda – Americana SP – www.ashland.com.br
Bahia Produtos de Madeira S/A (antiga Aracruz) – Nova Viçosa BA – www.lyptus.com.br
Bonardi Indústria Química Ltda – Colombo PR – www.bonardiquimica.com
Jimo Química Industrial Ltda – Cachoeirinha RS – www.jimo.com.br
Lanxess Ind. Prod. Químicos e Plásticos Ltda – São Paulo SP – www.lanxess.com.br
Momentive Química do Brasil – Curitiba PR – www.momentive.com
Renova Floresta Ltda – Jaguariaíva PR – marcio.goncalves@valorflorestal.com.br
Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda – São Paulo SP – www.rhodia.com.br
RMS do Brasil – Curitiba PR – www.resourcegmt.com
Royal Química Indústria e Comércio Ltda – Curitiba PR – www.royalplas.com.br
SI Group Crios Resinas S/A – Rio Claro SP – www.siigroup.com
TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A – Paranaguá PR – www.tcp.com.br

Sócios Correspondentes

Bellimer BVBA – Antwerp EUA – info@bellimer.be
Belmonte Comercial Exportadora de Madeira Ltda – Curitiba PR – www.belmonteexport.com.br
E. Carli Representações Ltda – Imperatriz MA – e.carli@ig.com.br
Ecco Supplies Representações Ltda – São Paulo SP – www.ecco-supplies.com
Emic - Eq. E Sist. De Ensaio Ltda – São José dos Pinhais PR – www.emic.com.br
G Port Serviços em Comércio Exterior Ltda – Itajaí SC – www.gport.com.br
Golden Tree Reflorestadora Ltda – Guarapuava PR – www.goldentreereflorestadora.com.br
Ibi Internacional – Belém PA – www.ibi.se
Madobras Mad. Do Brasil Ltda – Curitiba PR – madobras@madobras.com.br
Prime Timber Ind. e Com. de Mad. S/A – Caxias do Sul RS – www.primetimber.com.br
Revista Referência – Curitiba PR – www.revistareferencia.com.br
Schenker do Brasil Transportes Internacionais Ltda – Curitiba PR – www.dbschenker.com.br
Stanton Associados - Porto Alegre RS – www.stanton.com.br
Starwood Ltda – Rio de Janeiro RJ – www.starwoodltda.com.br
WIA Wood International Agency – Essex UK – www.woodia.co.uk



ABIMCI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA
INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA
MECANICAMENTE



FÓRUM NACIONAL DAS
ATIVIDADES DE BASE FLORESTAL